Casa das Américas:

chico buarque gostou da ca

BRASIL ANDA 1º DE MAIO Pág. 5



OPOSIÇÃO: E DEPOIS DAS ELEIÇÕES? Pág. 11 e 12

> Itália: A quem serve o terror ? Pág. 8

Trabalhadores e Democracia

Surge para o grande público uma nova publicação independente. Aqueles que acompanharam o lançamento de nosso número zero saberão compreender que, após um longo período de discussões internas em que procuramos assimilar as críticas feitas ao projeto jornalístico, amadurecendoo, foi possível identificar melhor o espaço político que pretendemos ocupar no conjunto das lutas da oposição. Por isso, hoje estamos em condições de reafirmar a proposta expressa naquele número zero. AMANHA pretende contribuir para que as oposições encontrem o denominador comum capaz de facilitar a construção de uma alternativa de poder democrático, sustentado pela livre organização e expressão das classes trabalhadoras. Constituem elas, hoje, na cidade e no campo, os grandes agentes políticos silenciados por 14 anos de autoritarismo e cuja ausência faz soarem falsas todas as tentativas de "abertura" ou "diálogo". Denunciar esta ausência e, ao mesmo tempo, detectar os esforços pelos quais estes agentes procuram se expressar autônoma e organizadamente, constituem tarefas principais de uma publicação

Diziamos ainda que "expressar a luta cotidiana por liberdades democráticas, ser um veículo de debate entre as diversas forças que hoje se articulam, e subsidiar seu próprio avanço político", é a proposta que AMANHA quer praticar. Por isso, o lançamento do jornal ligado ao contexto do 1º de maio em que os trabalhadores, após dez anos, começam novamente a se expressar com voz própria, é para nós um fato da maior relevância.

Os poucos sindicatos combativos e as oposições sindicais, especialmente as dos metalúrgicos, pela ação que vêm desenvolvendo, recolocam na cena política a classe operária. Assim, a luta pela democracia em nosso país vai adquirindo contornos mais nítidos. Em primeiro lugar porque o próprio governo, em sua "solidão do poder", já não pode sequer ignorá-la. Em segundo, porque esta retomada do movimento operário se faz em torno de uma palavra de ordem democrática - a luta pela liberdade sindical - condição para que a classe operária, e os trabalhadores em geral, reconquistem sua independência política, posta desde já na ordem do dia como objetivo fun-

Sabemos que o movimento operário certamente será a principal força na defesa das liberdades democráticas. Por isso tantos procuram falar em seu nome. Sua simples presença na cena política há de redefinir o campo das forças democráticas em função de suas reivindicações. Torna-se claro que, para a democracia, a primeira "salvaguarda eficaz" são os sindicatos, independentes do Estado, o direito de greve, e a liberdade de expressão e organização para os partidos dos trabalhadores. E por isso a Democracia é, fundamentalmente, uma questão dos trabalhadores e de todos quantos se identifiquem com uma perspectiva popular de poder.

De nossa perspectiva, o regime será tão mais democrático quanto maior for a força política dos trabalhadores. Pois são justamente eles os únicos capazes de levar às últimas consequências a luta pela Democracia. Por isso, mesmo sendo recente e frágil a reorganização do movimento operário, o surgimento de AMANHA - pelos seus objetivos - se dá num momento, para nós, da maior importância. O 1º de Maio de 78 está destinado a se constituir em mais um importante marco na luta pela democracia, voltando a ser comemorado pelos trabalhadores.

ECONOMIA: O QUE PENSA FIGUEIRE

E MAIS: Alberto Goldman, Chico de Oliveira, Décio Saes, Fernando Morais, Inácio de Loyola Brandão, Vasco Cabral

10 11 12 13 14 15

Edição de 20 páginas

22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32

Declaração

Nas vésperas da convenção nacional da Arena o senador Eurico Rezende pôs os repórteres de prontidão dizendo que faria uma "importante declaração". Como se sabe, não passou de uma pia-da de mau gosto, dessas para denunciá-lo por falquestão em a das rendas do senador. Pena que nenhum repórter tenha pedido para vê-la. Afinal gostaríamos de saber quanto lhe rende a CEUB, uma universidade de sua propriedade, em Brasilia o que funciona baricamente à noite paríodo. lia, e que funciona basicamente à noite, período em que a UNB, federal, permanece fechada...

Virgindade

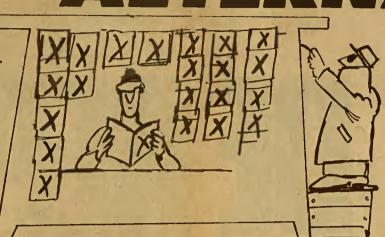
Segundo o Jornal da Tarde, na convenção da Arena alguns convencionais discutiram profundamente sobre a aparência do símbolo da dita agremiação, chegando à conclusão, unânime por sinal, que se parecia ao símbolo usados nos livros de medicina para caracterizar o "hímem complacente". Freud explicaria".

Para o General Figueiredo quem não escova os dentes não pode saber votar. No seu curral eleitoral, é claro, aos votos dados não se olham os

Oficialmente, só três jornais perma-necem sob censura: Movimento, O São Paulo e a Tribuna de Imprensa. Extra-oficialmente, porém, a situação é bem outra e a prova disso são os últimos acontecimentos que cercaram alguns dos jornais alternativos.

E verdade que as redações não recebem mais os decálogos discriminando o que podem ou não publicar. Sinais dos tempos? É a distenção que surge? Sim

e não. Sim porque as formas de censura estão apenas mais sofisticadas. Não pelo



que mostram uma sucessão de fatos ocorridos na primeira quinzena de

Em Fortaleza, por exemplo, a em-presa responsável pela edição do jornal Mutirão recebeu o ofício da Polícia Federal solicitando o comparecimento de seus diretores. No Rio, o jornal **Em** Tempo foi apreendido nas bancas do bairro de Botafogo sem que ninguém assumisse a responsabilidade pelo ato. Ainda no Rio, O Repórter, com uma tiragem recorde de 60 mil exemplares, aguardava, na gráfica, ordens para poder ser distribuido e acabaria apreen-dido no dia 14 de abril. E, na madrugada desse dia, dois "estranhos" invadi-ram a sede da sucurssal carioca do semanário Movimento, deixando um sintomático recado nas paredes: "Tem de fechar'

Esses jornais todos, como se sabe, vivem da venda em bancas e de assinavem da venda em bancas e ae assina-turas. Um número apreendido, impe-dido de circular, significa um prejuízo que os deixa à beira da falência. Não existe suporte publicitário para mantê-los, existe apenas a solidariedade de seus leitores - gente de todas as cama-das sociais prontas a les o que os oudas sociais, prontas a ler o que os ou-tros não publicam e a entender os fatos que a grande imprensa se esmera em não explicar.

Aos diretores do Mutirão pediram a relação dos assinantes, a qual, alias, não foi fornecida. Na invasão do jornal Movimento – também até agora sem explação plicação - constatou-se que a relação dos assinantes foi remexida.

Todos os casos revelam apenas um novo tipo de arbítrio. É a pressão sobre as finanças dos jornais que vivem da sua circulação, é a tentativa de impedir que os mesmos cheguem às mãos de seus leitores, é a tentativa de amedrontar os assinantes, é enfim, o surgimento de um novo personagem - a censura da circulação.

ISTOEATUPI

Cai o superintendente, cai o diretor do jornalismo cai um monte de gente cai o vice-presidente, cai, não fica nada. Um a um, cairam todos.

Os primeiros, segundo algumas versões menos honestas - com a demissão de Guga e Sérgio de Souza saíram também 40 profissionais chamados por eles para reestruturar a Rede Tupi de Televisão-por imaturidade e o último, segundo a opinião de quem viveu e sofreu de perto toda a crise, de po-dre. Mauro Salles esperou a coisa esfriar para sair, depois de ter dito que se ele e Guga fossem demitidos seriam reimpossados dois dias depois. Deve estar esperando até hoje.

Mas, contraditório mesmo foi o



comportamento da imprensa a respeito da crise. Alguns jornais deram o tratamento mais "objetivo" possível, procurando contar os fatos e o fizeram bem, casos da Gazeta Mercantil do JB do Diário Comércio e Indústria. Outros, como a Folha de São Paulo, assumiram uma posição mais favorável ao lado certo, principalmente por parte de Helena Silveira que anunciou a "vitória do obscurantismo sobre a competência", convencida do acerto dos que estavam sendo demitidos por Mauro Salles.

A revista Veja tocou o dedo na ferida, mostrando até que ponto Mauro Salles estava desmoralizado, anunciando mesmo que ele estava para cair, duas semans antes da queda se concretizar.

E teve o outro lado, como sempre. Por motivos insondáveis, O Estado de São Paulo ouviu os dois lados e só publicou o dos patrões, numa curta e rápida cobertura dos acontecimentos. Por motivos éticos talvez, O Globo calou, e, por razões que a própria razão conhece, a revista Isto É, submeteu-se às pressões do dono da Salles-Interamericana de Publicidade agência que mais anuncia na revista e foi francamente lisonjeira a Mauro

Enfim, é como outro dia dizia um conhecido jornalista:

A Isto E não tem dado certo com tudo que termina em i. Primeiro foi a matéria com o Golberi. Depois com o Fleury. Agora com a Tupi.

ROUPA DO

Vestiu um paletó vermelho e saiu por aí...

Sem muito alvoroço, exceto o causado pelas falhas de microfonia (haja vista a colocação do Prof. Antonio Cândido: "Este microfone está visivelmente contra mim" transcorreu o debate "Prespectivas do Brasil Hoje", realizado no auditório da História e Geografia da USP, na noite do dia 13.

Não existiram controvérsias que ultrapassassem as fronteiras da sutileza, entre os depoimentos do ex-ministro Severo Gomes, do jornalista e presidente do seu sindicato Audálio Dantas, do economista Eduardo Matarazzo Suplicy e dos professores Antônio Cândido e Francisco Corrêa Weffort.

O último foi bastante aplaudido ao alertar que o problema da desabitação em São Paulo, com a presença de alguns favelados, ultimamente, em volta do CRUSP, atingiu até o campus universitário: "Agora, as elites intelectuais poderão sentir de perto os verdadeiros problemas populares dos quais antes só haviam tomado conhecimento através de seus gabinetes".

Ultimo a alar o professor Antônio Cândido (recentemente aposentado em prazo recorde) resumiu o teor dos debates á questão de "se estar contra ou a favor". Estamos numa época que é, essencialmente, do contra.

Esta forma de resumir o debate propiciou a única intervenção do professor Sérgio Buarque de Hollanda, presente à mesa como convidado de honra: "Fui o único a vir de paletó. Mas é um paletó vermelho. E eu quero dizer é que um paletó vermelho é, antes de tudo, um paletó do contra!". Sua única intervenção foi a mais aplaudida do debate.

nas

- Nossos irmãos cor de cobre continuam nos campos de concentração da Funai, disse um representante do grupo de artistas e jornalistas da longingua Brusque, cidade de Santa Cata-CAMPEÕES O marido muitas vezes é continuação do feitor, falou uma operária feminista do ABC.

zar o ânimo crescente que se manifesta entre os trabalhadores para um objetivo direto: a construção de um grande partido da classe trabalhadora, dirigido por ela própria - o partido socialista!, conclamou um bancário de São Paulo. Neste ambiente de denuncias e entusiasmo realizou-se a segun-da reunião da Convergência Soretos, arrasar o discurso do atual de-

cialista no último dia 19 de marco, num teatro de São Paulo. Ao final do encontro, que contou com a presença de mais de 500 pessoas de todo o Brasil, em geral estudantes, intelectuais e profissionais liberais, todos ergueram seus punhos fechados na clássica saudação socialista.

Dentre as várias deliberações

- Vamos aproveitar e canali-

da reunião, resolveu-se editar um boletim - Convergências Socialista - produzido pela Editora Versus. Em seu primeiro número se esclarece os objetivos do movimento. "Queremos o socialismo" - diz o editorial. "So-mos trabalhadores negros e brancos, intelectuais e estudantes e desejamos expor nossas posições livremente".O movimento con-fessa que não tem um programa, pois deverá "ser construído por todos, por meio do debate e do trabalho comum". Na mesma reunião nacional foi deliberada a realização da "Semana Socialista", de 24 de abril a 1º de maio, com o objetivo de organizar a participação dos socialistas no 1º de Maio. Ao estilo dos velhos líderes populares da República Velha, que possuíam os tradicionais pique-niques com os operários os socialistas da convergência pretendem que, nesta sema-'haja manifestações culturais, festas, shows e outras formas de expressão dos setores populares mesmo que não devidamente comprometidos com a luta pelo PS" - diz Júlio Tava-res, editor do jornal Versus.

A Convergência Socialista, segundo seus líderes, está aberta a todos. Mas. advertem, qualquer representante poderá "perder a representatividade se os participantes dos organismos que os elegerem assim o desejarem". Apesar de não possuirem programa os nossos socialistas no, sem divida, democratas ra-

Dizem as más línguas que já está tória final (por nocaute ou por pon-correndo no Congresso Nacional um tos) de qualquer dos dois lados. Sabe-"bolo" para saber quando será o pró-ximo "round" do combate verbal do dois lutadores prossegue intenso: século, entre Paulo "Clay Brossard e Brossard tem feito dois treinos diários, Eurico "Spinks" Resende. As cotações tendo como "sparring" Freitas "Suna bolsa de apostas dão ampla vanta-gem ao desafiante oposicionista, que liza, para seus treinamentos, dos servi-já conseguiu, com poderosos "jabs" cos de Zezinho "Marciano" Bonifá-de esquerda e potentes cruzados e di-

ções em que desenvolve o "match", o mentemente vaiados pela platéia, fator surpresa é da mais alta importân- uma parte da qual chegou a se retirar cia e pode ser determinante para a vi- do recinto, em sinal de protesto.

retos, arrasar o discurso do atual detentor da coroa brasileira (dos pesos pesados), presidente Ernesto Geisel, demolindo-o de forma inapelável.

Os empresários dos dois contendores, Francelino "Cury" Pereira e Ulísses "Lázaro" Guimarães não quiseram adiantar nada aos repórteres que os procuraram, alegando que nas conditates em que desenvolve o "match", o mentemente vaiados pela platéia,



Uma luz trevas

E surge mais um "nanico". Lampião, jornal gay, mensal, tablóide, lançado na primeira semana de abril, em São Paulo.

Seu Conselho Editorial é formado por profissionais da mais alta competência, gente como Aguinaldo Silva, Jean-Claude Bernadet, Darcy Pentea-

do, José Silvério Trevisan, Peter Fry.
O jornal é aberto a todos, independente do comportamento sexual do colaborador. Censura interna, garantem os responsáveis, é assunto proibido na redação. Sobre a externa, é claro, eles nada podem garantir.

Em seu primeiro número, Lampião traz um ensaio de Darcy Penteado sobre o "Homo Eroticus", uma reportagem entitulada "Uma noite no cinema Iris", e, com exclusividade, um texto sobre Garcia Lorca, que também as-

Aguinaldo Silva espera que, dessa vez, a esquerda brasileira tenha uma posição mais esclarecida diante da minoria gay e deixe de fazer o jogo do sistema, relegando as minorias a um plano secundário.



E bom esclarecer que Lampião não se presta a promover nenhum mercado de sexo homossexual e aceita assinaturas, garantindo, se for o caso, o anonimato do assinante...

SAIOTURCO, ENTRA O ESTADO

anos de litígio trabalhista, o governo expropriou os bens do grupo J. J. Abdala e o presidente Médici decretou a intervenção federal na principal empresa do grupo, a Fábrica de Cimentos Portland Perus, para, no prazo de seis meses: a) acabar com a poluição da indústria; b) pagar os operários com questões ganhas na justiça do trabalho e, c) ressarcir a União das dividas fiscais de J. J. Abdalla. A época a imprensa, principalmente O Estado de São Paulo comemoraram o fato com a vitória final da Justiça sobre o "mau pa-

Hoje, passados quase quatro anos, os bens de Abdalla ainda não foram leiloados. E os operários de Perus, um mi-

10 11 12 13 14 15

serável bairro de São Paulo, se convenceram que, patrão por patrão, é melhor não ter nenhum. No dia 21 de abril enviaram um documento ao Presidente Geisel onde dizia: "Não temos saudade do tempo de Abdalla, mas estamos cansados da intervenção". Como nos tempos do "turco", seus direitos continuam não sendo respeitados. Os interventores se recusam até a recolher o imposto Sindical, contrariando determinações do Tribunal Regional do Trabalho. Sofrem, enfim, "todos os ônus da empresa privada sem nehuma vantagem da empresa pública". Por isso, querem transformar a indústria numa cooperativa de empregos. Já que a propriedade é deles, por que não experimentar a auto-gestão operária? Vai que o negócio dá certo...

EXPEDIENTE

Editor-Chefe Interino - Juca Kfouri
Movimentos Sociais - Ricardo Maranhão (Editor); Lúcia Rebouças, Tânia Celidônio Craveiro, Luis Antonio Nascimento, Icaro A. Cunha, Renato de Andrade Maia Neto, Márcia de Paula Leite, Susana Camargo, Fany P. Ricardo, Antonio Carlos M. Castro, Christiane G. Araujo Costa, Humberto Lago, Rui de B. Affonso, Luis S.C. Brito.

Questões da Democracia - Antonio Mendes Jr. e Carlos Alberto Dória (Editores); Leonel Itaussu, Sérgio Sister, José Carlos Estevão, Heloisa H.S. de Luiz, Eliana Malta, José Alvaro Moisés, Ricardo Carvalho.

Cultura - Luiz Roncari (Editor); Edgard Luiz de Barros, José Geraldo Couto, Juvenal Neto, Marlene Bilenky, Mustafá Yazbek, Ricardo Quintiliano, Carlos Vogt, Rubens César Fernandes, Modesto Carone, Modesto Florenzano, Mauro de Almeida, Carlos Alberto Ricardo, José Miguel Wiznik, Hélio Ziskind, Wanda Caldeira Brandt.

Internacional - Wolfgang Léo Maar (Editor); César A. Costa, Raimundo Bandeira, Guilherme Tambellini, Jazilda Campos, Carla Migliani, Sérgio Lessa, Fernando Morais, Gabriel Romeiro, Elizabeth Balbachevsqui, Antonio Pedro, Adriana Jorge.

Economia - Chico de Oliveira (Editor), Alter Rachkovsky, Francisco Cipolla, Wanderley José Borges, Silvio Kaloustian.

Arte - Carlos Clémen (Editor), João Zero, Carlos Matuck, Marcelo Girard, Lúcio Kume, André Bocatto. Sizenando, André Toral, Marcon, Chico Caruso, Rosa Gauditano, Léa Langone, Antonio D'Avila, Laerte, Laurita Salles, Alexandre Wissembach, Ricardo Quinti-

Administração - John M. Sousa (chefia); Icaro A. Cunha, Edgard L. de Barros, Jamil Sca-

Departamento Juridico - Luiz Eduardo Greenhalgh e Márcia Ramos de Souza Jornalista Responsável - Fernando Morais Colaboraram Neste Número - Alberto Goldman, Ignácio de Loyola, Renata Vilas-Boas,

Eduardo Storch, Luiz Tatit, Décio Saes. Amanhã é publicado pela Editora Versus Ltda. Composição e impressão nas oficinas da PAT – Publicações e Assitência Técnica Ltda., Rua Dr. Virgilio de Carvalho Pinto, 412, fone

Redação e Administração - Rua Caetés, 84 - Perdizes, SP. Fone 262-5956

23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38

JOAQUINI PELEGO: Sai do trono ou não sai?

Será que Joaquim dos Santos Andrade, o pelego do maior sindicato da América Latina, consegue enganar por mais três anos os trabalhadores de sua categoria? Será que a Oposição Sindical já está suficientemente en-raizada no meio operário, a ponto de ter a confiança da maioria dos companheiros? Será que a existência de duas chapas oposicionistas não vai ajudar a pelegada a se manter no sindicato?



Eu nunca tinha visto o Joaquim dos San-tos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Um dia, quando todos os dirigentes sindicais estavam reunidos no Tribunal Regional do Traba-lho para particlpar de mais uma audiência do dissidio coletivo, eu reconhecia todo mundo, menos o Joaquim. Perguntei en-tão para um dirigente sindical quem era o famoso Joaquim dos Santos Andrade:

- O Joaquim? Esse é fácil de reconhecer quando só tem operário, porque ele se veste sempre muito bem, de terno e grava-ta. Quando tem gente de bem, advogado, empresário, aí fica difícil de reconhecer o oaquim porque ele se veste igualzinho a

Quando finalmente conheci o Joaquim, le estava vestido exatamente conforme as descrições anteriores: terno xadrezinho marrom, bigode e cabelo empastado de brilhantina. Voz tranqüila, num discurso conhecido e monótono: "Somos pelo direito de greve e explico por quê: greve não para badernar, com fins políticos,

Esse homem tranquilo, presidente do maior sindicato da América Latina, interventor do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos em 1964 e presidente do Sindi-cato dos Metalúrgicos de São Paulo desde 1965, é sindicalizado desde 1956. Está desligado da produção há pelo menos treze anos. Antes disso, era retificador de ferramentas na Arno S/A - Indústria e Comércio. E foi um dos primeiros sindicalistas a se filiarem à Arena.

Em 1967, ele reclamava do arrocho sala-

rial è via no governo militar do Peru um modelo a ser seguido pela revolução de 64: "Não vejo nenhuma razão para um di-rigente sindical gostar ou detestar uma in-dumentária. O sindicato sai da Improvisação. Sai daquele radicalismo que publica-mente se condenou, se abominou. E nós condenamos também a violência na políti-

condenamos também a violência na política. Para nós não importa que os governantes sejam civis ou militares, não importa qual a indumentária. Uma nação só é tranquila e só progride quando é coesa". Na verdade, Joaquim é, há muitos anos, um funcionário público. Ele é vogal, repreesentante dos trabalhadores na justiça do Trabalho. Seu papel, em principio, é opinar em tavor do trabalhador nos processos trabalhistas. Só que um outro dirigente sindical também me explicou que para ser vogal, "a gente tem que ser homem de contiança do presidente do Tribunal. A gente participa de muitos conchavos obrigatórios para a conservação do cargo. E se a rios para a conservação do cargo. E se a gente fala muito a favor de trabalhador, etc, cai do cavalo rapidinho".

Acho que o Joaquim está sempre de terporque lá na Justiça do Trabalho, o pessoal trabalha sentado, com catezinho, agua mineral e ar condicionado. Ambiente pra

OBS: la até me esquecendo que o Joaquim é candidato a mais uma reeleição, pela chapa um. Mas enquanto as chapas 2 e 3 já estão com seus programas prontos desde o início do ano, a dois meses da eleição a chapa encabeçada pelo Joaquim ainda não o tem. Pelo menos, ninguém conhece. (Tânia Celidônio)

A OPOSIÇÃO

"Faz muito tempo que eu não pego nesse microfone para dirigir palavras aos companheiros trabalhadores. Muitas vezes, no passado, eu peguei esse microfone, participando das lutas dos metalúrgicos de São Paulo, dos operários brasileiros, como linha de frente. Não fiquei para trás." Mais de 500 pessoas, reunidas pela primeira vez desde 1964 em uma assembléia de oposição no maior sindicato da América Latina. o dos metalúrgicos de São Paulo, aplaudem as palavras de Santo Conte. Militante sindical desde 1951, ele integra a chapa 3 - Oposição Sindical - concorrente às eleições para a diretoria, mar-cadas para junho próximo. A assembléia é uma prova da ruptura do silêncio imposto há 14 anos ao movimento sindical, ruptura que se tentou em 1967 e 1968, e que se torna clara desde 1973. As faixas também são uma novidade: pedem greve e o fim do arrocho.

Santos Andrade, disse que se ela pas-sasse das 21 horas, "o pau iria comer". A chapa 3 foi a única a dar ao seu lançamento um caráter de massa. Essa decisão está relacionada com as concepções sindicais dos seus membros: "O sindicato não é só a sede, a diretoria; é a categoria toda".

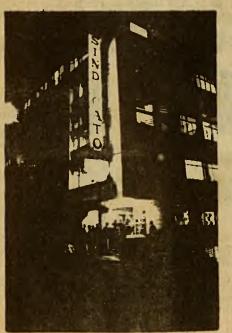
A assembléia não pode demorar muito:

o presidente do sindicato, Joaquim dos

Essa afirmação é necessária. No seu discurso, Waldemar Rossi, que encabeçou a chapa anterior de oposição, em 1972, lembra que há bem pouco tempo muita gente nem sabia o que era sindicato. "A medida que o tempo foi passando, um número cada vez maior de companheiros dizia: o que é sindicato, para que serve sindicato? O que eu pude sentir neste ano, em contato com companheiros nas fábricas, é uma grande ansiedade para que novos trabalhadores, elementos com uma visão atualizada das necessidades da classe e comprometidos com ela, topem a para-da da luta sindical."

A oposição sindical metalúrgica de São Paulo existe praticamente desde 1967, pois de 1964 a essa data, a repressão e a desarticulação do sindicalismo fizeram com que houvesse só interven-tores e pelegos. Em 1969, apesar do Ato Institucional nº 5 e do clima de terror político, foi possível o lançamento da chapa "verde" de oposição. A máquina de controle eleitoral da situação, apoiada pelas autoridades, não impediu que os "verdes" tivessem 8.171 vo-tos, contra 11.522 dados a Joaquim dos Santos Andrade. Em 1972, a oposição se lançou novamente, o que custou a vários de seus membros o desemprego, perseguições e até processos: Antonio Flores, por exemplo, apesar da liderança que tem no meio metalúrgico, não pode integrar a atual chapa 3, por causa do processo a que responde por defender interesses da categoria. **ORIGENS DA CHAPA 3**

Para centralizar sua campanha, os membros da oposição queriam uma sala no sindicato, mas a diretoria negou. Por isso, eles se reúnem na JOC (Juventude Operária Católica), em duas salas emprestadas. Os candidatos falam cada um de um aspecto da sua luta, demonstrando a unidade conseguida após muitos debates.



"O sindicato não é só a sede; é toda a categoria"

Anísio Batista de Oliveira, da indústria Toshiba, candidato a presidente, afirma: "O trabalho de discussão e conscientização tornou-se mais firme desde a greve da Villares e dos debates inter-fábricas em 1973. Mas eram trabalhos separados, atomizados, o que impediu que em 1975 chegassemos a formar uma chapa de oposição. Há que se levar em conta também a tremenda repressão entre 1973 e 1975. O fato é que tudo isso nos levou a perceber a necessidade de coordenar democratica-mente os diversos trabalhos de fábri-

Hélio Bombardi, da Massey Ferguson, candidato a secretário geral. insiste nesse ponto: "Cada região, sul, leste, oeste, etc, dizia uma coisa diferen-Na época, não tinhamos condições de fazer o trabalho dentro do sindicato, o pelego fazia uma verdadeira repressão, e isso reforçou a importância da atuação dentro das empresas.'

'Tudo isso dentro da idéia de que o sindicato é a própria categoria, tem que estar dentro das fábricas ", acrescenta Santo Dias da Silva, da Metalúrgica Alfa, vice-presidente da chapa. "Exatamente", diz Ubiraci Dantas de Oliveira, da Philco, "a partir do trabalho na empresa nos motivamos os operários para ir às assembléias sindicais, pois o órgão de classe, ruim como seja, tem importância fundamental."

De 1975 em diante, o pessoal da opo-sição decidiu que a luta dentro do sindicato, e em suas assembléias, podia auxiliar a coordenação do conjunto das lutas específicas da categoria. Todos concordam que as posições a serem levadas devem ser produto de discussões prévias com companheiros na unidade de produção. O próprio programa da chapa 3 foi obtido dessa maneira democrática: "Fizemos assembléias com escolhas de representantes para coordenar o encaminhamento da luta. A coordenação mandou esboços de programa para serem discutidos em muitas empresas, depois em cada setor, e pode-se dizer que mais de 2.000 pessoas participaram diretamente da elaboração dos pontos pelos quais esta-mos lutando unitariamente.", explica Anisio. E Hélio complementa: "podese dizer que essa estratégia conseguiu de maneira bastante feliz a unidade, juntando os que valorizavam excessivamente a atividade dentro das fábricas com os que privilegiavam a atua-ção em assembleias sindicais."

PROGRAMA E PRÁTICA

"No fim do govêrno Médici, a situa-ção era de milagre por cima e cacête por baixo", diz Santo. "Mas não podíamos deixar o sindicato como margem de manobra para o pelego deitar e rolar", acrescenta Fernando do O. Veloso, da Instron, candidato a 1º secretário; A oposição tem que associar a construção democrática de seu programa à prática de lutas específicas da categaria, dentro do sindicato. "Nós usamos os dissídios, e a comemoração de 1º de Maio, como elemento de educação da classe. Nossas intervenções têm propostas proprias, como o nosso encaminhamento da questão da reposição dos salários perdidos em 1973 e 1974. Fomos contra a jogada da diretoria de propor uma ação contra a união". Na assembléia, Antonio Flores já havia explicado essa posição: "do meu ponto de vista essa jogada foi única e exclusivamente para barrar a luta dos trabalhadores que começa a se organizar dentro das fábricas".

Anísio insiste na questão da educa-ção da classe: "a própria campanha eleitoral tem um carater educativo, os

que para nós, a comissão de fábrica só é comissão de fábrica quando é reconhecida

pela maioria dos trabalhadores da fábrica.

grupos de apoio dentro das fábricas permanecem depois das eleições". Para a chapa, a divulgação do progra-ma oposicionista é um elemento decisi-vo da campanha. A luta contra arro-cho, pelos contratos coletivos de trabalho, pelo direito de greve, por salário igual para trabalho igual, pela democratização dos sindicatos e fundamentalmente contra a estrutura sindical vigente, entre outras, refletem a atuação concreta da oposição sindical nas lutas específicas da categoria. Por causa de sua própria prática, defendem no programa a formação de comissões de fábrica.

Fotos: Rosa Gauditano

A CAMPANHA

"A campanha eleitoral pode ser importante para a consolidação política da oposição sindical. Hoje ela ainda é relativamente desconhecida da grande massa. A própria assembléia de lançamento já foi uma vitória, pois foi a primeira de oposição desde 1964, dentro do sindicato".

Os membros da chapa 3 são unânimes sôbre a importância desta eleição. Acreditam que vão vencer, nesse ano em que há um crescimento geral de movimentações oposicionistas em têrmos da classe trabalhadora, mas estão tranquilos quanto à possibilidade de resultados favoráveis aos pelegos atravéz de manobra da máquina eleitoral. "Se isso acontece, nós continuamos crescendo, implantados nas fábricas".

Quanto à existência de uma outra chapa oposicionista, a Renovação, os candidatos da chapa 3 explicam: "o "Rivelino" (Cândido Hilário de Araújo, também conhect mo "Eigode")
participou apenas durante três meses
da Oposição Sindical, até à discussão
do programa e de contrati à discussão do programa e da composição da chapa". Segundo Anísio, mesmo nesse periodo a atuação de Bigode criava alguns problemas: "Em uma assembléia de dissídio, ele pediu apoio à proposta da diretoria, quando tínhamos nossa própria posição tirada em assembléia. Na assembléia de oposição que decidiu finalmente o programa, êle insistia em querer falar em nome do grupo Renovação, quando estava mais do que claro e decidido que, em nome da unidade, não estávamos ali para falar em nome de grupos ou tendências, e sim de nossos companheiros das fábricas. Por causa disso, ele e mais 4 companheiros se retiraram"

Ubiraci acrescenta: "a saída da cha-pa 2 é uma jogada divisionista e personalista. Nós temos 24 membros representando 23 fábricas, enquanto que na chapa dêles há 9 membros da mesma fábrica, onde o Bigode trabalhou".

Da mesma forma que a Oposição Sindical, a chapa 2 quer o fim do arrocho salarial, o direito de greve, a negociação direta com os patrões, a liberdade e a autonomia sindicais, a democratização do sindicato e a organização de comissões de fábrica. Por que então as duas chapas oposicio-

nistas não se juntam num único bloco para combater Joaquim de Andrade, o pelego criado pelo Golpe de 64, que ainda é capaz de atrair inúmeros votos entre os metalúrgicos de São Paulo? Em entrevista a Amanhã, o lider da Re

novação Sindical (chapa 2), Cândido Hilário de Araujo, o Bigode, operário qualificado como a maioria dos componentes da sua chapa, fala das diferenças entre as duas oposições. Elas não são tão parecidas quanto aparentam: diferem em alguns pontos básicos como a estrutura sindical, a organização das comissões operárias e o encaminhamento das lutas da categoria e da classe operária como um todo.

Bigode, cuja base de atuação se localiza principalmente nos bairros operários da Zona Oeste (Lapa, Pirituba, Brasilândia, etc) nega violentamente que esteja sendo ajudado pela atual diretoria do sindicato (para enfraquecer a oposição), e se com-promete a apoiar a chapa 3 se houver um segundo escrutínio.

Amanhã: Bigode, qual é a proposta da chapa 2 para o sindicato?

Bigode: Nós temos um programa de 20 itens. Em relação ao sindicato, o que nós já estamos fazendo - mesmo com essa diretoria com a qual não concordamos - é promover uma ampla campanha de sindicalização. Os companheiros nas fábricas não estão diferenciando muito o que é a dire-toria e o que é o sindicato. Acham que é a mesma coisa. Quando a gente vai sindicalizar um companheiro novo, ele diz que não, que o sindicato não presta, que esta diretoria não faz nada. Uma das nossas grandes preocupações é esclarecer essa di-ferença. Sindicato é aquilo que une a categoria, é o lugar onde os trabalhadores po-dem e devem se unificar para lutar por seus direitos. Diretorias existem boas e más. Nós não concordamos com alguns companheiros que acham que o principal problema da classe operária é a estrutura sindical. Achamos que uma boa diretoria pode contornar o problema. Não se pode confundir um Joaquim de Andrade com um Lula, embora os dois estejam sob a mesma estrutura sindical. Inclusive o pró-prio presidente do sindicato se justifica dizendo que não organiza e não mobiliza a categoria porque a estrutura sindical não permite. E isso não é verdade.

Amanhã: Mas no seu programa você defende a liberdade e a autonomia sindical... Bigode: - Se você prestar atenção em nosso programa, vai ver que ele tem dois espaços. De um lado, aquilo que nós pretendemos, onde queremos chegar. Queremos, por exemplo, a extinção do imposto sindical. Mas, de outro lado, tudo se resu-me numa questão de etapas, ou seja, a extinção do imposto sindical representaria o

10 11 12 13 14 15

fechamento de muitos sindicatos pequenos, que não conseguiriam sobreviver sem ele. Com o processo de mobilização e organização da categoria, com um sindicato mais forte no meio da categoria, aí sim nós vamos acabando gradualmente com o im-posto sindical. Aliás, cabe lembrar que quando os sindicatos estavam nas mãos de diretorias combativas, antes de 64, quem queria a extinção do imposto eram os Ma-rios Garneros, eram os Joaquins de Andra-

de, que estavam então na oposição. Amanhã: Qual é então a tarefa mais importante do sindicato hoje, pelo menos se

voce vencer as eleições? Bigode: A primeira etapa é a democracia interna. È abrir o sindicato para a categoria. É trazer a categoria para o sindicato. E fazer com que este sindicato, mobilize e que leve em consideração - quando não em votação - todas as propostas apresenta-das pelos associados. Atualmente, dentro deste sindicato, com essa diretoria, um companheiro que seja mais batalhador não tem vez nem em assembléia, nem em nada. Eu pessoalmente passei por uma experiência doida: além de minha proposta não ter nem sido votada em assembléia, ainda fui agredido por elementos ligados à dire-

Amanhã: Qual a posição da chapa 2 em relação às comissões de fábrica? Bigode: Um dos ítens de nossa proposta é a formação de comissões de fábrica. Mas nossa visão difere da visão de alguns companheiros. Nós não achamos justo essa importação mecânica das comissiones obreras da Espanha...

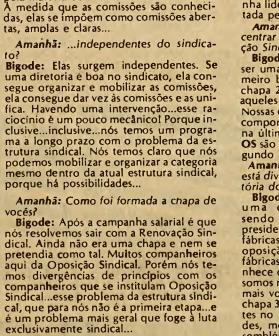
Amanhã: Mas o que são comissões de

fábrica para vocés?

Bigode: Nós somos pela formação de comissões de empresa sob a orientação do sindicato. Sob a orientação do sindicato por quê? Nós temos a visão da unidade, nós achamos que as comissões de fábrica vão se unir é no sindicato. Nós achamos que uma diretoria boa consegue unificar que uma diretoria boa consegue unificar

as comissões de fábrica.. Amanhā: E em caso de intervenção no sindicato, não há o risco de botar todo o trabalho a perder, desmobilizando as co-

Bigode: Eu faço uma pergunta a você. Como é que poderia acontecer isso? Por-



Amanhã: Mas isso foi motivo suficiente para romper a anuidade de luta oposicio-nista?

Bigode: Não, não foi. Foi motivo para que formássemos um movimento chamado Renovação Sindical. Aliás, não rompemos com a Óposição. É uma coisa que precisa ficar bem clara. O problema concreto que houve é que nós fomos à assembléia oposicionista, em janeiro deste ano, com uma carta para ser lida ali. Propunhamos a assembléia de todos os companheiros que se opunham à atual diretoria. Fizemos um esboço de uma proposta para a unidade e a ação. Mas não me foi concedida a palavra. A realidade é que, quando eu quis me pro-

23 24 25 26 27 28 29 30 31 32

nunciar, os companheiros da direção da OS já estavam prontos para não me deixar usar da palavra. Não é verdade que eu tenha lido a carta e que ela tenha sido rejeitada pela maioria.

Amanhã: A chapa 2 tem sido acusada de

centrar suas críticas mais contra a Oposição Sindical que na atual diretoria...

Bigode: Isso não é verdade. Chega até a

ser uma calúnia. Se você ler o nosso primeiro boletim - antes mesmo de sermos chapa 2 - nós pedimos unidade de todos aqueles que se opõem à atual diretoria. Nossas críticas se tundamentavam contra o comportamento de Joaquim de Andrade na última campanha salarial. As críticas à OS são posteriores: só sairam no nosso segundo boletim, de fevereiro deste ano.

Amanhã: De qualquer forma, você não está dividindo a oposição e ajudando a vi-tória dos pelegos? Bigode: Isto não é verdade. Primeiro, hã

uma calunia de que eu estario sendo ajudado pelo Malvezi (vice-presidente atual e primeiro interventor das fábricas do sindicato) para enfraquecer a oposição. Qualquer companheiro das fábricas Rádio Frigor, Ibrave, Jaraguá, conhece o Bigode, o Valtinho, e sabe quem somos nós... Depois, acho que nós tiramos mais votos da área da chapa 1 do que chapa 3. É que nós estamos sempre presentes no sindicato, em todas as suas atividades, mesmo em épocas que não de as-sembléias. Estamos nos bailes, nas compe-tições esportivas... nossa vida dentro do sindicato é muito intensa... e o Joaquim depende dos trabalhadores que vivem essa

vida sindical. Amanhã: Você andou falando em apoiar

a chapa 3, Oposição Sindical, se houver um segundo escrutínio. É verdade?

Bigode: Nós propomos que entre a chapa 2 e a chapa 3, a que for menos votada apoie a mais votada no segundo escrutínio. Aí a gente tem uma vitória de unidade. O mais importante é desalojar a atual diretoria. Podemos até retirar a chapa, se a dispu-ta ficar entre o Joaquim e o Anísio no segundo escrutinio (se ninguém conseguir maioria absoluta.

33



Flores:"Só se organizando nas fábricas se enfrenta o câncer da estrutura sindical"

Sofia: "E importante que haja duas mulheres na chapa 3"

SIN ICATO SE FAZ PELA BASE

RICARDO MARANHÃO

A experiência de organização de "comissões de fábrica", eleitas democraticamente pelos operários nas empresas, havia sido interrompida no Brasil desde 1968; a repressão à greve dos metalurgicos de Osasco (SP) destruiu as comissões existentes nas fábricas de lá. Mas em 1973, no bojo do movimento grevista da metalúrgica Villares, na capital paulista, esse organismo reaparece. Os operários em greve, reivindicando 10% de aumento, conseguiram eleger uma comissão de 20 membros, representando a quase totalidade dos empregados. A comissão tinha a tarefa de coordenar o movimento e representar os operários nas negociações com os patrões.

Embora êsse tipo de organização interna do movimento operário tenha atingido maior aperfeiçoamento, força e extensão na Espanha (as "COMI-SIONES OBRERAS" derrotaram o sin-dicalismo franquista), no Brasil ele não é desconhecido. Por volta de 1944, no fim da ditadura do Estado Novo, já eram visíveis "comissões" ou "comitês" nas empresas texteis de São Paulo, por exemplo, além de haver

noticias esparsas sôbre sua presença em anos anteiores

Entre 1945 e 1953, muitas comissões sobreviveram ativas nos setores mais organizados do movimento operário, mesmo durante a dura repressão do governo Dutra, entre 1947 e 1950. Em 1953, a famosa "greve dos 300 mil" em São Paulo foi inteiramente articulada por organização de base desse tipo. A importância delas tendem a declinar de 1954 a 1964, e a repressão pós - 31 de março tornou difícil a sua constituição. Mesmo assim, na Cobrasma. tuição. Mesmo assim, na Cobrasma, em Osasco, desde 1966 passou a funclonar com grande representatividade uma comissão eleita pelo conjunto de seus operários.

Hoje, vários setores sindicais de oposição e mesmo de situação defendem a formação de comissões ou grupos de fábricas, como algo capaz de romper a inércia e as limitações do sindicalismo, ofganizando-pela base. Entretanto, o próprio conceito de "comissão de fábrica" ainda é muito impreciso, despertando muitos debates entre as lideranças operárias que as defendem. AMANHA ouviu o conjunto dos candidatos à diretoria da Chapa 3 - Oposição Sindical - dos metalúrgicos de São Paulo, para elucidar sua posição a respeito do proble-

AMANHÃ - O que são para vocês as comissões de fábrica?

Chapa 3 - É impossível hoje defender uma idéia única e rigorosa do que seja uma comissão de fábrica. Num para o trabalho no sindicato, que é sentido mais preciso, não existe ne- fundamental. Como está no nosso sentido mais preciso, não existe nenhuma delas no Brasil, se a gente considerar que elas teoricamente deveriam ser eleitas por todos os trabalhadores da fábrica. As condições ainda precárias do movimento operário e a repressão vigente não permitem êsse tipo de coisa. Além disso, não queremos simplesmente transportar a experiencia das comissões espanholas. Existem companheiros que preferem inclusive falar em grupos de fábrica. Se um certo número de trabalhadores que normalmente lideram as lutas de seu setor ou empresa, ou tem dedica-ção constante aos problemas da categoria, se reúnem sistematicamente para discutir e encaminhar os problemas específicos da categoria, pode-se dizer que isso é, mínimo, um começo de comissão de fábrica, se não uma co-

AMANHĀ - As comissões substituem o Sindicato?

Chapa 3 - Não; a comissão sustenta o sindicato, fortalece o orgão de classe, fazendo com que seja real a idéia de que o sindicato não é só a sede e a diretoria, e sim a categoria toda. Na comissão se ajuda a quebrar, na práti-ca, a estrutura sindical. E ela se torna necessária no momento em que a gente toma consciência de que o sindicato é atrelado. Se hoje nós temos uma diretoria pelega, nos fazemos o trabalho na fábrica, isso dá mais força

programa, se eleitos nós iremos estimular a criação de comissões, usando para isso inclusive a criação de subsedes sindicais próximas das fábricas.

AMANHĀ - Mas então as comissões serão subordinadas ao sindicato?

Chapa 3 - Não. Elas serão a base real do sindicato, pois são democráticas, da mesma maneira que a gente quer a escolha democrática de delegados sindicais. As comissões têm sua autonomia, pois se a diretoria do sindicato lança uma palavra de ordem errada, que não atende aos interêsses específicos da categoria nos seus locais de trabalho, é claro que elas não vão aceitar. Isso aliás não depende de nós, de qualquer diretoria, e sim da pró-

AMANHĀ - E como se poderia viabilizar essas comissões?

que muitas comissões se formam quase espontaneamente, nos momentos de lutas específicas, como a da Villares. É claro que tem que haver alguém mais informado, mais consicente ou experiente para formá-las. O problema é que na grande maioria das vêzes elas desaparecem quando acaba a luta específica, e seria fundamental fazer com que elas sejam permanentes. Temos que levar em consideração, também, que pelas condições do sindicalismo brasileiro nós estamos muitos anos atrasados na organização de base da classe, e é preciso estimular essa organização. Nas condições atuais, por exemplo, elas não têm nem podem ter um caráter de massa, mas devem ter no futuro. Por enquanto, a gente sabe que quando há um embrião de comissão, um grupo de fábrica minimamente organizado, ele é que tem melhores condições de encaminhar as lutas cotidianas e especí-

ficas da fábrica. Por isso, esse embrião

Chapa 3 - E importante perceber se torna conhecido e respeitado, e quando há possibilidade de eleições, seus membros é que são eleitos. É o caso da antiga comissão da Cobrasma, em Osasco, em que a maioria dos membros da primeira comissão, que não havia sido eleita, foram escolhidos por seus companheiros assim que houve eleições para consolidar a co-

> AMANHÃ - Mas, se os membros das comissões não têm estabilidade, como os diretores de sindicato, qual a garantia de que êles não serão mandados embora da fábrica quando defendrem abertamente os interesses da categoria.

Chapa 3 - Nós defendemos a estabilidade para os membros da comissão, mas não só para êles. A estabilidade deles será uma mera contingência se nosso programa puder ser realizado, pois êle prevê a estabilidade e para todos os trabalhadores.

QUE PAÍS É ESTE?

O ministro Simonsen era contra o direito de greve, mas já reviu a sua posição: agora ele já admite "estudar o assunto". O General Figueiredo, que já criticou os "tubarões" que tudo querem tirar dos operários, acha possível o direito de greve. Paulo Egydio, governador e banqueiro, acha que o governador e banqueiro, acha que o movimento sindical de São Paulo já está maduro o suficiente para ter que conviver "com uma legislação trabalhista desatualizada". Empresários de vários setores acreditam que já é hora de se prepara um "outro nivol de relacionamento como a lacco nivel de relacionamento com a classe operária". E os tradicionais pelegos de São Paulo e de outros Estados estão pedindo o direito de greve, a mudan-ça da política salarial do governo, a contratação coletiva de trabalho, "e uma verdadeira reforma da Consolidação das Leis Trabalhistas"

O que está acontecendo no Brasil? Secomeçar a se precaver contra outra formulação de uma "República Sindi-calista"? Será que o "cripto-filo-comuno-trabalhismo" (*) já está novamente ameaçando a paz e a tranquilidade desta democracia relativa?

No último dia 13 de abril, a grande imprensa abriu enormes espaços para noticiar o encontro havido na véspera entre governo (ministros da Fazenda, Trabalho e o governador Paulo Egydio) e 38 presidentes de sindicatos e de federações de Trabalhadores do Estado. Tirando a ausência do presidente dos Metalúrgicos de São Bernardo (o Lula), estratégicamente não convidado, a reunião dava a impressão de que a nata do sindicalismo brasileiro (leia-se, a nata do peleguismo) resolveu colocar a boca no trombone, instrumento que estava enferrujado desde os idos de 64.

Argeu dos Santos, presidente da Federação dos Metalúrgicos dos Estado de São Paulo chegou a aconselhar Simonsen:

- Ministro, desça às bases e verifiquer como vive o trabalhador. É bom que o governo não acredite nos bajuladores que o cercam, que dão uma visão rósea da realidade ao Presidente da República. É pena que o diálogo tenha vindo apenas no fim do gover-

Dois dias depois, numa assembléia salarial no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o presidente Joaquim Andrade voltava à carga, dizendo que os trabalhadores deveriam fazer do 1º de Maio um dia de luta, e que a greve deve ser defendida como um direito do trabalhador.

O que está havendo por aqui? Estão mudando, os líderes ou está mudando a situação? Por que só agora, em 1978, é que esses temas passam a ser cogitados com tanta insistência, até mesmo pelo governo?

Empresários de alguns setores - como a indústria de bens de capital estão empenhados em conseguir do governo alguma proteção contra congêneres estrangeiros, e principalmen-te linhas especiais de crédito parta substituir importações na área de equipamentos. Uma aproximação com líderes operários representativos – que pudessem mobilizar a massa no momento de defender "a indústria nacional" - poderia aumentar seu poder de barganha junto ao Estado. Há ainda os empresários que defendem uma certa abertura sindical, temendo a proliferação de movimentos "selvagens" (greves e paralizações espontâneas, sem qualquer controle por parte dos sindicatos ou do governo). O jor-nal "O Estado de São Paulo" já chamou a atenção de seus leitores para esse particular. Nesse caso, melhor dar o direito de greve, mas com con-dições bem delimitadas, e com a supervisão dos "canais competentes".

Já os sindicalistas tem uma preocupação que parece clara. É a questão de sua própria sobrevivência. Este é um ano de importantes eleições sindicais. E as oposições vêm ganhando, ou pelo menos obtendo muito bons resultados, em vários sindicatos. Exemplos? Metalúrgicos do Rio, artistas de São Paulo e Rio, médicos de São Paulo e Rio, reeleição espetacular do Lula (noventa e tantos por cento dos votos), e alguma chance de vitória da Oposição Sindical dos metalúrgicos de São Paulo. Além disso, independentemente da participação dos pelegos, está havendo uma série de paralisações em fábricas, e os trabalhadores participam ativamente de movimentos contra a carestia e por melhores condições de vida. Exemplo dessa

participação é a maciça concentração de operários no Colégio Arquidiocesano, por ocasião do lançamento do Movimento do Custo de Vida, ou as frequentes manifestações - apresentadas até pelo rádio e TV - contra a forma com que o governo encara os problemas de transporte e saneamen-

SÉRGIO SISTER

Em resumo: o pelegato está em perigo! E se o pelegato está em perigo, o governo tem que se preocupar, tem que dar uma forcinha, como o encontro do último dia 12, prestigiado pelos gênios de nossa política econômica e trabalhista. Não foi pra menos que se prometeu até uma comissão interministerial-sindical "para estudar" as principais reivindicações trabalhistas". Se não fosse o Ari Campista balhistas da Confederação Nacional de Confed (presidente da Confederação Nacional do Trabalho) a puxar o saco, os leitores poderiam até esquecer que há eguismo, e que durante os 14 anos se praticou uma política das mais anti-populares já conhecidas pela história desta república.

Agora, para o governo, além disso tudo, a mudança de linguagem é imprescindível num ano eleitoral como o de 1978. Em 1974, no meio de uma crise que se esboçava, o governo deu um abono de emergência de 10% para tentar evitar uma derrocada de seu partidão. A palavra de ordem que corre hoje de boca em boca é a do direito de greve, é melhor então que o próprio governo a pronuncie, antes que ela seja exclusiva da classe operária e dos assalariados em geral. Assim ele pelo menos garante algum tipo de controle sobre o desdobramento que se pode esperar de uma consigna desse tipo. Se bem que em 1974 o abono não tenha dado votos à Arena, e muito embora o crescimento das oposições sindicais tenha se consolidado a partir daquela época.

(*) Era assim que os setores mais conservadores (eufemismo) da imprensa brasileira classificavam o governo João Goulart, por causa de seus frequentes contatos e trocas de apoios com o sindicalismo. Aliás, o Movimento de 64 foi justificado, entre outras coisas, para contra-golpear a for-mação de uma tal "República Sindica-



CENSURA PRÉVIA O São Paulo Movimento Tribuna da Imprensa

> Nós, jornalistas e leitores, denunciamos

SEM MEDO DE CARIMBOS

O Banco Itau demite funcionários antigos que participam de reuniões sindicais. Mas os bancários paulistas estão contrapondo a isso um movimento unitário de oposição.

O que casa melhor com a alta margem de lucro dos bancos, que no ano passado foi de 60%, do que um sindicalismo pelego? Mas os bancários de São Paulo querem dizer um basta a esta situação. Todas as sextas-feiras, no sindicato, reune-se o Movimento Bancário Pela Transformação do Sindicato, aberto à participação de toda a categoria, e que tem como o objetivo a formação de uma chapa de oposição capaz de derrotar os pelegos nas eleições da categoria em se-

Segundo o Movimento, a questão que hoje se coloca é a unidade de classe frente aos patrões" Como atingi-la? Conscientizando a categoria de que esta unidade 'em hipótese alguma poderá ser conseguida com palavras, acordos platônicos, negociações diplomáticas". Alias, é o que a direção pelega do sindicato vem fazendo. Como no ano passado. Na campanha salarial, passando por cima das Assembléias, a direção sindical se recusou a encaminhar luta pelos 65% de reajuste. Além disso foram proibidas ás reuniões no sindicato e os bancários tiveram que tomar a sala à força.

Mas o movimento de oposiação entende que a unidade da catego-ria é fundamental. Uma unidade que buscam construir "no calor da lutas", a partir da organização da categoria em Comissões nos próprios locais de trabalho. Com isto pretendem estar abrindo novas pesrpectivas para o sindicalismo. "Estas Comissões - dizem - permitem aos trabalhadores se organizarem independetemente da estrutura sindical corporativa, burocrática e conciliadora, ao mesmo tempo em que são os germens de um novo sindicalismo, combativo e democrático, que emergirá dos destroços dos atuais sindicatos".

Apoio aos demitidos

Mas a luta pela "democracia sindical" com assembléias soberanas democráticas, o jornal da entida-

24

de aberto a todos os trabalhadores e por um sindicato regido por um estatuto aprovado pelos próprios trabalhadores não é fácil. A organi-zação das Comissões é dificultada pelos patrões e os bancários que lutam por ela são sistematicamnete

perseguidos.

É o caso de Jairo Teixeira, 18 anos de Banco Itaú, salário de C\$ 10.500. Foi demitido. A razão? Ridícula: disseram que ele era "muito caro" para a empresa por sua participa-ção no Movimento de Oposição dos bancários. Jairo foi a uma reunião do sindicato e denunciou a perseguição, conseguindo amplo apoio do movimento. Lá ele encontrou mais dois colegas seus, também do Itaú, com mais de 9 anos de casa, demitidos pelo mesmo motivo. Para ele, e na opinião geral dos integrantes do Movimento, tais pressões mostram como a atual estrura sindical está podre. É neces-sário cambater o FGTS pois ele, além de permitir a alta rotatividade da mão de obra, está sendo usado políticamente. Como um fação. Cortando cabeças que se levantam contra o arrocho salarial, pelas liberdades sindicais e democráticas e pla organização dos bancários nas agências e nos Bancos. Comissões, contra Arbitrariedades

Naquela reunião tumultuada em que Jairo fez a sua denúncia, outras, também extremamente sérias foram feitas. Segundo um funcionário, existem salas de confinamento no Banco Itaú. Quem não se comporta segundo manda o fi-gurino do patrão, sala de confinamento nele! Outros integrantes do Movimento, conforme afirmaram, foram impedidos pela segurança do Banco do Paraná de entrar nas dependências de uma de suas agencias para distribuir um boletim de convocação. No Comind, pela mesma razão, bancários foram expulsos do recinto da agência. Só que aí se alegou que o sindicato havia solicitado que o banco impedisse a distribuição de qualquer coisa que não tivesse o seu carim-

25 26 27 28 29 30 31

32

33

Mas bancários não se intimidam com carimbos. Atualmente já existem três comissões sindicais traba-Ihando (no Banco do Brasil, no Banespa e no Banco do Estado do Rio de Janeiro), tendo sido formadas em reuniões abertas em cada banco. A união se mostra, na prática, muito superior aos conchavos entre patrões e pelegos. A Comissão do Banco do Brasil, por exemplo, conseguiu recentemente impedir que os preços das refeições fossem elevados de Cr\$ 6,50 para Cr\$ 18,75 ao organizar um boicote dos funcionários ao restaurante.

Os pelegos sentem-se ameaçados e combatem de todas as formas o Movimento. Sob alegações várias impedem o acesso da imprensa às reuniões e chegam a publicar matérias pagas na grande imprensa criticando a atuação da oposição. Tudo isso, segundo os integrantes da oposição, visa tão somente caracterizar como "clandestino" um movimento democrático que é aberto à participação ampla da categoria.

Mas o movimento Bancário pela Transformação do Sindicato tem horizontes ainda mais largos e não se intimida com a ação dos pelegos. A unidade que buscam não é só da categoria, mas também desta com os demais trabalhadores. Querem a liberdade de organização da classe trabalhadora como um todo, sem a tutela de qualquer aparelho oficial de controle.

Ampliando suas perspectivas, o Movimento afirma: "sem democracia interna nos sindicatos, que dê a iniciativa às bases e faça prevalecer suas decisões e sem uma Central Sindical que unifique as lu-tas nacionalmente, a tendência sin-dical será a dos últimos anos, descrença, desmobilização e controle estatal". Por isso, para os bancários de oposição, o processo de eleições sindicais deste ano, abre novas perspectivas para o seu fortalecimento. Para que não aconteça mais, por exemplo, o que aconteceu com Jairo Teixeira.



12 13

14

1968: "O primeiro de maio é nosso

Luiz Antônio Nascimento

BRASILIA – A Delegacia Regional do Trabalho já programou um jogo de lutebol, demonstrações militares de ginástica e um espetáculo no Teatro Municipal para comemorar o Dia do Trabalhador.

RECIFE – A festa oficial do 1º de maio será realizada na Praça da República, que começa a ser enfeitada amanhã com bandeirolas para receber os trabalhadores. Haverá sorteio de presentes e dezenas de brinquedos serão distribuidos entre os filhos dos operários.

Era a irritante rotina, desde 1964. Mais uma vez. Estampada em pequenas e insistentes notas que se dispersamonada em pequenas e insistentes notas que se dispersamonada.

tra a irritante rotina, desde 1964. Mais uma vez. Estampada em pequenas e insistentes notas que se dispersavam, dia a dia, nas páginas das primeiras edições de abril da grande imprensa. De Brasilia, de Recife, da maioria das capitais, as notícias chegavam no mesmo tom: bandas e fanfarras, futebol de graça, presentes e promessas, feriado nacional. Em nome do Governo da Revolução, para o trabalhador brasileiro.

Mas, por mais insistentes que fossem, essas notas não chegavam às primeiras páginas dos grandes inraais. Flas

chegavam às primeiras páginas dos grandes jornais. Elas estavam ocupadas em retratar o momento do país. Nas repercussões do assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, por tropas da Policia Militar, no restaurante do Calabouço, no Rio de Janeiro. Nas manifestações de rua no Rio, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre. Nas prisões. No movimento grevista das siderúrgicas mineiras de Contagem, que paralisaram 19 empresas naquela cidade industrial e mobilizaram 15 mil operários. Na re-

A rotina parecia ameaçada. A grande festa oficial parecia ameaçada. E, aos poucos, os mesmos telegramas foram tomando uma outra forma.

PORTO ALEGRE - Os trabalhadores gaúchos estão divididos em relação às comemorações do dia 1º de

Fazia quatro anos que o 1º de Maio era só festinhas e promessas.

maio. Sob a liderança da Delegacia Regional do Traba-

maio. Sob a liderança da Delegacia Regional do Trabalho, a maior parte dos sindicatos optou pela solenidade oficial; outras entidades, porém, pretendem realizar cerimônia à parte, alegando que "1º de maio não é dia de festas, mas de luto".

NITERÓI - O governador Jeremias Fontes examina amanhã a decisão dos lideres sindicais fluminenses de cancelar todas as solenidades comemorativas do Dia do Trabalhador. Na reunião da Secretaria de Segurança, segundo revelou o presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio, Oldenir de Almeida, o coronel Homem de Carvalho aconselhou os trabalhadores a só realizarem a concentração pretendida com garantias policiais, "que não poderão ser dadas".

Era o primeiro sinal de uma oposição que começava a renascer na classe operária. Ela não queria mais presentes, homenagens, títulos. Oprimida, tentava romper o silêncio, ainda que timidamente. E nem mesmo um aumento de 10%, a título de abono, concedido aos trabalhadores pelo Governo Federal, no final de abril, a mainou aquele inconformismo que começava a se desenhar.

Havia a abertura. O governador Abreu Sodré, de São

Paulo, preocupado em criar uma nova imagem, a imagem do líder popular - mesmo enfrentando a carga de impopularidade que seu governo guardava por estar ligado ao poder revolucionário - autorizara uma concentração de trabalhadores na Praça da Sé. E essa concentração, por decisão da Il Conferência Nacional dos Dirigentes Sindiçais, passara a ter um caráter nacional

gentes Sindicais, passara a ter um caráter nacional. Mas havia, também, o peleguismo. Por trás de todas as críticas à política salarial do Governo, por trás de todas as ufanistas previsões de que seriam revividas as gran-des, espontâneas e expressivas comemorações do passa-do, os líderes sindicais paulistas assumiam controverti-

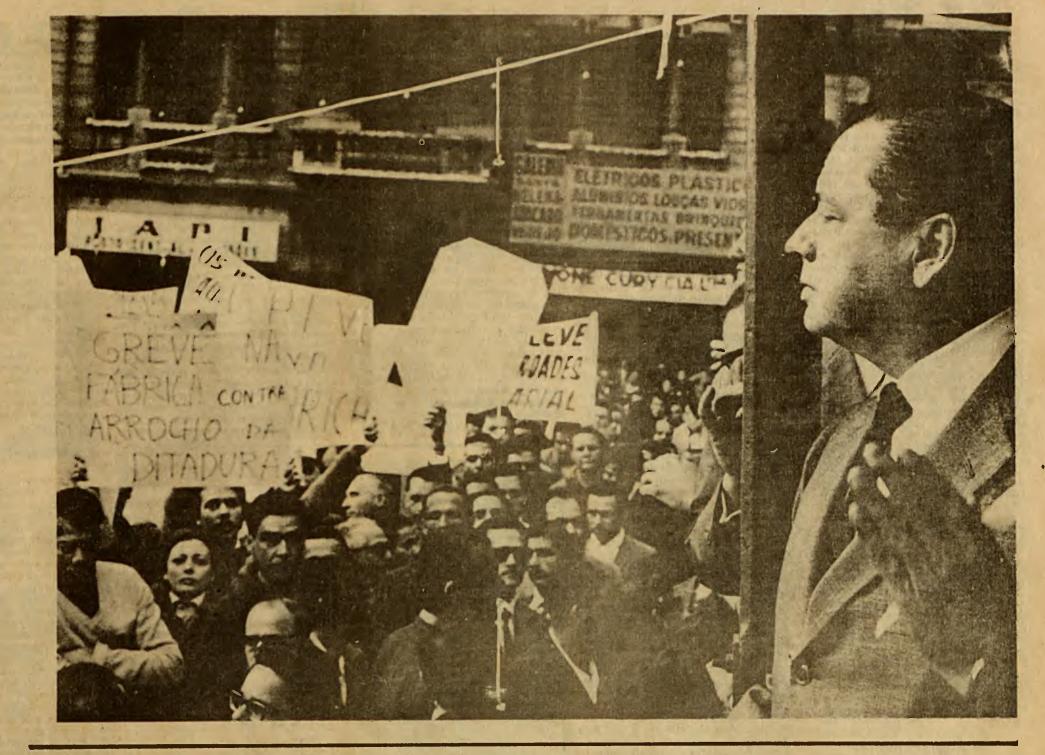
Deixavam escapar comprometedores desabafos - "O governador Abreu Sodré estará presente à concentra-ção, porque, afinal, ele também é o governador dos tra-balhadores" (Joaquim dos Santos Andrade, então presi-dente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo) isolavam o movimento de todas as outras manifestações Queremos uma concentração pacífica só de trabalha-

dores, com espírito de harmonia, com maturidade, com esclarecimento; não queremos minorias interessadas em fazer bagunça, agitação" (o mesmo Joaquim).

E havia, naturalmente, a repressão. Cada vez mais forte. O Exército, a uma semana do movimento, declarou-se de prontidão alegando que todas as manifestações estudantis, as bombas que explodiram e o movimento grevista nas siderúrgicas mineiras de Contagem (orimeira grave importante póss64) obedeciam a diretri-(primeira greve importante pós-64) obedeciam a diretrizes da linha comunista cubana e chinesa, traçadas na Conferência Tricontinental de Havana, em 66. O próxi-mo passo deste "movimento de agitação e subversão", segundo os militares, seria a concentração da Sé.

O primeiro passo, porém, foi outro. A quatro dias da concentração, o então diretor do Sindicato dos Têx-teis de São Paulo, Paulo Cseh, anunciava aos jornais que o MIA - Movimento Intersindical Anti-Arrocho - estava, definitivamente, extinto. Cseh justificava a extinção do MIA - criado em agosto de 1967 - alegando "problemas internos" e a ausência de "uma linha de ação determinada". Mas acalmava os trabalhadores com a noticia de que, naquele mesmo dia, tinha sido criada, em seu lugar, a Comissão Executiva para Elaborar o 1º de Maio, "que pretende apenas fazer um comício pacifico no Dia do Trabalho".

O Movimento Intersindical Anti-Arrocho estava extinto, não estava morto. Fóra condenado pelo Ministério do Trabalho, fora sacrificado pelas falsas lideranças



sindicais. Mas o sentido da luta resistia, teimosamente, sindicais. Mas o sentido da luta resistia, teimosamente, entre os trabalhadores. E a primeira faixa-que ficou pronta para a concentração, entre os metalúrgicos, por exemplo, parecia exprimir aquilo que os preocupados dirigentes chamavam de "falta de uma linha de ação definida". Em letras garrafais, a faixa dizia: "QUEREMOS SALARIOS MAIS JUSTOS. ABAIXO O ARROCHO SALA-RIAL"

RIAL."
Os trabalhadores sabiam o que queriam. Em São Paulo, diante da abertura concedida pelo governador - "um autêntico democrata", como cansava de repetir um outro dirigente sindical (Frederico José Brandão, presidente do Sindicato dos Bancários) preocupado em descobrir "a maneira ideal" de dialogar com as autoridades - os trabalhadores sabiam que aquela era a hora de los reastratores em Minas de levar para a rua todas as suas insatisfações. Em Minas,

> Greve operária em Contagem. Passeatas. Bombas. A festa oficial parecia ameaçada.

os protestos já ganhavam força. Como no programa ela-borado pelo Movimento Intersindical de Belo Horizon-te para as comemorações de 1º de Maio. Previa uma concentração (que seria reprimida) e foi defendida pelo presidente do Sindicato dos Bancários, Homero Gui-

presidente do Sindicato dos Bancários, Homero Guilherme de Almeida. Concedendo uma entrevista no dia 28 de abril, ele chegou a assustar os que falavam em harmonia, que procuravam o diálogo "ideal".

- "Não queremos a homenagem demagógica (balas, bombons, futebol, títulos) e outras migalhas (o aumento de 10% anunciado pelo Governo Federal) que não resolverão, de forma alguma, a verdadeira situação do trabalhador brasileiro: de fome, intranqüilidade e inconformismo ante uma política adversa que lhe é imposta duramente desde março de 64".

Na verdade, sobreveio o medo. Os órgãos de segurança, assustados com as últimas manifestações estudantis – passeatas, depredações contra viaturas políciais e o jornal O Estado de São Paulo – montaram um plano especial "para ser acionado ao menor indício de perturbação da ordem". As falsas lideranças sindicais passaram a temer pelo "êxito da concentração" e, em muitas entrevistas, revelaram suas preocupações:

- "Todos esses atentados têm o propósito de pro-

vocar o governo para que ele tome medidas ainda mais duras contra a classe operária." (Joaquim Andrade, pre-sidente dos Metalúrgicos.)

 "Nós já previamos, antes do atentado ao jornal O
 Estado de São Paulo, que poderia haver ameaça de agitação. Dai termos repudiado os grupos divisionistas que só querem conturbar a ordem". (Jose Rufino Pereira, presidente dos gráficos.)

- "São muito pretensiosos esses estudantes. Dizem que vão impedir que a manifestação se transforme em uma festa de regozijo. Mesmo que isso aconteça, eles não têm nada com isso." (Frederico José Brandão, presi-

dente dos bancários.)

O governador Abreu Sodré parecia acreditar na sua habilidade política. E confirmava sua presença na concentração da Sé, "apesar de saber que, lá, encontrarei muitos que divergem de mim". E esses muitos que divergiam dele passaram a ser muito mais numerosos na medida em que sentiam que suas reivindicações, suas lutas, seriam manipuladas para transformar o 1 de Maio numa grande festa demagógica em que operários e pa-

numa grande festa demagogica em que operarios e patrões trocassem abraços de confraternização.

Assim, entre o medo, a farsa e a revolta, aquela quarta-feira, 1º de Maio de 1968, amanheceu na velha Praça da Sé. Pelas arvores, pelos postes, pelas paredes, pelas mãos, as primeiras faixas chegavam: "O povo unido derruba a ditadura", "Abaixo o arrocho salarial", "Queremos liberdade", "Mais pão, menos canhão", "Ditadura assassina", "Olho por olho, dente por dente" "Na luta do povo pelego não tem vez" te", "Na luta do povo, pelego não tem vez"

Diante da Catedral, um pequeno palanque verde. Pelas ruas, centenas de policiais, "brucutus" e carros de polícia. E o povo chegando, em grupos. Eram operários de mais de 30 sindicatos. Eram estudantes de diversas unidades universitárias. Eram mais de seis mil pessoas à espera de uma manifestação livre. Era a tensão aumentando a cada minuto.

Os órgãos de segurança se agitavam, com um grande número de agentes à paisana e uma advertência expressa no próprio relatório de um de seus delegados: "O governador sabe o que deve acontecer, porém, ainda assim, quer que o policiamento não seja repressivo, nem violento. O DOPS está informado do plano dos estudantes, que se reuniram no dia 30, no CRUSP, no sentido de executar um plano de agitação e agressão ao go-

vernador".

O governador chegou. Passava um pouco das nove e o pequeno palanque verde estava entregue a alguns líderes sindicais. Joaquim Andrade, presidente dos metalúrgicos; José Rufino Pereira, presidente dos gráficos; Frederico Brandão, presidente dos bancários; entre outros, despejavam suas posições dentro do que eles estabeleceram "com espírito de harmonia, com maturidade e esclarecimento".

e esclarecimento" E seus objetivos pareciam realizados. O povo estava quieto. Aqueles que esperavam o sonhado e prometido expressivo 1º de Maio, estavam quietos. Sem aplausos, sem apartes, numa nervosa expectativa. De repente ouvem-se as primeiras valas. A princípio, hesitantes; logo depois, vigorosas, intermitentes: é o governador, com seu terno impecável, o sorriso largo, saindo da Ca-

> O governador banqueiro Sodré quis fazer média. Levou pedrada.

No ano seguinte, os comícios de 1º de maio de No ano seguinte, os comícios de 1º de maio de São Paulo desencadearam um movimento de greve geral pelas oito horas de trabalho, seguindo as diretrizes do congresso anarquista de 1906. O movimento se estendeu até meados de junho, quando terminou a greve geral com várias conquistas para os trabalhadores de São Paulo, Santos, Campinas, Ribeirão, Araraquara, São Bernardo, São Carlos, Salto de Itu e Cravinhos.

policiais... No que diz respeito à comemoração da data do 1º de maio, sempre o delegado de polícia procurou impedir qualquer concentração em praça pública. A massa trabalhadora, porém, era fértil em estratagemas e a polícia nem sempre levava a melhor". E acrescenta: "Nós levávamos a sério a comemoração do Primeiro de Maio... essa data trágica que lembra tanta luta, tanta aspiração, que recorda forças na praça pública, lembra már-tires e barricadas para a conquista da jornada de

10 11 12 13 14 15

tedral, descendo as escadarias, rumo ao palanque e acompanhado de assessores. Umas poucas palmas, escassos abraços dos líderes sindicais instalados no apertado palanque não chegam a cortar as vaias.

- Fora Sodré! Fora pelego! Fora pelegos!
Sodré parece tranqüilo. Mantém o sorriso. Demonstra confiança. Está ao lado dos líderes de uma Confederação, 12 federações, 30 sindicatos. Está ao lado do Chefe da Casa Militar e de dois oficiais, à paisana. E começa a falar.

meça a falar.

– Esta é uma prova evidente de que em nosso Estado a democracia respira!

As valas continuam. Mais enérgicas.

- Fora Sodré! Fora pelego! Fora pelegos!
Abreu Sodré insiste. Já sem o sotriso.

Esta é uma prova evidente de que em nosso Esta-

do a democracia respira! do a democracia respira!

As vaias prosseguem, agora acompanhadas de bolas de papel, de pedras. Sodré esquiva-se. Com uma das mãos, segura o microfone, com a outra, procura se defender. E começa a gritar. Em vão. Os fios do sistema de alto-falantes são cortados. Uma das pedras atinge sua testa. Seus agentes, auxiliados pelos lideres sindicais entram em ação. Todos se refugiam na catedral enquanto a massa toma conta da praça. Confortado por aqueles dirigentes e seus assessores, o governador ainda encontra

rigentes e seus assessores, o governador ainda encontra um jeito de desabafar. - Este sangue não será motivo para que a liberdade seja ferida. Ele é o preço que pago pela luta que estou travando em favor dos operários. Daqui vou diretamente para o Palácio dos Bandeirantes para assinar a prorrogação da lei que aumentará em um por cento a aliquota do ICM. É uma promessa que fiz para não esvaziar o bases de daz acresente que se Coverno Federal concestora do concesto que o Coverno Federal concestora de daz acresente que a concesto de daz acresente que a concesto de concesto de descripción de concesto de conc abono de dez por cento que o Governo Federal conce-

23 24 25 26 27 28 29 30 31

deu aos operários.

Os líderes que o acompanhavam e que tinham armado, com o apoio e a aquiescência do governo, aquela concentração, estavam visivelmente constrangidos e esforçavam-se em convencer, principalmente o gover-nador, de que toda aquela agitação tinha partido de grupos minoritários extremistas. Revoltados, reuniram-se no Sindicato dos Metalúrgicos, na rua do Carmo, para um desagravo ao governador, "pela atitude corajosa de sua excelência, expondo-se conosco à fúria irracional desses individues com a conventor reconstructor de servicional desses individuos, sem sequer preocupar-se com sua própria integridade pessoal".

Sodré: "Em nosso Estado a democracia respira." A massa: "Fora Sodré! Fora pelegos!"

Mas, a esta altura, a oposição operária já tomava conta da praça e, apesar da imediata e violenta ação policial – 22 pessoas (12 operários, 8 estudantes, um escritor e um jornalista) foram logo presas – discursos inflamados passaram a se suceder naquele que, minutos atrás, era o palanque oficial da grande festa de confra-

ternização.

- A derrubada dos pelegos é uma vitória e a luta deve continuar nas fábricas e nos sindicatos.

Um a um, os líderes da oposição operária, representando cada um dos sindicatos, foram discursando. Os

mais moderados exigiam a revogação da lei do arrocho, a extinção do atestado de ideologia, a garantia do direito de greve e uma anistia ampla e irrestrita. Os mais exaltados conclamavam uma frente única para derrubar o arrocho e as leis opressoras do governo militar imperialista e defendiam a luta pelos comitês de fábrica.

Entre um e outro discurso, a presença dos estudantes, José Dirceu, ex-presidente da UEE; Catarina Melloni, também da UEE; Luís Travassos, expresidente da UNE – todos eles também discursaram identificando os pontos em comum no programa de lutas e reivindicações e destacando que estavam ali não para dirigir a luta dos operários mas para aprender a lupara dirigir a luta dos operários, mas para aprender a lu-

Fim do comício, palanque destruído, operários e estudantes, num total de três mil pessoas, saem em passeata pela cidade. Logo na rua XV de Novembro, surge o primeiro coro -"O abono é tapeação" - surge o primeiro alvo - um grande cartaz do Ministério do Exército convocando os jovens para o serviço militar. Vez por outra, um comicio-relâmpago, novo coro e, na praça Antônio Prado, a revolta por toda a opressão do regime explode contra a fachada do National City Bank – paus,

pedras, o banco é depredado.

E a passeata continua. Chega ao Vale do Anhangabaú, atinge a Avenida Sao João. Na esquina com a rua Conselheiro Crispiniano, pára. Tropas do Exército guardam o Quartel-General. As metralhadoras apontam para os manifestantes, a tensão aumenta. Mas o coro

para os manifestantes, a tensão aumenta. Mas o coro continua - "O povo organizado derruba a ditadura" - e a força policial não reage. Apesar dos paus, das pedras. Dali, a multidão parte para a Praça da República. Panfletos correm de mão em mão, a vigilância policial fica mais ostensiva, os manifestantes tomam o coreto da praça. E ali, enfim, amanhecia o verdadeiro 1º de Maio. Na voz de "Escoteiro", um enorme negro, operário, o

A passeata toma o coreto da Praça da República: "Agora é o nosso 1º de Maio!"

primeiro a falar quando os relógios já indicavam o meio-

- "Agora estamos comemorando o nosso Primeiro

- "Agora estamos comemorando o nosso Primeiro de Maio, não o dos patrões".

Os discursos foram radicais. Os líderes anônimos - metalúrgicos, têxteis, bancários - arrancavam aplausos da massa que, em coro, repetia: "Abaixo a ditadura", "Contra o arrocho salarial". Os estudantes permaneceram em silêncio - era uma festa de operários e a participação deles ficou limitada ao apoio na presença e nas reivindicações, que os trabalhadores fizeram questão de exaltar e agradecer a cada discurso.

Ao mesmo tempo, recrudesce a movimentação na

Ao mesmo tempo, recrudesce a movimentação na Praça da Sé. Um operário escala as escadarias da Cate-dral, abre uma enorme faixa - "Queremos Liberdade" e improvisa um discurso. As centenas de pessoas que es-

e improvisa um discurso. As centenas de pessoas que estavam espalhadas pela praça se juntam, oradores se succedem, ensaia-se uma nova passeata. Mas, aí, a repressão vem violenta. Policiais e investigadores do DOPS entram em ação, o comício acaba na hora. Com agressões, tiros e novas prisões.

A ordem de dispersar só não atingiu um grupo de motoristas de táxi que, reunido numa das esquinas da praça, tentava, inutilmente, arregimentar passageiros para um outro jogo. Que foi realizado, que terminou, mas do qual ninguém, hoje, lembra o resultado:

- "Pacaembu, quem vai? O Timão enfrenta o São Paulo e o futebol, hoje, é de graça".

32

33

34 35 36 37 38

1º de Maio - O Começo

Libertários Bandeiras vermelhas, uma multidão de chapéus e bonés, aplausos. Depois de discursos inflama-dos, em defesa dos trabalhadores, pela jornada de

8 horas de trabalho, os operários que constituem a massa agitam bandeiras vermelhas e cantam a 'Internacional"

No dia 1º de maio de 1906, os operários brasileiros comemoraram pela primeira vez o Dia do Tra-balho em praça pública, no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Nesse ano, o movimento operário, apesar de incipiente, vivia um momento de ascenso. As lutas reivindicatórias contra as miseráveis condições de trabalho das nossas primeiras indústrias permitiam, desde o fim do sécu-lo passado, a multiplicação de ligas e uniões ope-rárias. A classe trabalhadora ainda era numericarárias. A classe trabalhadora ainda era fidificia-mente insignificante, mas a presença dentro dela de um elevado contingente de imigrantes – italia-nos, espanhóis, principalmente – fazia com que as idéias anarquistas, libertárias, proliferassem e des-sem forma política às reivindicações classistas. Desde 1894 as lideranças operárias procuravam festejar o Primeiro de Maio. Em abril deste ano, a polícia invadiu uma reunião de socialistas e anar-

polícia invadiu uma reunião de socialistas e anarpolicia invadiu uma reunião de socialistas e anarquistas que oscutia a comemoração, prendendo operários brasileiros e italianos. No ano seguinte, em Santos, os operários comemoravam o 1º de maio no interior de suas ligas e uniões, e em 1899 o "Clube Internacional do Trabalho", de São José do Rio Pardo, publicou no "Proletário" um manifesto redigido por Euclides da Cunha.

O ano de 1906 foi importante para a organização da classe trabalhadora: surgiram novas ligas e

uniões, começaram a circular novos periódicos de trabalhadores, e aumentaram as greves reivindi-catórias. Em abril de 1906, na sede social do Centro Galego do Rio de Janeiro, e Jundial, comemora-ram com comícios em recintos fechados, em que falaram líderes como Edgard Leuenroth e Everar-

Everardo Dias, um dos líderes da época, conta que "... os comícios eram levados a efeito sempre a revelia das determinações proibitivas e ameaças oito horas". (I.A.C.)

DOUTOR, VÁ PROCURAR SEUS DIREITOS

Há dois anos, surgiram em São Pau-e no Rio grupos de médicos disposa organizar movimentos de oposido às inativas direções do Sindicato dos Médicos: os "Movimentos de Renovação". Em ambas as cidades, o coroamento dessa luta foi a vitória nas eleições para a diretoria.

Em São Paulo, as sucessivas tentativas da antiga direção do Sindicato, de tumultuar o processo eleitoral, foram em vão: no pleito realizado há pouco mais de dois meses, depois de várias mudanças de data, a chapa oposicionista foi vitoriosa. O que há de novo em tudo isto? E porque os médicos finalmente chegaram às "páginas traba-lhistas" e às "seções sindicais" da grande imprensa diária, habitualmente consagradas a categorias profissionais como metalúrgicos ou bancários? A novidade não está na existência do Sindicato: em São Paulo, ele existe desde 1929, sendo portanto anterior à nova política sindical (ao mesmo tempo de incentivo e de contrôle) instaurada pelo Estado Brasileiro a partir de 1931. A novidade está na participação: até dois anos atrás, as eleições do sindicato paulista se realizavam num clima de desinterêsse geral, e se essa apatia da "massa" dos médicos garan-tia a impunidade de direções permanentemente inativas, o panorama hoje está totalmente mudado: nas eleições de 1978, a chapa oposicionista apresentada pelo "Movimento de Renovação", a despeito de sua ju-ventude (idade média dos candidatos: 30 anos), colheu votos não apenas entre os jovens médicos, mas, surpreendentemente, também entre profissionais veteranos e experimentados. Por que esse interesse e essa partici-

pação? E qual a razão da vitória da chapa oposicionista? As respostas estão contidas naquilo que o "Movimento de Renovação" diz aos médicos de 1978: o seu programa, as lutas que ele propõe à "massa" da categoria. É que o programa apresentado e as lutas propostas parecem ser respostas adequadas a novos problemas, decorrentes da nova situação vivida pela categoria médica. Essa situação, apenas esboçada há dez anos atrás, revela hoje com toda a clareza os seus con-

O Assalariamento

Até meados da década de 1960, o médico era um profissional liberal: um pequeno produtor independente de um serviço de consumo individual, a saúde. Entretanto, com o grande desenvolvimento da indústria, a partir de meados da década de 1950, o "médico de consultório" não poderia mais satisfazer as necessidades de reprodução da força de trabalho. Além disso, com a intervenção "privatista" do Estado no campo da saúde popular, favorecendo os grandes grupos empresáriais-hospitalares, e com a ex-pansão maciça do ensino de medicina, se deflagra um novo processo: o assalariamento dos profissionais médicos, ou seja, a transformação dos antigos profissionais liberais em trabaslhadores assalariados, a serviço da emprêsa médica privada ou do Estado.

Aspectos importantes desse processo são, não apenas a diminuíção do nível de remuneração, implicada na passagem do honorário ao salário, como também uma perda relativa do poder de decisão profissional gozado pelos "médicos de consultório". Co-loçado agora diante do capital, o médico passa a viver, como qualquer trabalhador, os problemas que exprimem a exploração do seu trabalho: salários aviltantes, longas jornadas de trabalho, ritmos insuportáveis, etc. A sua força de trabalho é agora comprada e vendida, foi convertida em mercadoria: doravante, o médico deve lutar para obter melhores condições de reprodução de sua força de trabalho. Para tanto, é preciso que ele reivindique, pressionando o Estado pelo reconhecimento de suas exigências como direitos. Nesse momento tornase indispensável a criação de um novo instrumento de ação coletiva: o sindi-

O Novo Sindicado e as Lutas Atuais

A nova direção do Sindicato dos Médicos de SP procura aumentar sua participação sindical, e aglutinar a "massa" da categoria em torno de um programa de defesa da força de trabalho do profissional médico. Tal programa dá enfase à luta por melhores salários, pela diminuição do número de atendimentos por hora de trabalho (uma modalidade da luta salarial), pelo reconhecimento de direitos já gozados por outros trabalhadores (FGTS?, 13º salário, etc). Mas, ao deflagrar a luta pela resolução de problemas fundamentalmente decorrentes do assalariamento crescente da categoria, a nova direção sindical procura simultâneamente tor-nar a "massa" dos profissionais médicos conscientes de sua condição de as-

De fato, essa consciência não é evidente: muitos médicos plenamente assalariados mantém consultórios particulares, na esperança de terem acesso ou recuperarem a condição de profissionais liberais, ou então como símbolo de prestígio. E essa inconsciência pode também explicar porque muitos médicos de empresas aceitam, passivamente, a sua classificação como "autônomos", deixando assim de obter o reconhecimento de direitos próprios às ca-tegorias assalariadas: o FGTS, o 13% mês, etc.

A nova direção sindical procura, por-tanto, fomentar a sindicalização em massa e aumentar a participação sindical; daí a proposição de um programa aglutinador capaz de desenvolver a unidade interna da categoria, bem como a preocupação em evitar a eclosão de questões suscetíveis de dividir precocemente o movimento sindical médico. O programa do sindicato se concentra prioritariamente na defesa da forca de trabalho médica, na luta pela conquista de direitos trabalhistas. Evidentemente, essa opção sindical não tem o condão de (e nem seguramente o pretente) sufocar a discussão profissional e popular sobre as grandes questões ligadas à prática da medicina no quadro do capitalismo brasileiro.

Estado e Mercantilização

A primeira delas já assume a forma de uma denúncia, ao qualificar os serviços de saúde no Brasil como uma mercadoria, oferecida ao povo por empresas hospitalares de fim lucrativo, com o beneplácito do Estado. A denúncia à mercantilização da medicina não só é endossada pelas classes populares, como também parece ganhar o apoio de uma parcela considerável da categoria médica. Mas estará a categoria verdadeiramente unida em torno de uma mesma solução para que a questão da mercantilização da medicina"?

Para muitos médicos, tal denúncia equivale fundamentalmente à crítica da exploração do médico pela empresa privada de serviços médicos; nesse caso, a melhoria dos serviços de saúde oferecidos à população adviria homeopaticamente da melhoria geral das condições de trabalho do médico assalariado (melhores salários, menos pacientes por hora de trabalho, etc.)

A proposta de socialização da medicina está longe de conquistar a unanimidade da categoria; na verdade, ela implicaria a plena consciência de que o Estado, hoje, deixa de oferecer serviços de saúde a todo o povo, não por incapacidade financeira (ele paga por tais serviços às empresas médicas), e sim,

por orientação deliberadamente privativa. Muitas propostas globais de solução para a questão da saúde no Brasil revelam, a rigor, com clareza as suas raízes corporativas. Para determinados setores, o objetivo desejável é a redução dos lucros das empresas médicas e a instauração de um capitalismo menos "selvagem" na medicina. Outros aspiram a uma semi-restauração do caráter liberal da profissão médica através da eliminação da "intermedia-ção" entre o paciente e o Estado, representada pelas empresas médicas privadas; eliminado o intermediário indesejável, a relação entre médico e Estado poderia seguir o padrão francês (remuneração do "médico de consultório" pelo cliente, e deste, pelo Estado). Alguns poucos ainda ventilam a possibiliade de formação de cooperativa de médicos, embora a maioria reconheça que elas seriam inoperantes diante do poderio das grandes empresas médi-cas, salvo em caso de total mudança

das regras do jogo.

A nova direção sindical ainda não tem posição definida sobre a solução para essa questão. Diante da variedade de propostas e da possibilidade de divisão do movimento, as novas lideranças preferem manter aberto o de-

Médico x Paciente

Outra questão de ordem geral se insinua no debate profissional e popular sobre a saúde no Brasil: trata-se de uma indagação sabre a justeza de uma rígida divisão do trabalho, que converte uns homens em médicos, e outros, em pacientes. Essa questão, longe de ser uma readaptação localizada de um debate mais geral, é diretamente estimulada pela situação par-ticular do Brasil: um país de mais de 100 milhões de habitantes, a presença de áreas extremamente atrasadas, populações miseráveis: E, mais concretamente, a Organização Pan-Americana de Saúde já desenvolveu, na Colombia, um plano de formação de leigos, em três semanas, para atender os casos mais simples dos postos de saúde. Todavia, seria difícil compatibilizar propostas de difusão popular das práticas médicas e de superação de uma rígida divisão popular das práticas médicas e de superação de uma rígida divisão do trabalho com as características de uma luta sindical que se delineia, antes de mais nada, como luta pela defesa da força de trabalho e, simultaneamente, pela reafirmação

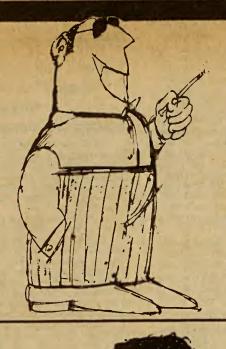
profissional. Acrescente-se que as experiências de participação popular nos assuntos médicos, levadas a cabo em Minas Gerais, acabaram por chocar-se com obstáculos ponderá-veis: é que a participação das classes populares nos assuntos médicos acendia o seu desejo de participação nos demais assuntos da localidade. E, talvez justamente de por isso, esse poderia ser um ponto central nos debates a serem travados, no futuro, dentro da categoria médica.

Estrutura Sindical e Democracia

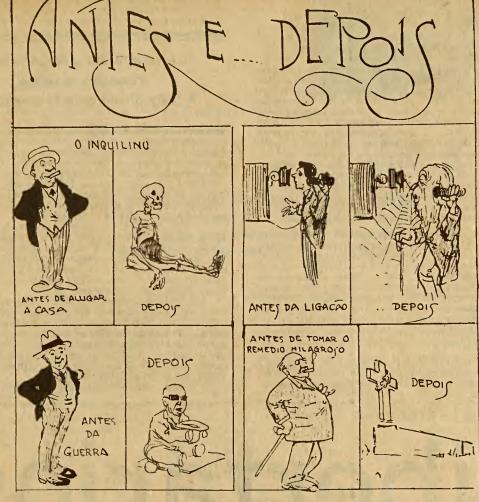
Qual é a posição da "massa" dos médicos diante do atrelamento do seu Sindicato ao Estado (imposto sindical, reconhecimento legal, etc.)? A crítica ao sindicalismo de Estado está na ordem do dia? Façamos um paralelo: entre 1931 e 1935, os membros e as direções dos sindicatos menos fortes consideravam vantajosa a possibilidade de recorrerem à proteção do Estado contra as ameaças constantes do patronato às atividades sindicais. Similarmente, num momento em que os médicos, na vivência dos seus novos problemas, descobrem a existência de seu sindicato, a crítica aberta à estrutura sindical é pouco provavel. Esse fato, no entanto, não anula a possibilidade de organização dos médicos nos seus locais de trabalho, em organismos como as comissões de médicos (por hospital) e as associações hospitalares de médicos residentes, cuja eficácia foi plenamente comprovada em lutas reivindicativas desenvolvidas ao longo de 1977.

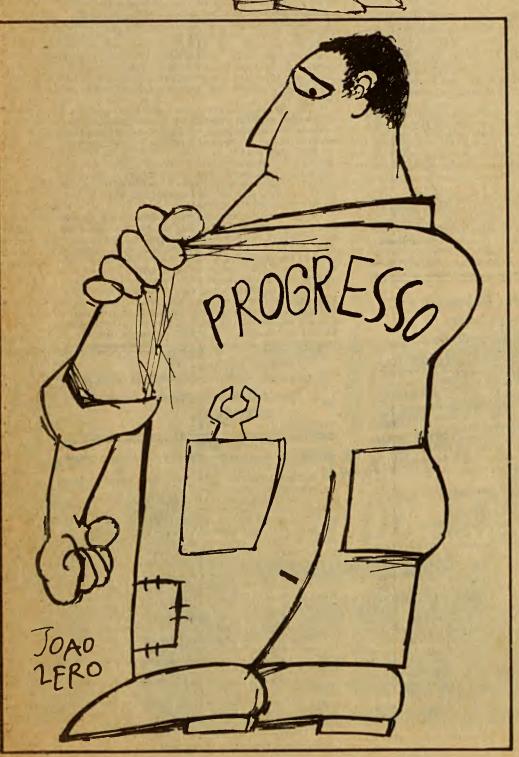
Qual é a relação entre as novas lutas corporativas do trabalhador médico e as lutas democráticas? Ainda é cedo para dizê-lo. Contudo, uma ponte foi traçada entre os dois níveis de luta, no Dia Nacional da Saúde e da Democracia (15/12/1977), ao qual estiveram presentes representantes do "movimento de renovação" e das associações de médicos residentes. Essa relação poderá se intensificar, à medida que a maioria dos trabalhadores médicos se conscientizar de que a saúde popular não é apenas a exigência limitada de um punhado de industriais e banqueiros, mas se confunde com o direito à vida de todo o povo; sò então, poderão consagrar a participação popular como condição fundamental par a inversão radical da escala vigente de prioridades sociais.





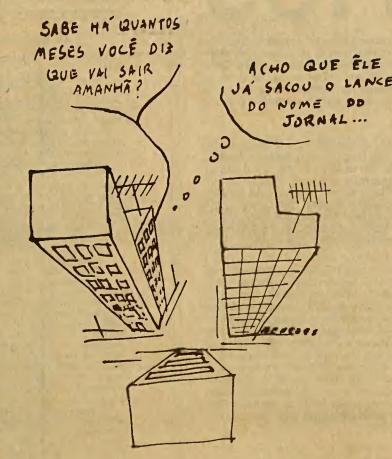






10 11

12 13 14 15





23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36

CAMPOS de ALTA TENSÃO

São capítulos da história, longa e antiga, da luga dos agricultores contra as injustiças sociais, o despejo e a violência policial. Pelo sagrado direito ao trabalho, ao cultivo e à permanência na

Um direito previsto no próprio Esta-tuto da Terra, mas que os órgãos de se-gurança parecem desconhecer ao assumir os interesses dos proprietários e tentar, de todas as maneiras possíveis, expulsar, amedrontar e sufocar economicamente os agricultores. Um direito que, apesar da violência, está plantado em todas as terras do interior nordestino. Como nessas cartas de dramas e denúncias, saídas da dura luta pela sobrevivência dos agricultores da Pa-

"AÍ O SEVERINO DE LIMA, QUE É PISTOLEIRO, DISSE: COMO É DOU-TOR, É PRA SE BOTAR A CASA PRA BAIXO OU NÃO É?"

(...) Eu tava em casa quando a Usina começou a destruir os roçados dos moradores. Ai, o seu Elias que trabalha na Usina, chegou em minha casa e disse: "Dona Maria, o doutor da Usina manda dizer que se a senhora quer vender o terreno de sua roça, ele dá quinhentos contos pela senhora deso-cupá o terreno". Então eu disse: "Eu não quero não, seu Elias, quinhentos contos não dá nem prá mim tirar a madeira da mata quanto mais fazer uma casa. Eu aqui pago os meus direitos. Eu aqui não moro de graça não. O senhor sabe que eu sou viúva e não tenho um filho homem". Daí ele disse: "Tá certo". (...) Quando foi na outra semana, o trator virou e revirou um bocado de lavoura minha, bem obrada uma conta ou mais. Eu peguei a chorá e me agoniei muito. (...) Aí eu fui no sindicato. (...) Quando foi na outra semana, eles ficaram encrencando comigo. Ficaram tudo com raiva de mim. (...) Passou bem uns quinze dias e depois chegou uns homens da Usina e perguntou se eu saí. Eu disse que não saía. (...) Aí eu fui fazê uma casinha pra minha menina e a Usina proibiu eu de cobrir a casa. Eu já tinha coberto uma banda da casa da menina, no meu sítio. Seu Mané Armindo, da Usina, foi lá em casa e disse: "Com qual ordem a senhora tá fazendo?" Eu disse: "Com a minha". Ele disse: "Pois a senhora não disse: "Tá certo, não boto não". (...) Quando foi no outro dia, chegou o gerente, chegou seu Elias, chegou Severino de Lima, que era pistoleiro, chegou o Dr. Flaviano. Eu tava sozinha. Arrodearam a casa. Aí, o doutor disse assim: "Mais já tem gente morando na casa?" Eu disse: "Tem sim senhor". Aí o Severino de Lima disse: "Como é doutor, é prá se botar pra baixo ou não é?" Aí o doutor ficou calado. Seu Elias disse: "Não. Já que tem gente morando dentro, ninguém pode mais botá a casinha abaixo". E ele ficou enfetiçando, enfeticando, e vinha em cima, deu com um revolver de um lado e outro revólver do outro, e espiava pra mim e volver do outro, e espiava pra mim e botava o cavalo pra frente e voltava prá tras. Aí ficou. Foram-se embora. Me aperrearam e foram-se embora. Quando foi no outro dia, chegou um jipe prá vim me buscar prá Usina. Eu disse: "Não vou não". Veio o seu Mané Armindo e aquele que é empreiteiro, Zé Adelino Pereira. Ele disse: "A senhora vai". Eu disse: "Vou não". Botaram o carro e foram-se embora. Mas ram o carro e foram-se embora. Mas

ninguém não manda eles fazer. A senhora vai prá casa que com a senhora não tem mais quem bula. Pode plantar na sua manutenção de posse o que a senhora quiser". (...) Passou-se, passouse, passou-se. Quando foi agora, estou-rou a complicação para os moradores todos que a Usina quer que vai-se embora todos. Todo mundo tem que sair (...) O pessoal da Usina tem falado daqui para o ano que entra a planta de cana encostada com a da fazenda Ta-bu. (depoimento de dona Maria Henrique dos Santos, agricultora de Caapora, anexado à carta enviada ao presidente da República).

"EU DISSE QUE NÃO DAVA CERTO. AÍ SEU MANÉ DO SINDICATO DISSE: DÁ CERTO SIM, QUE EU NÃO QUERO QUESTÃO NÊM COM VOCÊ NEM COM A USINA. QUESTÃO NÃO É COISA BOA."

Eles entraram com o trator em sete conta de terra na minha área arrendada. Eu reclamei e o cabo disse que era a usina quem resolve. Eu fui a Manoel Fidélis, presidente do sindica-to. Aí ele disse: "Deixa arrancarem os tocos, gradear e depois de tudo feito, você plante". Eu disse: "Certo". (...) Aí a Usina chegou lá e perguntou com ordem de quem eu plantei. Eu disse: "Com ordem do presidente do sindica: to". Aí o homem da Usina mandou chamar o presidente do sindicato. (...) Aí o Manoel (do sindicato) me chamou prá mode eles me darem as sete contas le terra em outro canto e a Usina plantá cana na minha terra que já estava plantada de maniva. Eu disse que não dava certo. Aí seu Mané disse: "Dá certo sim, que eu não quero questão nem com você nem com a Usina. Questão não é coisa boa". Eu disse: "Mas não dá certo. Você não me mandou plantar?" Então ele disse: "Prá que disse"? Eu digo. "Se vosmecê não podia man-dá plantá, porque mandou?" Aí ele dis-se que ía lá em casa fazer um acordo (...) E eu fiz. Quatro conta de terra fi-cou prá mim e três ficou com a Usina. (...) Daí eu fui prá Federação mais alguns moradores daqui. O advogado dis-se que nois não podia fazer esse acordo aqui desse jeito, tinha que fazer lá na justica, mas como seu Manoel do sindicato tinha feito esse acordo e prá não botá seu Manoel mais baixo do que já tava, então deixava com esse prejuízo mesmo. Era prá não desmoralizá o presidente do sindicato. Aí nisso tamo.

(depoimento de Pedro Alexandre Alcântara, agricultor de Caaporã, a nexado à carta enviada ao presidente da República).

"TEMOS MACAXEIRA, BATATA, INHAME, JACA, ABACAXI, LARANJA, COCO, MANGA, MANGABA, CAJU, GRAVIOLA, ABACATE... SENDO DESPEJADOS, DO QUE VAMOS VIVER?"

(...) somos da fazenda Retirada, município de Caaporã, Estado da Paraiba. Faz três anos que nos, agricultores, estamos em questão com a usina Maravilha, proprietária da fazenda Retirada. Esta usina está devorando nossas casas e lavouras. Nós, 120 moradores, associados do sindicato, combinamos e fomos procurar proteção. Fomos ao Grupamento de Engenharia, à Federação dos Sindicatos, ao Quartel do 15º RI e ao juíz da Comarca. Recebemos manutenção de posse e pagamos

Trêmulas, as assinaturas sairam. Uma a uma, centenas. E engrossaram, de medo e revolta, não uma, duas, três cartas-denúncias. Foram muitas. Do final do ano passado a março, com vários destinos. Para o juiz da comarca, para o prefeito do município, para o governador do Estado, para o presidente da República.

A resposta a todas elas surgiu dia 1º de abril. Os pequenos jornais que circulam na re-gião ainda falavam das comemorações por mais um aniversário da revolução de março de 1964, o povo ainda falava do dia da mentira, a opressão dos proprietários de terras no interior paraibano chegava ao absurdo.

José Alves, um dos muitos pequenos agricultores arrendatários de terras na região de Alagamar e Piacas, distritos do município de Itabaiana, no interior paraibano, era ameaçado de morte por José Veloso, um dos muitos proprietários que espalham o terror na área, naquele que foi o mais novo e cruel capítulo de uma história de injustiças e arbitrariedades que percorre o sertão.

Foi um capítulo rápido. Era sábado. De repente, José Veloso, acompanhado de três capangas armados até os dentes e um praieiro (apanhador de cocos, invade o modesto sítio de José Alves e ordena que seu praieiro colha todos os cocos do pobre agricultor. José Alves hesita. Reclama, reage. Para diante dos revólveres. A mulher grávida chora, seus quatro filhos choram. A depredação continua. E só cessa quando os demais pequenos agricultores vizinhos, revoltados com a situação, aceitam o risco da tragédia.

Eles cercaram o proprietário, os capangas, o praieiro. Esperaram os tiros que não vieram. Amedrontado, José Veloso ordenou a retirada, não sem antes despejar novas ameaças para José Alves e todos os demais "revoltosos". Naquela mesma noite, nasceria o quinto filho de José Alves. Naquela mesma noite, nova carta-denúncia era elaborada para o "excelentíssimo senhor juiz de Direito da Co-

marca de Itabaiana". Se ela chegou? Até agora, não se sabe. Porque, o que aconteceu nos dias seguintes, demonstraram que a violência continua impune. Dia 4 de abril, terça-feira, sessenta dos arrendatários de terras da região se reuniram e, em grupo, foram entregar o documento ao juiz Wilson de Barros, em Itabaiana. E o juiz, simplesmente, recusou-se a receber a carta.

Primeiro, engrossou a lista de ameaças. Aproveitou a feira que tomava conta da praça diante do forum da cidade, armou um escândalo e, aos gritos, ameaçou chamar a polícia para dispersar os "desordeiros" que, mais uma vez, tentavam descobrir os caminhos da justiça. Só que esses 60 "desordeiros" não se dispersaram, a polícia não veio e o doutor Wilson de Barros acabou cedendo e concordou em receber uma comissão que representasse todos os "reclamantes"

A decisão, pelas estranhas atitudes que o mesmo juiz tomara em outras ocasiões, já era esperada (e temida): Wílson de Barros devolveu a carta alegando que só poderia recebê-la através dos "canais competentes" - isto é, o sindicato. Os agricultores, então, não tiveram outra saída. Enfrentaram o processo burocrático, enfrentaram novas e seguidas viagens a Itabaiana. E deixaram o documento no órgão de classe - um sindicato passivo que, mesmo diante de todas as denúncias, prefere calar e viver o que chama de "expectativa do mo-mento", a agir em defesa de seus associados. Apesar do descaso da justiça e do próprio sindicato. os agricultores de Alagamar e Pia-

cás deixaram Itabaiana sabendo que as consecutivas viagens ao município não tinham sido de todo infrutíferas. Ficaram sabendo, por exemplo, que os pequenos agricultores de Mo-geiro e Ingá, regiões vizinhas, vão apresentar outra carta-denúncia à Justiça revelando desmandos do juiz Wilson de Barros. Ficaram sabendo, por exemplo, que em João Pessoa a Assembléia constituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias e que membros desta CPI percorreriam, durante este mês de abril, regiões do distrito de Salgado de São Félix. Ficaram sabendo, por exemplo, que cartas de apoio às reclamações têm chegado à Arquidiocese da Paraíba e à própria Assembléia, de representações traba-lhistas até do Peru e do México. Ficaram sabendo, principalmente, que a movimentação já não vive de esporádicas posições. É um mo-vimento, hoje, coletivo. De todos os pequenos agricultores do interior paraibano.

Contra quê? Contra a ganância dos proprietários. Contra a inércia da justiça. Contra a passividade do sindicato. Contra o foro que pagam pontualmente pelo arrendamento das terras e que não lhes permite plantar em paz. Sem o risco da pressão contínua, sem o risco

da expulsão pela força.

Contra tentativas de homicídio - como a que José Alves acabou de sofrer recentemente ; contra o envolvimento faccioso da justiça com os proprietários - como o caso, também recente, de Mogeiro e Ingá e que motivou a união de todos os agricultores da região contra os demandos do juiz Wilson de Barros, retratados numa única sentença, absurda como

tantas outras da justiça brasileira.

De repente, Joaquim Silvino, arrendatário há 16 anos da Fazenda Mangueira, pai de onze crianças e com a mulher no oitavo mês de gestação, passou a sofrer-como todos os outros pequenos agricultores da região -, as pressões dos proprietários. Eles queriam que Silvino, além do foro, cedesse à fazenda dias de trabalho pelo arrendamento da terra. Sem isso, seria expulso da propriedade "nem que fosse à força", como sentenciaram. Lá foi Silvino pelos "canais competen-

tes". Consecutivas viagens a Itabaiana, consecutivas visitas ao sindicato. Até que o caso chegou ao Forum do município. Wílson de Barros, o juiz titular, curtia suas férias e Valeme Aranha, o juiz substituto, acatou as reclamações do agricultor. Determinou que ele ficasse na terra, autorizou que ele construísse sua pequena cerca.

A história poderia terminar aí. Com um final, pelo menos, decente. Não parou. Mês de marco, Wilson de Barros retorna às "atividades", a sentença é reformada. Silvino é autorizado a ficar nas terras mas, ao mesmo tem-

po, os proprietários são autorizados a cobrar do arrendatário os dias de trabalho que exi-

giam. A injustiça não pararia ai. De repente a policia amanhece em seu sítio, desmonta a cerca, devasta a lavoura. De repente Joaquim Silvino anoitece na prisão. Os agricultores se movimentam, a Arquidiocese, através do seu Centro de Defesa dos Direitos Humanos, intervém, e Silvino consegue voltar pra casa. Mas com sua plantação arrasada, sem sua cerca de proteção, sujeito aos efeitos da estranha sentença do juiz. E o que é pior: vendo sua família sofrer, também, com as ameaças dos donos da terra. Como a frase com que uma professora - parente de um dos dez proprietários de terras da região - do Centro Escolar de Mogeiro saúda, diariamente, seu filho de apenas sete anos:
- Chegou o filho do comunista.

nossa renda em cartório porque a usina não quis receber. Agora, fomos notificados para sermos despejados (...) Do que viveremos? (...) Nos nossos lugares onde moramos e trabalhamos, temos macaxeira, batata, inhame, jaca, abacaxi, laranja, coco, manga, mangaba, graviola, abacate e outras frutas (...) indo para a rua, do que vamos viver?
(...) É por isto que recorremos a Vossa Excelência para ficarmos em nosso lugar, vivendo como vivemos desde a nossa mocidade e criar nossos filhos e netos pagando os direitos exigidos.

(trechos da carta enviada pelos agricultores de Caaporã, ao presidente da República, em agosto de 1977)

"VAMOS TIRAR O MATO, PLAN-TAR, LEVAR O GADO PARA O CERCADO DO PROPRIETÁRIO E TIRAR A CERCA QUE INVADIU NOSSA AREA. COM TODO O RESPEITO, SENHOR JUIZ."

1 (...) no dia 9 de janeiro de 1978 apareceram vários soldados e tenentes de Guarabira e prenderam quatro dos nossos irmãos agricultores. Foi um so-frimento. (...) As mulheres e as crianças choraram muito com a prisão de seus maridos. Os que foram presos passaram horas ruins dentro do carro fechado da polícia e ficaram muitas horas num sol quente (...) Depois foram levados para a delegacia de Salgado de São Félix e Itabaiana. E só foram soltos no dia 11, porque o bispo D. José Maria Pires falou com o juiz e pagou a fiança: Por que eles foram presos, sr. Juiz, se não estavam praticando crime e é um direito defendermos as nossas lavouras? Será que só tem lei em favor dos proprietários para invadir os nossos roçados e nossos sítios? A lei não diz que podemos defender os nossos di-reitos? Por que a cana continua invadindo as nossas áreas e os proprietários que invadiram não são presos? Então, por que essa prisão? A prisão dos nossos irmãos agricultores foi muito ruim, porque provocou medo. Agora, os proprietários estão se sentindo protegidos com esses crimes, que eles praticam e nos é que vamos presos (...) Estão usando a polícia sempre para colocar medo em todo o povo do lugar. Sempre aparece alguém dizendo que temos de ir para um lugar ou outro (...) Veja, sr. juiz, a vida que estamos levando. Prendem os nossos irmãos, mandam soldados para colocar medo, destroem nossas lavouras, invadem nossas áreas de arrendamento, cansam a gente com esses avisos mentirosos, impedem a genses avisos mentirosos, impedem a gente de plantar. O que vamos fazer? Existe lei ou não?(...) Tudo isso é para lembrar e pedia ao senhor que vá ver tudo isso (...) Precisamos plantar. Vivemos da lavoura. E é tudo isso que sabemos fazer. Vamos tirar o mato, plantar, levar o gado para o cercado do pretar, levar o gado para o cercado do proprietário e tirar a cerca que invadiu a nossa área. Com todo o respeito, senhor juiz. É isso que temos que comunicar". (trechos da carta enviada pecas, ao juiz de direito de Ibaiana, em janeiro de 1978).

"O INCRA DISSE QUE NÃO EN-CONTROU TENSÃO SOCIAL; COM ESTA CARTA, NOS QUERE-MOS PROVAR QUE TEM TEN-SÃO SOCIAL."

(...) A propriedade tem mais ou menos 13.000 hectares de terra. O antigo dono de lá, Arnaldo Araújo Maroja, morreu no dia 7 de novembro de 1975. Ele não tinha mulher nem filho. Ficou um testamento para vender o gado e a terra para partir o dinheiro com 42 herdeiros. As terras foram vendidas para mais de dez proprietários, e assim começou o desassossego para mais ou me-nos 700 famílias, ao todo mais ou me-nos 4.000 habitantes (...) Pagamos foro todos os anos; todos têm recibo (...) Invadiram nossas posses com cercas e com cana (...) No dia 4 de dezembro de 77, assistimos uma reunião com o major Maia Martins, no Sindicato de Sal-gado de São Félix. Deu conselho mas não deixou nada resolvido e não deixou ninguém falar. Disse que não ouvisse conselho de ninguém de fora, que todos ficassem quietos no seu canto. Nós não podemos ficar quietos, porque temos ameaças. Temos que procurar nossos direitos na Justiça e se unir para conversar, trabalhar, para defender a nossa lavoura do gado, para falar com o proprietário e com as autoridades, para todos respeitarem a lei (...) No começo de janeiro, a polícia foi dois dias em Alagamar para nos amedrontar, para nos não levar o gado que a gente rebatia (...) Neste mesmo dia, fomos lá pagar o fôro e o proprietário estava arrodeado de polícia. No dia 9 de janeiro, prenderam quatro moradores (...)
Tem também o assunto do INCRA (...) O INCRA disse que não encontrou tensão social; também a Federação aprovou a tensão social. Com esta carta, nós queremos provar que tem ten-

ta, nós queremos provar que tem ten-são social (...) Mesmo com o fôro em dia, estamos proibidos pelos donos de botar nossos roçados. Mesmo assim, vamos trabalhar, estamos unidos para vamos trabalhar, estamos unidos para colocar nossos roçados, pois não podemos morrer de fome (...) A arma do agricultor é a terra e a lei. Nesta luta, já demos 50 viagens à Federação e ao Sindicato (...) Senhor presidente, nós, moradores das localidades de Alagamar e de Piacás, viemos pedir ao senhor que faça cumprir a lei da desapropriação, que os senhores mesmo assinaram. Nós pedimos isto para nós e para nossos companheiros, os moradopara nossos companheiros, os morado-res de outras 26 localidades. Só assim podemos ter a liberdade para trabalhar, para o sustento da nossa família e produzir para nação (...) Continuamos lirmes para permanecer na terra. (Trechos da carta enviada pelos agricultores de Alagamar e Piacas, ao presidente da República, em feve-reiro de 1978)

22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38



10 11 12 13 14 15 16 17

Raul Castro, irmão de Fidel, comanda tropas cubanas na revolução da África.

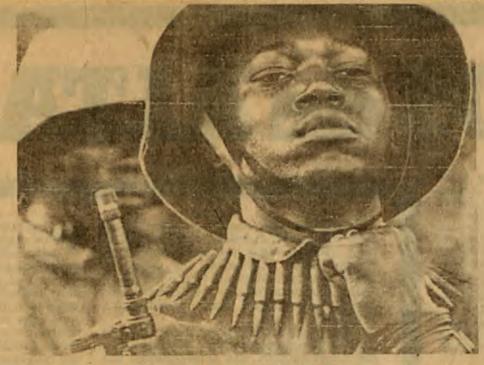
Para toda a geração de cubanos pós-revolução, nada mais corriqueiro do que ver batalhões de seu pais embarcando para terras distantes, para lutar em nome de algo que até as crianças dos circulos infantiles sabem o que significa: o internacionalismo proletário.

Quem conhece alguns elementos básicos da política exterior da Cuba socialista só pode achar engraçado o noticiário que agências e publicações estrangeiras divulgam com frequência, especialmente após a Guerra de Angola, falando de "descontentamento popular" com a participação de efetivos militares cubanos em conflitos fora de suas estreitas fronteiras geográficas. Engraçado não seria o termo adequado, se se sabe que por trás de tais notícias está, invariavelmente, a orelha peluda da CIA e dos interesses das grandes corporações. A verdade é que foi assim em Angola, tem sido assim na Etiópia, e assim será onde quer que surjam as tropas cubanas.

A intimidade do povo cubano com as guerras fora de seu pais é tão antiga quanto a própria revolução. Em 1961, mal refeitos da guerra revolucionária de dois anos na Sierra Maestra, e ainda às voltas com graves problemas internos (invasão frustrada da Baia dos Porcos, atentados terroristas, etc), os cubanos começavam a pôr em prática sua política internacionalista

Naquele ano partiu de Havana para a Argélia uma divisão militar - composta quase que inte-gralmente por heróis da campanha da Sierra Maestra - chefiada por Efigênio Almeijeiras, com-batente que, apesar de ter menos de 25 anos, descera da Sierra com la mesma patente de comandante de Fidel, de Ché e de Camilo Cienfuegos. E aí também Cuba aprenderia a dar seus melhores filhos em nome da solidariedade internacionalista: antes que a independência chegasse para os argelinos, Almeijeiras morreria em combate com tropas francesas.

Quatro anos mais tarde, Ché Guevara deixaria discretamente seu gabinete de ministro da Indústria e Comércio, em Havana, para embarcar disfarçado de passageiro comum, em uma empresa áerea comercial, em direção ao Congo, no coração da África. Guevara viveu experiencias duras ai. Como, por exemplo, não aceitar jamais o hábito milenar dos selvagens (que ele transformara 1975 aconteceu Angola. Não fossem os milhares



pegadas do'che"

caido em combate, para adquirir a coragem e as virtudes do morto.

Em 1967, a fragorosa derrota imposta aos árabes por Israel, durante a Guerra dos Seis Dias, só não teve consequências mais graves graças à participação de uma coluna de tanques pilotados por cu-banos que se deslocou da Síria em direção aos hoje territórios conquistados. Depois veio a fracassada campanha de Guevara na Bolívia, em 1967. E os cubanos lutariam de novo contra Israel em 1973, na Guerra do Yom Kipur. Até que em em guerrilheiros) de comer o coração do inimigo de soldados e voluntários cubanos (dez mil? Doze

mil? Isso Fidel não revela a ninguém), e hoje Jonas Savimbi e Holden Roberto, guardados por uma misteriosa retaguarda que vai de Pequim ao Pentágono, estariam provavelmente chefiando os governos de uma Angola do Norte e uma Angola do

Quando conheci Cuba em janeiro de 1975 (on-ze meses, portanto, antes da vitória em Angola), era perceptivel, no cotidiano do país, um disfarçado sentimento de moral baixo - cujas razões um estrangeiro recém-chegado ao país jamais poderia localizar. E foi um jovem diplomata cubano do Morais)

que me ofereceu dados para entender aquele clima. "Nós perdemos o Ché na Bolívia, em 1968, perdemos a batalha da safra de dez milhões de toneladas de açúcar em 1970, perdemos Salvador Allende no Chile em 1973. É derrota demais para um povo só"

Ao retornar a Cuba, em junho de 1977, vi a redenção nacional (motivada pela vitória da aliança Cuba-MPLA) estampada na cara dos garçons, dos estudantes, nos cartazes de rua, no brilho dos olhos de Fidel Castro. Ao relatar-me com deta-lhes, para a revista VEJA, a campanha cubana em Angola, Fidel parecia umm adolescente contando uma conquista amorosa.

Os cubanos levam a sério o seu internacionalismo. A guerra no "Chifre da África" mostra isso com muita clareza. "Em toda a Etiópia havia 125 médicos para cuidar de 150 mil leprosos, 450 mil tuberculosos, 7 milhões de palúdicos, 14 milhões de pessoas atacadas pelo tracoma", dizia-me Fidel Castro, gesticulando como um italiano de pizzaria. "Ora, se foi isso que o colonialismo e o feudalismo deixaram ali, então a Etiópia tem todo o direito de fazer sua revolução - e se o coronel Mangistu nos pedir tropas para defender essa revolu-ção, não temos que dar satisfação a ninguém".

Não era um exercício de retórica. Discretamente, como gostam de fazer as coisas, os cubanos mandaram para o antigo império de Selassié alguns milhares de soldados - que de novembro de 1977 a fevereiro deste ano eram comandados por ninguém menos que Raul Castro, irmão mais moço de Fidel, vice-premier e ministro da Defesa de Cuba. E, repetindo Angola, expulsaram de lá, em três meses, os invasores somalis.

E o povo cubano, o que acha disso tudo? Pelo que pude perceber, o povo apoia a política exterior da Revolução. Apoia fazendo filas nos postos de apresentação de voluntários. Como todo cubano maior de 16 anos recebe instrução militar periódica, pode-se dizer que o país tem hoje cerca de cinco milhões de combatentes prontos para a guerra. E loucos para se transformarem naquilo que chamam de "heróis internacionalistas". Isto talvez explique o desempenho das tropas cubanas pelo mundo afora, e o respeito que um minúsculo país como aquele conseguiu impor ante as grandes potências, em tão pouco tempo. (Fernan-

ESCREVENDO-ERRADO POR LINHAS TORTAS

De ação em ação o terror é obrigado a abandonar seus objetivos políticos para lutar só pela sua sobrevivência.

Em março de 1972, quando as Brigadas Vermelhas italianas realizaram seu primeiro sequestro - de um diretor da Siemens, em Milão - era difícil imaginar que um dia eles chegariam a rea-lizar ato tão espetacular com o seques-tro de Aldo Moro, que completou um mês no dia 16 de abril. Naquela época a Facção do Exército Vermelho (Grupo Baader-Meinhof) estava no auge de sua attividade, atacando inclusive ses militares norte-americanas na Alemanha Ocidental, e a própria mitologia da eficiência alemã não constribuía em nada para dar brilho aos atentados das Brigadas Vermelhas.

MAIS UMA VEZ A EUROPA SE CURVA

Ainda hoje, quando o Grupo Baader-Meinhof parece seriamente enfraquecido, a precisão com que foi realizado o sequestro de Aldo Moro e a incapacidade da polícia italiana - ajudada pelas polícias de toda a Europa Ocidental de achar seu paradeiro, têm provocado inúmeras especulações sobre a participação dos alemães no atentado.

Não é impossível que essa participação tenha ocorrido realmente. Os servicos de segurança europeus sabem hoje que desde o início da década de 70 tem havido uma intensa colaboração não só entre esses grupos de ultra-esquerda, mas também entre organizações nacionalistas como a ETA dos bascos e o IRA dos irlandeses. Uma rede organizada pelo argelino Mohamed Boudia. representante da Frente Popular de Libertação da Palestina em Paris de 1969 a 1973, e desenvolvida pelo seu sucessor, o venezuelano Ilitch Ramírez Sanches. o Carlos, destinada no início basicamente à venda de armas, acabou se transformando num sistema de colaboração real no planejamento e execução de atentados. Mas, apesar das Brigadas Vermelhas e da Fração do Exército Vermelho terem afinidades reais além de colaborarem entre si, têm também muitas diferenças que, em última aná-lise refletem as diferenças entre as sociedades nas quais tiverem origem.

Uma afinidade fundamental entre as duas é sua origem no movimento estu-dantil do fim da década de 60 e o tributo que pagam até hoje a teorias revolucionárias nascidas na América Latina. A teoria do foco revolucionário, segundo a qual a ação militar de uma vanguarda é capaz de levantar a massa, foi desenvolvida por Che Guevara a partir da experiencia da revolução cubana e chegou à Europa no inicio da segunda metade da década de 60 através do trabalho de divulgação realizado pelo jornalista e filósofo frances Régis Debray. Nessa mesma época, o movimento estudantil europeu começava a se dinamizar. Mas, como a teoria do foco tinha se desenvolvido a partir de uma experiencia de guerrilha em meio rural, restava aos europeus fazer um pequeno salto, que foi dado por Carlos Marighela em seu "Manual da Guerrilha Urbana", livro que teve grande penetração nas universidades européias no fim da decada de 60. É interessante notar que o sequestro político é uma invenção latino americana. O primeiro na història toi o de Juan Manuel Fangio, campeño de Formula-1, em 1958, pelos guerrilheiros de Fidel Castro, Seu objetivo era apenas fazer propaganda, exemple que foi seguido imediatamenre pela guerrilha venezuelano. O pri

meiro sequestro para troca de prisioneiros, que teve exito, foi o do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969, realizado justamente pela ALN de Carlos Marighela. E a primeira morte de um sequestrado político foi a do embaixador da Alemanha Ocidental na Guatemala, Karl von Spreti, em abril de 1970. Imbora tenha tido

decisiva nos grupos ultra-esquerdistas europeus, a teoria latino-americana do foco jamais chegou a ser totalmente aceita pelos movimentos estudantis da Europa do fim da década de 60. A utilização da violência foi amplamente debatida e chegou a ter grande aceitação no movimento estudantil alemão depois do assassinato do estudante Benno Ohnersog, pela policia de Berlim Ocidental, em junho de 1967, e do atentado contra Rudi Dutschke, líder da União dos Estudantes Socialistas da Alemanha, em abril de 1968. Surgiram então várias organizações com o nome de "Tupamaros" e, em no-vembro de 1968, uma manifestação em Berlim Ocidental foi organizada como uma operação de ataque e resultou em 130 policiais feridos e na debandada da polícia. Mas, apesar do exito militar, pouco tempo depois alguns setores do movimento estudantil já percebiam que a tática não funcionava em termos políticos. Em março de 1969, a publicação "Extra Dienst", que exprimia o pensamento das tendências mais moderadas do movimento, pedia aos lançadores de bombas que "fossem capazes de distinguir entre a linha do proletariado e o rabisco do lumpenproletariado". Um ano depois, outra publica-ção, "Rote Presse Korrespondenz", que exprimia o pensamento de grupos ultra-esquerdistas do movimento, re-conhecia estar "cada vez mais claro que certas formas de ação nos isolam das massas ao invés de nos ligar a

E O POVO SÓ FICA OLHANDO

A Fração do Exército Vermelho, quando nasceu em maio de 1970, já estava isolada da própria esquerda estudantil alemă. Seu manifesto de fundação dizia que a organização não tinha que dar explicações "aos intelectuais tagarelas, aos cagões e aos tranquilos de consciência, mas aos setores poten-cialmente revolucionários do povo". E ao definir que setores são esses, o Gru-po Baader-Meinhof - nascido de um movimento estudantil que jamais conseguiu estabelecer uma ponte com o proletariado, como aconteceu na Franca em maio de 1968 - optava pelo lum-penproletariado. "Procuramos a colaboração política da parte do proletariado que não receise nenhuma gratificação desta sociedade para compensar a exploração da qual e vitima: as mulheres que tomam conta da casa e das crianças a ao mesmo tempo têm de trabalhar nas fabricas; a juventude proletária, que não tem perspectivas; e as pessoas que vivem nas periferias recem construidas das grandes cida-

Mas, apesar da eficiência, o Grupo Par der-Meinhof jamais conseguiu superar seu isolamento. Atentados como questro do industrial Hans Martin Schlever ex-SS nazista e presidente da Confederação de Empresarios Ale-

10 11 12 13 14 15 16 17

mães, que teriam potencialmente al-gum significado político, acabam per-dendo todo sentido diante da massa de atentados destinados à própria sobre-vivência econômica e física da organização, como são os assaltos a bancos e os sequestros destinados à libertação de prisioneiros. Essa aliás tem sido a evolução sistemática da atividade das organizações que adotaram o terrorisforma de luta: depois das primeiras ações, sentindo-se totalmente isoladas dos aliados potenciais e violentamente reprimidas pelo poder (repressão que além do mais termina por atingir toda sociedade), acabam dedi-cando a maior parte de sua atividade à luta pela própria sobrevivência.

UM CULPADO ÚTIL

Para as Brigadas Vermelhas o problema da utilização da violência foi mais delicado do que para a Fração do Exército Vermelho. No fim da década de 60 e início da de 70, o terrorismo na Itália era largamente usado pela direita, que sempre tentava atribuir a responsabilidade dos atentados à esquerda. () caso mais célebre soi o atentado a homba no saguão do Banco Nacional da Agricultura, em Milão, dezembro de 1969, onde 16 pessoas morreram e 86 ficaram feridas. O atentado levou à prisão o bailarino anarquista Pietro 'alpreda e à morte nas dependências da polícia o operário Giuseppe Pinelli, também anarquista. Três anos depois, Valpreda era libertado e a responsabilidade pelo atentado era atribuída aos fascistas Franco Freda, Giovanni Ventura e Giuseppe Rauti, fundador da organização Ordem Nova. Dos três só Giuseppe Rauti escapou da prisão porque passou a gozar de imunidades parlamentares quando foi eleito deputado pelo Movimento Social Italiano-Direita Nacional, (MSI-DN), em 1972.

O terrorismo de direita na Itália só começou a declinar quando, no fim de 1974, o general Vito Miceli - que tinha sido chefe do serviço secreto durante quatro anos - foi denunciado por um juiz de Pádua como responsável por um plano com o objetivo de desestabilizar o regime e introduzir na Itália um sistema presidencialista autoritário. Grande parte dos atentados da direita, e sobretudo a tática de atribuí-los à esquerda, fazia parte da execução do plano. Mas, o general também conseguiu escapar da prisão porque foi eleito de-putado em 1976, pelo MSI-DN.

Nesse contexto, as Brigadas Vermelhas, que como o Grupo Baader-Meinhof surgiram em 1970, tinham muita preocupação em evitar que seus atos violentos fossem confundidos com os da direita. Em seus dois primeiros anos de atividade, a organização evitou qualquer atentado contra pessoas. limitando-se a atacar a propriedade de empresários e diretores de empresas. Por outro lado, ao contrário dos ale-mães, as Brigadas começaram suas atividades fazendo propaganda política na Siemens, de Milão. Nunca deixaram de procurar o apoio da classe operária e têm conseguido algum éxito a medida que o Partido Comunista Italiano se alia a Democracia Crista e se aproxima do poder. Para os teóricos das Brigadas, a consciência revolucionaria do proletariado italiano está adormecida pelas palavras de ordem revisionistas de seus líderes tradicionais: o PC e as lideranças sindicais.

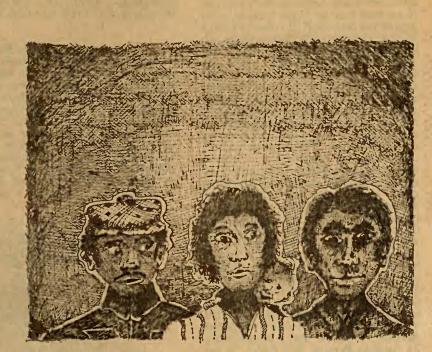
Para despertar essa consciência, é necessário que uma vanguarda revolucionária ponha a nu o caráter opressor do Estado, através de ações militares.

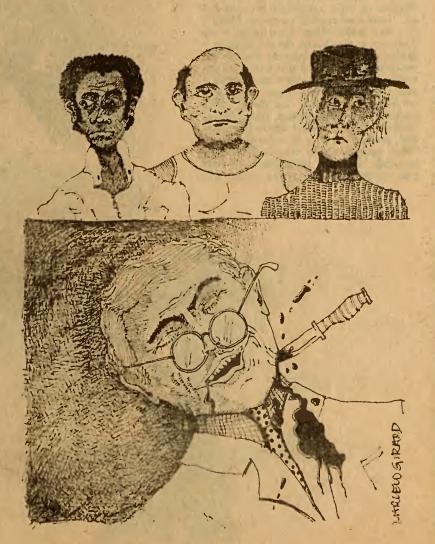
Como diz o fundador das Brigadas, Renato Curcio: "Nós atacamos um, para ensinar a cem". Assim, sobretudo nos primeiros tempos de sua atividade, as gadas faziam seus atentados serem seguidos de um intenso trabalho de propaganda, principalmente no meio operário. Seus sequestrados, entre 1972 e 1974, eram todos dirigentes sindicais de direita e diretores de empresas. Os sequestros tinham por objetivo exclusivo submeter os sequestrados a longos interrogatórios, momento em que as Brigadas se colocavam na posição de uma espécie de departamento de investigações criminais a serviço do proletariado. Depois da libertação dos sequestrados, o resultado dos interrogatórios era divulgado através de uma denúncia extensa da empresa ou do sindicato, a que eles estavam ligados.

Mas, a partir de 1974, já começou a predominar na atividade das Brigadas Vermelhas o objetivo da própria sobrevivência. Margherita Cagol, com seu marido Renato Curcio co-fundadora da arganização, morrou em junho de 1975. organização, morreu em junho de 1975, durante o sequestro do rei do aperitivo Vittorio Gancia, que tinha como único objetivo a obtenção de fundos. Como o método vem sendo usado pela Máfia, também com muita eficiência, foi difícil para as Brigadas Vermelhas, naquela ocasião, convencer a opinião pública italiana de que "uma grande revolucionária comunista morreu em combate" como dizia um comunicado então di-

DOIS PRÁ LÁ, NENHUM PRÁ CA

Não há dúvida de que o sequestro de Aldo Moro tem pontecialmente um grande significado político. Atingiu o homem público mais importante da Itália na atualidade: presidente do Partido Democrata-Cristão, o maior do país, várias vezes ex-primeiro ministro, articulador na década de 60 da aliança da democracia-crista com os socialistas, articulador na década de 70 da aliança da democracia-cristã com o PC, e candidato mais forte às eleições presidenciais de dezembro. Além disso, o sequestro foi realizado justamente no dia em que o Parlamento iniciava o debate do programa do novo governo de Giulio Andreotti, elaborado em acordo com o PC, que oficialmente passava a fazer parte da maioria governamental. Mas, apesar do relativo apoio que recebe de setores da sociedade italiana, a primeira reação que se viu foi a formação de uma frente amplamente majoritária de protesto contra as Brigadas Vermelhas. E uma semana depois do sequestro a Itália recebia de presente um elenco de leis repressivas, ditas de combate ao terror, do mesmo gênero das que a Alemanha adotou sob pretexto de combater o Grupo Bander-Meinhof, mas que tem gerado uma caça às bruxas generalizada. Dessa forma, pouco a pouco, as Brigadas Vermelhas vao levando a Itália a atingir os objetivos que se propunha o general Vito Miceli, hoje deputado fascista, de instaurar um regime Gabriel Romeiro forte no pais.





23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38

A GRANDE ORQUESTRA

Afinados num mesmo tom, os jornais brasileiros insistem em apresentar o conflito do Oriente Médio com uma ótica que não permite dúvidas: estão com Israel e não abrem.

"Eu não assino ultimatos". Foi o que o Sr. Menahem Beguin disse jogando na cara dos assessores do Departamento de Estado os pedaços de papel daquilo que deveria ter sido o esboço do comunicado conjunto Israel-EUA. A Grande Imprensa faz disso man-chete de destaque. E o Sr. Beguin é visto como o chefe de uma pequena nação que enfrenta com a coragem de um David o gigante norte-americano.

Entre o ataque do comando palestino do mês passado e a invasão do Líbano pelas forças judaicas, a grande imprensa internacional e nacional parecia uma grande orquestra a acompanhar uma ópera bufa.

Isaac Akcelrud, de Jerusalém para a Fo-tha de S. Paulo, perguntou como seriam as aulas de geografia humana dadas às crianças israelitas quando elas fossem estudar os povos árabes. Não fariam elas a imediata ligação com um bando de terroristas sanguinários e fauáticos? Mas nem todos os árabes são inimigos do Estado judeu, ponderaria um professor da Universidade Hebraica de Jerusalém.

Numa revista a descrição do ataque palestino a Israel dá-nos a impressão de estar diante de uma televisão vendo um filme da série SWAT onde, é claro, os palestinos são vistos como bandidos "terroristas" e os judeus "atiradores de precisão", soldados de uma eli-

As notícias seguem a regência do maestro, deixando entrever que foram os "terroristas" que não deram chances para o diálogo. E Munique em 19:2? O lema parece evidente: mais vale um palestino morto do que vivo, mesmo que para isso seja necessário o sacrifício de alguns judeus.

Depois dessa ouverture a orquestra da grande imprensa atinge o climax com o dia da invasão do Libano: "represália contra os palestinos" em manchete de primeira página em quase todos os jornais. A utilização da palavra depresália já é uma questão para se pensar. Que diabos de represália é essa que se utiliza de blindados com força de penetração só comparavel às divisões Panzer? E que se utiliza de ataque aéreo maciço com bombas de fragmentação e napalm que o povo vietnamita conhece tão bem? Que represália é essa?

Isso tudo faz-nos lembrar um episódio da gunda Guerra Mundial onde uns trinta solrlos alemães cairam numa emboscada orgaida pelos partigiani italianos. Em represália os chefes nazistas mandaram executar dez cidadãos italianos para cada alemão morto no atentado.

E se pensarmos na terminologia utilizada pelo Sr. Beguin para justificar a guerra - somos levados a fazer mais comparações com episódios da Segunda Guerra Mundial: "é preciso cortar o braço do demônio", trata-se de uma operação de purificação". Se no passado utilizou-se os panzers hoje é a vez dos

O visual da grande imprensa ajuda bastante. A maravilha da técnica fotográfica mostra soldados israelenses de uma divisão de blindados entrando na aldeia de Qana, sendo observados e até aplaudidos pelos libaneses cristãos como se fossem a salvação definitiva contra os infiéis muçulmanos e palestinos esquerdistas. Vê-se também o sr. Beguin, escoltado por guarda-costas, inspecionando as re-centes aquisições territoriais que o jornalista Paulo Francis comparou com a visita de Hitler à Polonia ocupada, em setembro de 1939, pela Wehrmacht. Os exemplos são incontá-

Alguns dias depois da invasão a impressão que se tem é que a imprensa internacional entrou no "piano ma non tropo". Começaram a aparecer em pequenas fotos os estragos re-sultantes do ataque israelita. Teriam os ataques atingido somente objetivos militares? Ou será que também os palestinos tem entre os seus, mulheres, vellas e crianças?

"Piano ma non tropo", como dissemos, pois Israel ressurge punindo exemplarmente seus soldados que fizeram pilhagens. Outras notícias mostram os palestinos totalmente di-vididos e um Arafat sem liderança. Eos palestinos fazendo ameaças aos soldados da força de paz da ONU. Enquanto Israel ajuda os soldados das Nações Unidas que sofreram ferimentos com a explosão de uma mina.

Mas a grande imprensa oferece yantagens para aqueles que querem acompanhar os acontecimentos do Oriente Médio: desenvolve uma grande capacidade de se ler nas entrelinhas. O melhor exemplo é o artigo de Moisés Rabinovici, correspondente do Jornal do Brasil em Israel. Trata da greve dos funcionários dos meios de comunicação do país. Com um pouco de esforço ficamos sabendo do papel exercido pelos jornais, pelo rádio e pela televisão na massificação dos israelitas. Não é gratuitamente que a propaganda massiva tem papel fundamental em países que se dedicam á política do colonialismo expansionista.

Afinal o que ler para se aproximar de uma razoável verdadeira versão dos acontecimentos do Oriente Médio? A dita imprensa alternativa? É uma saída. Mesmo assim ficase sujeito à filtragem exercida pelas agências internacionais. Ou então ler a imprensa árabe existente no Brasil. O Jornal Al-Anba, editado em São Paulo, em lingua árabe e portuguesa, pretende preencher a ausência de notícias ligadas aos árabes em geral e aos palestinos em particular. (Antonio Pedro).

A redação e as ofícinas gráficas do Al-Anba ficam numa pequena rua do Brás bem perto do velho gasómetro. O diretor e redator chefe Nauf Hardan nos recebe com a cordialidade dos árabes mas com desconfiança de quem já sofreu ameaças. Saboreamos um café e começamos a ouvi-lo.

Al-Anba nasceu em 1969 e é considerado o maior jornal de lingua árabe. Circula com 10 mil exemplares nas coletividades árabes do Brasil e América do Sul. "Foi fundado para ser o elo de ligação e comunicação entre os emigrantes árabes do Brasil, conhecido pelo nome de 'Al-Adab Al Mahjari' ou Literatura Emigrada.

O semblante de Nauaf fica mais carregado quando o assunto passa para a situação política do Oriente Médio e com voz ligeiramente emocionada nos diz que entre os

objetivos de Al-Anba estão: "- defesa das causas árabes e em particular a causa palestina explicando-a e difundindo-a como uma das causas mais justas e humanas de nossa época, no que se refere a um povo que foi despojado de suas terras, expulso, maltratado e perseguido com ferro, fogo e terror, sendo bombardeado em seus 'campos de refugio', com bombas napalm e partículas explosivas. para serem aniquilados definitiva-

- orientar as coletividades árabes concientizando-as sobre o perigo que representa o sionismo mundial em relação às suas pátrias e seus povos e que foi condenada pela ONU (inclusive pelo Brasil) como um movimento racista, de expansão desenfreada, oportunista

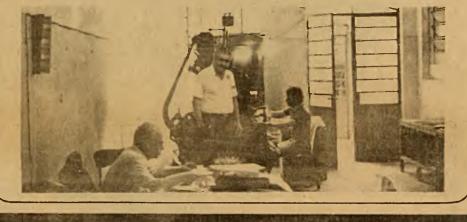
ao torrencial fluxo da propaganda sionista, que domina a maioria dos grandes orgãos da imprensa como Machete, O Estado de São Paulo e

Acabada a entrevista Nauaf nos guiou pela velha oficina onde se destacava a linotipia manipulada por um funcionário que nos foi apresentado. A mesa um velho árabe, poeta, que nos cumprimentou afavelmente.

Despedimo-nos do redator-chefe com vários números de Al-Anba sob o braço. Num dos números que começamos a ler destaca-se a festa de comemoração do 31º aniversário do Partido Baas-Iraquiano, sua obra no país como membro da Frente de Rejeição Anti-Sadat. A defesa da acusação geral de que o Iraque seria o braço do "terrorismo" se faz com um esclarecimento quanto ao uso do termo desenvolvido pela grande imprensa. "Terrorismo nada mais é do que a justa luta pelos direitos de um povo usurpado pelo seu mais feroz ini-migo - o próprio sionismo..." A acusação é dirigida indiretamente a "O Estado de São Paulo" que transcreveu na edição de 6 de abril um artigo do "Die Welt" sob o titulo de "Bagdad é a sede do terror".

Vamos a secção de cartas de um outro número de Al-Anba. Um leitor ataca violentamente o expansionismo israelense que conta com o apoio dos Estados Unidos. O leitor é de Potirendaba. lugarejo per-dido no interior de São Paulo.

Pode-se ler coisas sobre o Oriente Médio sem cair no concerto da grande imprensa ocidental. (A.P.



1º DE MAIO

UMA HISTÓRIA PORTUGUESA, COM CERTEZA.

Alguns dias separam o país da longa noite salazarista. Esta seria, desde 1926, a primeira festa dos trabalhadores com participação livre. Deveria ser o primeiro teste de convivência entre o poder assumido pelo Movimento das Forças Armadas e as reivindicações sociais, que se traduziam em opções políticas com a avidez própria de um silêncio imposto de meio século.

Nas comemorações da Alameda do Rossio, a polícia, cinzenta, desapareceu. Em seu lugar, os macacões azuis, os uniformes brancos dos marinheiros, as vestes populares amarrotadas pelas noites de vigília da grande festa. Cartazes com o monóculo sorridente do general Spínola, presidente da junta provisória, enfeitavam a tribuna de honra onde estavam Alvaro Cunhal, secretário do PC, e Mário Soares, do PS.

Agremiações partidárias emergiam na superfície legal e muitas frações adquiriam voz própria. Uma delas, o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, cisão do PC, anunciava franciscanamente a sede com que la ao pote: "Por um primeiro de maio ver-melho: Rossio - 19,30". Contracenando, com a moldura de 9 anos nos cárce-res da PIDE, Cunhal, recém-chegado a Lisboa, dizia: "Há muito que fazer!"

O "APELO À UNIDADE"

O que foi feito nestes quatro anos que passaram? Como se desenvolveram as complexas relações entre o Estado e a sociedade civil, entre o "25 de abril"e o" 1º de maio"

Nas comemorações, os desfiles não estariam ausentes, mas os blindados tinham flores nas bocas dos canhões: vermelhas, brancas, cor-de-rosa. As cores variadas pareciam anunciar: fardas iguais escondem homens distintos. Em Portugal, o braco armado da revolução foi o mesmo do regime anterior. Não eleita no prazo de um ano houve a uniformização ideológica de uma guerra de libertação; em comum. apenas a vaga concepção anti-salaza-

Apesar da neutralidade que oficialmente caberia aos militares "na defesa xército português de 220 mil homens brigava tendencias políticas muito diferentes. Pouco antes do natal de 1973. general Kaulza de Arriaga, da extrema direita, responsavel por inumeros hassacres na Africa, tentava derrubar premier Caetano. Em 22 de fevereiro de 1974, outro colonialista, o general

Spínola, publicava "Portugal e o Futuro". livro em que pedia a cabeça de Caetano, dada a impossibilidade de uma saída militar na África.

Mas era principalmente a média oficialidade - estudantes e profissionais não militares recrutados para o serviço militar obrigatório de 3 anos - que se opunha politicamente ao governo. Reunida no clandestino Movimento dos Capitães, postulava transformações estruturais no país através da "participação na definição dos objeti-vos nacionais". No dia 16 de março de 1974, teria lugar o ensaio para a ação: soldados e oficiais do 5º Batalhão de Caçadores de Caldas da Rainha rebelavam-se rendendo-se algumas horas depois. E em 25 de abril, foi essa oficialidade que liderou a ocupação dos principais órgãos do governo. A junta provisória de 7 membros que assumiu. teve como presidente Spínola, que não participara do Movimento e fora escolhido para manter a unidade dos mili-

De la para cá tem-se falado muito neste "apelo a unidade". Ainda há poucas semanas, a demissão de general Nasco Lourenço foi justificada como um ato em nome da unidade militar" Va verdade, a unica vez em que realmente se apelou a esta unidade foi para a escolha de Spinola. A partir de entac, o palco da "unidade" passaria do ambito militar ao político. Os militantares tomaram o poder, mas não poderram ser o elemento dinâmico que estaria reservado a sociedade civil, aos movimentos sociais desarticulados pelo periodo salazarista. Caberia ao MFA garantir as condições para a expressão dos setores desativados, para que pude-se tomar corpo a organização politica. O primeiro passo para isto seria instaurar um clima que levasse a uma Assembleia Constituinte, a ser

Esta orientação política levaria o MFA, apenas a dois meses da tomada do poder, em sua primeira assembleia apos o 25 de abril, a redigir um veto ao governo provisório. Este queria convocar eleicões presidenciais em 3 meses. da legitimidade do regime", o poderoso adiando em mais um ano as eleições para a Constituinte, Prazos insatisfatorios, segundo os capitaes.

A LIBERDADE COM RESERVAS

O Movimento, surgido em torno a uma questão puramente militar - equipuração de salários dos militares, em 73 passara a uma posição estritamen-

10 11 12 13 14 15 16 17

te política: a de garantir a construção de uma nova sociedade e com a mais ampla liberdade.

Realmente, a liberdade era o grande tema do país. Seu aspecto mais cotidiano eram as filas para ver "O Ultimo Tangoem Paris" e uma grande quantidade de filmes pornôs que aproveitavam a ausência de censura. Nos bares, só se falava de política e em cada esquina havia um comício. A despreocupação era tal que a sede do PC ficava num prédio que tinha no térreo uma bomba de gasolina! Só os agentes da PIDE não tinham liberdade - mas mesmo isto não durou muito tempo. Alguns portugueses de espírito mais radical ainda hoje asseguram que, se nos primeiros dias, tivesse havido uma 'noite de São Bartolomeu" para os algozes salazaristas, as coisas hoje se-

Acreditava-se que haveria tempo suficiente para dar voz aos setores sociais. O pais não estava bem em sua balança de pagamentos para o exterior. Até o bacalhau, o "feijão portugués", era importado em 80%. Mas o país possuía muntas reservas em ouro. Segundo algiuis, dariam para mantê-lo durante 4

Não foi bem assim: preocupados com a possível "ameaça vermelha", os paises ocidentais usaram dos canais comerciais para advertir o governo. Asreservas diminuiram rapidamente e hoje Portugal tem um déficit anual de 1 bilhão e 200 milhões de dólares.Este poderia ser diminuido para 500 mihões, mas isto depende do aval de Fundo Monetario Internacional que, e daro, quer garantias de estabilidade e

bons lucros para seus investimentos. A ameaca de falência influiu direta mente na organização política do país. OPC, p.ex., quando participava do gocerno Vasco Gonçalves, era obrigado a emitir palavras de ordem de aumento de produtividade e contra as greves de reivindicação salarial, que seguramente não contribuiram para sua penetração popular. Mais recentemente, há questao de 4 meses, o PS de Mário Soares daria a última guinada à direita, excluindo quaisquer conversações com os partidos de esquerda, numa plataforma feita para apaziguar os investigadores estrangeiros. Ela vai desde a indenização às propriedades salazaristas àté a devolução das terras desapropriadas na reforma agrária.

Quatro anos depois, há muito que fazer num país onde tinha esquerda furando greve e direita no Partido do Progresso

O "COMPROMISSO HISTÓRICO"

Evidentemente, é preciso somar os fatores externos aos que vingam no interior do país. Ali, à direita escancarada, aproveitando o clima libertário, logo tentaria seu golpe, contornado em 28 de setembro de 74, com o afastamento de Spínola. Entre as duzentas prisões feitas, estava a do general Kaulza; as agremiações da extrema direita foram fechadas: o Partido do Progresso e o Partido Liberal (bons nomes para a

Mas não só a direita de fachada se aproveitaria da situação. O arrocho salarial imposto ao país (aumentos salariais de 20% para uma inflação de 30%) so serviu para aumentar a maré de descontentes - que inchariam a ultra esquerda, ou o centrismo dos "moderados". A situação se agravaria em 25 de novembro de 75, quando o MFA interferia novamente no processo, obtendo um "compromisso histórico" entre seus integrantes, com a escolha de um centrista como Pinheiro de Azevedo para passar o país às mãos do PS de Mário Soares, que aí está até hoje.

É sintomático que o "compromisso"

valido ate hoje, se tenha realizado nas PC resultou em 25 mil novos membros. Forças Armadas e não entre os partidos politicos. Passados 4 anos desde o "25 de abril", já não se trata mesmo de preservar a unidade do MFA, mas simplesmente uma linha política que permitiria ao Estado sobreviver. Grande parte dos militares deve achar isto. rova é que o Movimento de Esquerda Socialista, antiga cisão à esquerda do PC, e a que pertencia grande parte dos na capitaes, se fundiu recentemente ao PS. Este tem como aliado no governo apenas o Centro Democrático Social, partido que congrega muitos dos simpatizantes salazaristas, e que tem à sua direita só mesmo a agremiação ultra do famigerado gen. Kaulza. Esta aliança custaria ao PS a perda de uma importante fração, que não concorda com o abandono da reforma agrária, li-

o Estado, não parece ser considerado com 20% dos votos, está se ampliando. daremos enfase à democracia. Ape-Só em janeiro de 78, uma campanha do nas." (Wolfgang Leo Maar)

E o descrédito com a política oficial enriquece também os partidos que não optam pela via parlamentar, como o novissimo Organização de União dos Trabalhadores, que tem à testa Otelo Saraiva. Proliferam ainda os partidos sem expressão eleitoral; atualmente já há duas tendências maoistas, uma que se diz, e outra que é apoiada pela Chi-

O "centro" acompanha a crise. O Partido Popular Democrático, atual Partido Social Democrata, se dividiu em torno do PS, ambos reivindicando a filiação à Internacional Socialista. Ao que parece, a saída para o PS no

governo seria endireitar mais ainda, resolvendo sua disputa com o "centro". em particular com a orientação de uma de suas alas, a de Sá Carneiro, que exderada pelo ex-ministro Lopes Cardo- comunga qualquer contato com a es-

O que não seria novidade para De qualquer maneira, o "compro- quem, como Mário Soares, se dizia para conseguir uma saída para marxista em 1974, vociferando contra o o Estado, não parece ser considerado imperialismo norte-americano, e que uma saída para grande parte dos seto- hoje fala melancólicamente - "Pensar res sociais. A esquerda, atualmente em socialismo hoje, é utopia. Por ora,



22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38



"Estabelecemos uma estratégia... Como acabamos de sair da noite colonial, onde herdamos as taras do colonialismo, temos que enfrentar suas influências, que se fazem sentir ainda no comportamento, na mentalidade, na maneira de trabalhar, de conceber as coisas". Os problemas enfrentados neste período de transição são contados pelo ministro da economia da República da Guiné-Bissau – Vasco Cabral. Ele é primo do presidente Luis Cabral e de Amilcar Cabral, um dos fundadores do PAIGC – Partido Africano pela Independência de Guiné e Caboverde – assassinado em seu país em 1973, quando era governador o gen. Spinola.



AS SEQÜELAS DO COLONIALISMO



P- A Guiné é um país pequeno, pobre e atrasado. Como isto influi na tentativa de construção de uma nova sociedade?

R- Realmente a Guiné-Bissau é um dos menores países do mundo, o que de modo algum impede que nele se edifique uma sociedade não capitalista, em que o nosso povo seja dono de seu destino, possa viver livre e feliz. Na América Latina de vocês, Cuba, uma das menores repúblicas, demonstrou como uma vontade política pode permitir a superação de vários obstáculos, pode desenvolver uma sociedade nova nas mais difíceis condições e com os meios mais limitados. Ora, nós que soubemos conduzir uma luta de libertação nacional, temos de procurar o nosso próprio caminho. Temos de mobilizar todas as camadas sociais, temos de ocupar cada metro de terreno cultivável, temos de exigir o máximo de cada quadro, para integrar todo o país num esforço de reconstrução nacio-

P- A Guiné foi a primeira excolônia a proclamar sua independência, ainda antes do 25 de abril de 74. Já estavam em andamento nesta época planos para a reconstrução do país, em especial no aspecto econômico?

R- Sim, a Assembléia Nacional popular, votada nas regiões já liberadas em setembro de 1973 criou um Conselho de Estado, designou um chefe para o executivo e formou-se o governo. Eu fui designado como responsável pela Economia e Finanças.

Mesmo sob a luta de libertação, nós já tínhamos algumas diretrizes quanto às atividades econômicas, porque mesmo lutando era preciso produzir. Tínhamos organizado as hortas de Partido nas zonas libertadas. Ja havia planos de reconstrução nacional e tinhamos encarregados responsáveis por eles no interior do país, nas zonas libertadas. Esta experiência não pôde ser muito profunda porque havia outros problemas da guerra mesmo. Tinhamos de abastecer as tropas, as escolas e criamos as cooperativas ligadas as escolas. Havia toda uma série de problemas de abastecimento.

Naturalmente que num país uma vez libertado as coisas se puuma num ambito diferente. As experiencias do tempo da luta armada eram diferentes das que tivemos que enfrentar quando ficamos diante de quadros de uma administração ligada ao colonialismo. Isso não acontecia nas regiões libertadas, onde os quadros eram nossos camaradas.

A decisão de constituir órgãos a nível superior do Executivo para orientar a economia vem de antes da libertação total, a partir sobretudo da proclamação da Independência da Guiné, em setembro de 1973.

P- Como o sr. vê a estrutura de classes na Guiné e até que ponto a pequena-burguesia não poderá vir a comprometer o projeto de uma sociedade sem exploradores e explorados definido no programa do P.A.I.G.C.?

R- Realmente na nossa terra não existe uma burguesia nacional. Uma pequena burguesia pode-se dizer que existe, mas não é uma classe que tenha função de dominante. Ela teve em certa medida de "suicidar-se" para fazer a luta. O problema que se põe é: continuará a suicidar-se? Não vai transformar-se noutra coisa?

Eu penso que não porque o Partido que liderou a luta, o fez com determinados objetivos que quer levar até o fim. São os objetivos pelos quais o fundador de nosso Partido, o camarada Amilcar Cabral, lutou. Nós continuaremos nessa mesma linha.

Naturalmente que há certas manifestações da pequena burguesia que podem às vezes assustar uma ou outra pessoa. Mas estou convencido que esta orientação é opção do nosso Partido: não vai haver uma burguesia nacional em nossa terra

E naturalmente que criar uma classe proletária implica industrializar o país. Na medida em que se desenvolva a agricultura, em que haja condições melhores para a educação, para a saúde, na medida em que se criem mais fábricas, que haja mais energia elétrica no país, que permita criar empregos industriais, vai se formando uma nova classe, digamos assim, proletária, porque atualmente praticamente não existe. E isso será desenvolvido cada vez mais, no bom sentido.

P Que diretrizes determinam as prioridades do atual governo, em

10 11 12 13 14 15

entrevista a Luis César Costa e Osmar Freitas Jr. especial no plano econômico, sabendo-se que tradicionalmente o país se insere no mercado interna-

cional como produtor de matérias

R- Isso não é propriamente um problema que dependa do Comissariado de Estado de Desenvolvimento Econômico e Planificação. É um problema de governo, porque

É um problema de governo, porque depende de uma opção política. Claro, ligada à economia, mas é uma decisão política.

No 3º Congresso de nosso Partido, o PAIGC, realizado em novembro de 1977, nós definimos as nossas prioridades. Estabelecemos uma estratégia de desenvolvimento para um período de transição. Acabamos de sair da noite colonial, herdamos todas as taras do colonialismo, mesmo do ponto de vista político. Algumas influências

to para um período de transição. Acabamos de sair da noite colonial, herdamos todas as taras do colonialismo, mesmo do ponto de vista político. Algumas influências ainda se fazem sentir na população, apesar de todo trabalho político no período da luta armada. Influências no comportamento, na mentalidade, na maneira de trabalhar, de conceber as coisas. Essas taras ainda persistem, são as sequelas do colonialismo. Tínhamos porém que partir da realidade de vida do nosso povo.

A maior parte de nossa população vive da agricultura: cerca de 86°. O que nosso povo faz melhor é cultivar a terra. Os colonialistas portugueses, além de impor a monocultura do amendoim, não deixaram praticamente nenhuma industria no país. O que quero dizer é que a base de apoio da indústria, a produção de energia eletrica é mínima. Os colonialistas deixaram 250 geradores, por necessidade da guerra, senão ainda seria menos. Hoje temos 12000, e a maior parte das regiões do interior ainda não tem eletricidade. E sem energia não pode haver indústria.

Precisamos uma acumulação a partir da agricultura que permita melhorar a vida do povo e ao mesmo tempo desenvolver a indústria. Na fase de transição a prioridade é a agricultura e as pequenas indústrias que permitam a transformação das matérias-primas agrícolas.

Outra prioridade é a formação de quadros, porque com 99% de analfabetos, não era possível termos já quadros, suficientes para as necessidades de desenvolvimento do país.

Uma terceira prioridade é a saúde. Em África a mortalidade infantil é principalmente consequência do regime alimentar. Nosso povo aprecia como alimento básico o arroz, mas nos fazemos propaganda no sentido de convencer a população a diversificar as culturas e a alimentação.

P- Como o sr. afirmou, a Guiné é um país essencialmente agrícola. Como se desenvolvem neste setor os projetos governamentais?

R- Nossa política agrária concentra-se nos seguintes pontos: modificação da atitude do homem rural e do seu meio; produção agrícola adaptada às necessidades variadas da população; criação de estruturas para uma agricultura científica e permitir a passagem para uma fase evoluída do desenvolvimento.

Com isso nós pretendemos atingir alguns objetivos específicos: aumento da produção e produtividade agricola, diversificação das cul-

turas, melhoria da dieta alimentar, aumento do rendimento das empresas agrícolas, elevação do nível de vida dos agricultores, equilíbrio da balança de pagamentos.

Esta é uma concepção que se concretiza cada vez mais; não fazer projetos isolados, mas visando o desenvolvimento global da região; fazer projetos integrados, com os diversos departamentos; saúde, transportes, obras públicas, etc.

Temos muito em conta o fato de que as várias regiões do país não têm todas as mesmas capacidades de produção. Estamos qualificando estas regiões do ponto de vista econômico para saber as suas características.

P - A construção da nova sociedade não só esbarra no passado colonial, mas também na especificidade da sociedade africana. Como a população sente os benefícios decorrentes desta transformação?

R - Eu vou dizer o que penso, mas acho que essa pergunta deveria ser feita a própria população.

Varia de região para região. Algumas já foram beneficiadas, outras ainda não sentiram grandes benefícios das melhorias já introduzidas. Toda população do país não sente no mesmo nível os benefícios da libertação. Mas há um aspecto que é fundamental: nossa tese é de um desenvolvimento equilibrado. Não permitiremos desigualdade entre regiões. Para isto, O Estado favorece com certos meios aquelas que estão mais desfavorecidas, para compensar sua situação em relação a outros.

Certas melhorias já produziram modificações muito abrangentes. Vou dar um exemplo concreto. Os Bijagós nunca aceitaram a dominação portuguesa e não eram zona libertada. A população sempre foi hostil aos portugueses, que fizeram muitas ações criminosas contra a população, ela apoiava o Partido. Essa gente só conhecia a dominação colonial, as humilhações, os vexames, os impostos. Eu mesmo falei com alguns camponeses. Atualmente estão liberados de tudo isso sua região foi valorizada. Inaugurou-se em 1976 uma central elétrica, o que significa uma transformação profunda que alguns talvez não se dêem bem conta. Ajudou a modificar a própria mentali-

Com a instalação da eletricidade nas tabancas (comunidades ru rais), um problema difícil se põe aos chamados feiticeiros, que já não podem fazer algumas das práticas que faziam antes. Isso modifica totalmențe a mentalidade das pessoas, que antes viam-se na selva, na obscuridade, um ambiente favorável a certas "patranhas" dos feiticeiros. Atualmente isso não é mais possível, permitindo a obra de educação que é preciso fazer. Nós sabemos que as raízes culturais do passado tem coisas negativas e positivas. Temos que aproveitar as positivas e acabar com as negativas.

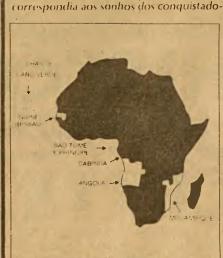
P - Como vê o problema da autonomia de um país como a Guiné, imerso perifericamente no mercado mundial?

R - A maioria dos países subdesenvolvidos encontra-se ainda dominada pelo sistema internacional de exploração, que leva ao fracasso qualquer plano de desenvolvimento. Aqui temos um partido que derrotou os instrumentos internos da MUITA ÁGUA ROLOU

"A criação na clandestinidade, do Movimento das Forças Armadas que, a 25 de abril de 1974 derrubou o regime salazarista em Portugal, é a consequência direta da longa e vitoriosa luta de libertação nacional dos povos das antigas colônias portuguesas, e em particular, da luta dirigida em Guiné-Bissau e Caboverde pelo PAIGC" – Esta declaração de Aristides Pereira, presidente da República de Caboverde, mostra com clareza a última contribuição da colônia para os destinos da metrópole.

O primeiro artigo da constituição portuguesa de 1933, vetava expressamente a remincia a qualquer parte do território luso, inclusive às províncias de ultramar. Quando toi anulado, em 19 de julho de 1974, cortava-se definitivamente o cordão umbilidad que fazia o sangue africano alimentar a producto. Carte Metropolitara.

moderna Corte Metropolitana. Na verdade, há muito, este fluxo não



res. O mesmo canal que conduzia as riquezas, revava o amargo sabor da derrota na luta colonialista. Apenas uma política fascistóide poderia ainda justificar os pesados onus econômicos da guerra na Atrica, que em muitos lugares superavam as vantagens da exploração do Pacto Colonial. Até mesmo um homem de confianca, como o comandante português general Spinola, percebia como era fatal o embricamento do salazarismo com o colonialismo.

do salazarismo com o colonialismo.

É claro que não se pode reduzir o 25 de abril à descolonização na África. Mesmo porque muitas das ex-colonias já eram praticamente independentes. A Guiné-Bissau proclamou sua República em 24 de setembro de 73, quando o PAIGC dominava 45 do país, e foi reconhecida por 75 países. Também em Caboverde e em São Tomé e Principe, a situação estava definida, o que mostra a rapidez com que Portugal reconheceu seu direito à independência na conferência de Argel em 26 de agosto de 74. Mas também em Angola e Moçambique, a independência ñao foi dadimas truto da reação dos colonizados.

foi particularmente esta reação, com os horrores e a violência imediatamente presentes na guerra colonialista, que tornou mais tácil a percepção dos horrores e da violência no próprio Portugal, onde eram encobertos por uma hábil política de massas. Foi assim que a reação contra o salazarismo tomou folego, na ideologia dos soldados portugueses recrutados para a Afri-

ca no serviço militar obrigatório.

Depois disto, muita água rolou, e se passou à difícil tarefa da construção de uma nova sociedade, tanto na capital como nas ex-províncias. Aqui, a divisão claramente aparente entre explorados e exploradores dava vez a um projeto unitário, menos problemático, mesmo considerando o complexo caso angolano, onde tres organizações (MPLA, FNLA e Unita) dividiam

por algum tempo a iniciativa popular.
Isto fica patente quando comparamos
hoje os rumos tomados em Portugal e em
cada uma das ex-colônias. O casò particular da Guiné-Bissau é dos mais ilustrativos:
ali a força própria da população já se revelara com toda sua pujança e autodeterminação a partir de 1956, data de fundação
do PAIGC, inscrevendo-se com todas as letras na História muito antes do 25 de abril.
Wolfgang Leo Maar

exploração internacional e se colocou a serviço do povo. Basta ver os esforços do imperialisno no Vietnã, as sabotagens e os ataques sobre Angola e Moçambique, para perceber a importância de se colocar no poder um governo a serviço do povo. Eu acho que nenhum esforço de propaganda internacional é capaz de esconder esse fato. Apesar de todas as dificuldades hoje é possível orientar as forças econômicas do país para o progresso em função das necessidades do nosso povo. Essa possibilidade nós devemos ao esforço, ao sacrifício de Amilcar Cabral e outros muhares de patriotas que morreram na luta contra o colonialismo.

P - Num país que apenas recentemente se libertou do jogo estrangeiro, como se coloca a questão das relações internacionais?

R- Há certo tipo de atividade num país atrasado como o nosso que é necessária é que nós não temos condições de realizar. Temos então de recorrer a entidades estrangeiras. Nós garantimos um certo controle, naturalmente.

Claro que há sempre certos riscos. Só a experiência é que os pode eliminar pouco a pouco. Já temos a partir de conversações com algumas empresas que nos ajudam a implantar certas estruturas.

Nossa experiência tem levado a resultados positivos fazendo prevalecer nossos pontos de vista. Não vou dar nenhum exemplo nominal porque isso é confidencial, mas houve uma discussão com uma dessas empresas em que nós nos documentamos suficientemente. Isto é que tem de ser feito sempre para podermos discutir numa base sã. para nós. Eles pretendiam impor certas más condições. Nós fizemos pe firme, e houve discussões. Estavamos convencidos de que

aquilo não ia dar em nada e deu. Nós dissemos: bem, nossas condições são essas, querem, não que-

rem vamos embora.

Nem sempre foi assim: há casos em que as condições não foram as melhores para nós. Mas somos um país soberano, podemos em qualquer momento desfazer qualquer situação que não nos favoreça. Este o nosso princípio, como um país que tem certos objetivos bem precisos. Quando há certas situações que não são as mais vantajosas, nós modificamos. Temos o direito e o dever de fazê-lo, e o faze-

P. Qual o relacionamento mantido entre Guiné-Bissau e o Brasil em que setores existe intercâmbio?

Nós temos as melhores relações com o Brasil em consequência da nossa política de não alinhamento, independentemente das opções políticas de cada um. Assim como nós respeitamos as decisões do governo brasileiro, exigimos que também sejam respeitadas nossa soberania e nossas opções.

Até agora a cooperação com o Brasil se situa sobretudo no âmbito da assistência técnica. Recebemos várias bolsas para várias especialidades no Brasil. No campo da pesca ainda estão começando os entendimentos.

No campo da assistência técnica, da educação temos que destacar a colaboração de um velho amigo, e apreciador da obra de Amilcar Cabral o camarada Paulo Freire, que nos deu uma rica contribuição pela sua enorme experiência. Ele está em nossa terra para assistir, como uma das figuras mais proeminentes, ao encontro de educação entre os ministros das antigas colônias portuguesas, que alias surgiu como iniciativa sua.

32 33

CHICO DE OLIVEIRA

Homologando o general Figuei-redo como candidato da Arena à Presidencia da República e juntadas suas sucessivas falas à revista Isto É, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, poucas dúvidas podem restar sobre a recomposição do regime. Este reencontrou seus eixos de articulação, eliminando as dissenções, a mais grave das quais foi, inicialmente, a militar. Os expurgos dos generais Sylvio Frota e Hugo de Abreu constituiram a cirurgia necessária para recompor a unidade militar. Tais expurgos significaram uma operação tática que, eliminando a extrema-direita com posições fortes dentro das Forças Armadas, evitava que de dentro destas, em reação, surgisse ou tomasse corpo uma alternativa mais comprometida com a democratização do país. Viram-se logo seus resultados: o imediato recuo do general Euler Bentes Monteiro, que se constituia na esperança da formação dessa alternativa, apoiada civilmente, pressupondo-se ainda com fortes raizes militares. O general Euler Bentes deixou seus antigos arautos com cara de tacho.

O segundo expurgo situou-se precisamente na área civil, formada por antigos colaboradores do re-gime: o próprio senador Magalhães Pinto, que jogou na possibilidade do agravamento do confronto Geisel Figueiredo versus Frota, para aparecer como o eterno "tertius". No momento em que o próprio Frota foi expurgado, a condenação e o isolamento do senador mineiro já começava a ser selada. O ex-ministro Severo Gomes foi outro expurgado: dissentiu no momento em que percebeu que seu programa nacionalista não encontrava eco no governo do General Geisel nem tinha condições de implementar-se quando a crise se aguçava; durante os anos em que participou do governo, funcionou como uma espécie de"pirulito vermelho", ajudando a construir a imagem de que o próprio governo não era integralmente adepto do que se chamou o "modelo brasileiro de crescimento"

Outros segmentos sociais ou personalidades políticas não precisaram nem ser expurgadas: o senador Teotônio Vilela continua com sua pregação liberal, sem se dar conta de que quando os arautos do regime falam no fim do liberalismo estão expressando realmente não apenas o rumo político desse regime, mas sua essência, baseada na imbricação Estado-empresários e na exclusão popular. Nas chamadas classes empresariais, que em' alguns momentos clamaram pela volta ao Estado de Direito, seus representantes são caçados agora a "dente de cachorro" pelos repórteres, pois se recusam a qualquer falação sobre a sua recém e abandonada namorada: a democracia.

Como sequência das falas do general Fiqueiredo levantou-se um coro de vozes para apontar as falhas, as incongruências, as "gaffes", e até a grossura do general (este referiu-se aos gaúchos como "gigolôs de vacas", segundo a Folha veiculou). À parte a verdade que se contém nessas críticas, a maioria das quais é absolutamente superficial, pouca atenção se prestou à sua coerência, que é simultaneamente seu programa e a revelação de que o regime reencontrou seus eixos de articulação. Que suas falas não revelem um intelectual ou um estadista, pouco importa: nisto a própria crítica da oposição revelou, lamentavelmente, seu entranhado elitismo. É preciso reler o 18 Brumário, para reconhecer que nem sempre os governantes capitalistas primam pelas qualidades de preparo intelectual e "finesse" de humor; exatamente porque a burguesia já nada tem de revolucionária enquanto classe social, seu pensamento somente pode ser conservador, sem graça, e envereda quase sempre pelo discurso tecnocrático, que é a forma nova da ideologia burguesa, pois corresponde à racionalização da irrazão mo-

O que o general Figueiredo disse na verdade é que será o continuador do general Geisel, na sua política de distensão gradual e na sua concepção de democracia. Sem programa econômico, que apenas se pode ler nas entrelinhas, é o da continuidade do chamado "modelo"; se ele não se explicita em metas, formas e mecanismos, é exata-mente porque o grau de intelectualização da economia brasileira retirou a possibilidade de que aqui se façam planos com relativa autonomia. Mas o programa, mesmo nebuloso aí está: incentivos ao capital estrangeiro, considerado imprescindível ao desenvolvimento nacional; apoio ao empresariado nacional que se revele capaz, pois o governo não vai dar dinheiro a imcompetentes (a mesma formulação do ex-ministro do Planejamento Bob Fields, lembram-se?); continuidade à estatização, que funcio-na como mola-mestra do processo de acumulação global e dos processos de acumulação em muitos setores fundamentais da economia. Enfim, a manutenção do tripé, que é rigorosamente a forma que o capitalismo monopolista toma entre

Quanto à democracia, à oposição, e no que diz respeito aos trabalhadores, a fórmula é a mesma: relativa. Isto é não é; oposição que não conteste é o que deseja (afinal o general Geisel fechou o Congresso

porque o MDB não se prestou ao papel de aprovar a "sua" reforma ao Judiciário). E os trabalhadores? Estes podem barganhar seus salários diretamente com os empresários, mas com a mediação do Estado. Assim evita-se que surjam operários, que só querem aumento, diante do empresários que não querem dar aumento algum. Onde estão as mudanças?

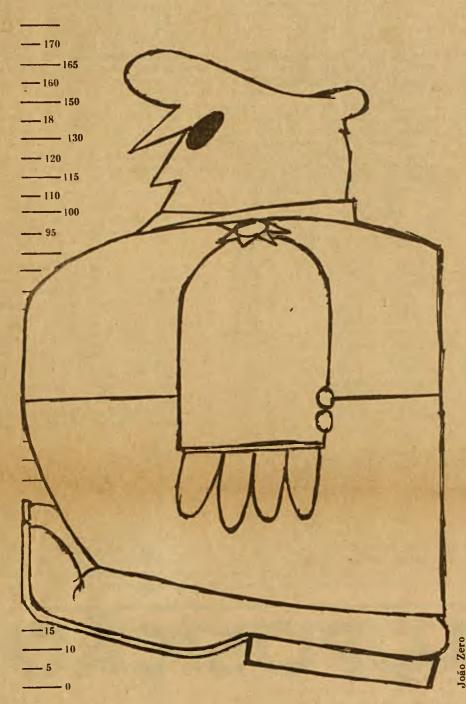
A oposição no Brasil está perplexa. As eleições se aproximam e se constituem no seu oxigênio. Reconheçemos, é oportunista no pior sentido da palavra. Lembrados da avalanche de 74, os que estão no partido da oposição desde já lambem os beiços e se entre devoram: vetos para cá, vetos para lá, um campo enorme de manobras. A direção do MDB em São Paulo encaminhou ao Tribunal Superior Eleitoral consulta para saber como poderá encaminhar a questão de suas sublegendas. Espera que aquele tribunal resolva essa questão? Não, evidentemente. A consulta esconde mal os conchavos de cúpula, cuja principal finalidade é a de não permitir a entrada de novas figuras nos quadros do partido. Estranhamente para um partido de oposição que diz querer a quebra do regime autoritário, revela nesse particular uma prática da República Velha: a manutenção de "currais

Diz-se que o senhor Magalhães Pinto, no mínimo, cruzará os bracos em Minas, ou no máximo, mandará votar no MDB e no seu velho adversário cordial, o hoje líder do MDB na Câmara, deputado Tancredo Neves. E os analistas políticos chegam a apostar no impasse que isso produzirá: Minas é que tem equilibrado a crescente votação do partido da oposição em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, e a tradicional votação no Rio de Janeiro. Vamos ser um pouquinho dialéticos: é crivel que as bases conservadoras do senador Magalhães Pinto vão fazer mudar qualitativamente a oposição no Brasil? Somada essa esperada avalanche, não completamente certa, ao "Chaguismo" e ao "amaralismo" do MDB do Rio, ao populismo do senador Quércia (que, a partir de uma eleição de onde saiu como senador mais votado da história política brasileira graças ao crescente sentimento de insatisfação do povo em geral - e tornou-se, por via desse fato, rigo-rosamente um "cacique" político do velho estilo), ao simulacro de democracia-cristã do senador Montoro, pode-se chegar a uma situação completamente contrária à prevista pelos analistas políticos. Pode a Oposição estar dando de bandeija ao regime a possibilidade

de criação de um forte segmento centrista, capaz de negociar com o regime. Neste sentido, a ironia do senador Brossard sobre a contradição entre a Arena indicar como seu candidato um senhor que, em chegando à Presidência da República,

diz que irá dissolver seu próprio partido, faz honra apenas ao reconhecido senso de humor do senador gaúcho, mas não faz honra à sua percepção política. O general Figueiredo, com o perdão, está sendo mais lúcido que o senador Bros-

O General Figueiredo falou grosso. Seus críticos foram irônicos e sutís. Sua coerência, porém, parece que não foi percebida. Resta fazê-lo agora, antes que seja tarde demais.



sard, pois o general sabe, como chefe do SNI, que as prévias que o próprio governo vem encomendando a institutos de sondagem de opinião pública, indicam uma repetição de 74. Mas a tragédia desse crescimento previsível é que ele é inorgânico; longe de ameaçar o regime, pode ajudá-lo a mudar de face. E a fina ironia do senador Brossard esgota-se nela mesmo: pois a Arena nunca decidiu nada, não é um partido, e torna-se cada vez mais um trabalho, que o regime se vê forçado a sustentar para manter as aparências.

A fragilidade da oposição no Brasil é constrangedora, olhada, da prespectiva chamada "institucional", fragilidade que contrasta fortemente com sua fortaleza, que arranca da insatisfação e crescente organização em movimentos sociais das classes populares. Essa fragilidade a que me refiro pode ser revelada por dois recentes episódios. O primeiro, deu-se na entrega do título de "Cidadão Paulistano" ao Cardeal Arns. Pois bem: o mais aplaudido foi senador Magalhães Pinto. Segundo, a possibilidade, ainda não inteiramente descartada, de que o senador mineiro venha a ser o candidato do MDB à Presidência da República. Quer dizer: a oposição brasileira, ao nível do partido da oposição, está a mercê do primeiro aventureiro que se diz democrata. O senador mineiro foi saudado como "paladino da democracia" pelo vereador emedebista Roberto Cardoso Alves. Parodian-do o deputado Francelino Pereira: "que oposição é esta"? Oposição que se esqueceu que o senador Magalhães Pinto foi um dos golpistas mores de 64, foi ministro das Relações Exteriores do governo Costa e Silva, assinou o AI-5, compactuou com as cassações e, muito importante: nunca se viu o senador mineiro, que é um dos mais importantes banqueiros nacionais, protestar contra o "arrocho" salarial. Ele sabe, como banqueiro, como é bom para seus lucros pagar pouco, utilizar o FGTS como mecanismo de rotatividade dos seus empregos, que simultaneamente mantém baixos os salários e desestrutura qualquer segmento classista que possa dar base a vigorosos movimentos classistas. Com o FGTS, o sujeito qué é empregado hoje ja não o é amanhã, e portanto que interesse vai ter em continuar indo ao sindicato? Neste sentido, e avancando um pouco, a mudanca da estrutura sindical pela qual lutam as oposições sindicais no Brasil hojé é completamente pertinente, e deve-se prestar bastante atenção a este ponto, que constitui um "calcanhar de Aquiles" da sindica-

Qual é a contradição que existe entre a fragilidade assinalada da oposição e a crescente fortaleza nascida da eclosão e multiplicidade dos movimentos sociais de base? A contradição é dada pela hegemonia liberal no controle do partido da oposição. Pode-se dizer que essa hegemonia é completamente compreensível e até legítima, desde que as classes populares, e particularmente o operariado, não têm a organização suficiente para propor seus próprios projetos. Portanto, a questão que se coloca não é a questão do socialismo, para irmos direto ao assunto, mas a questão da democracia. Estamos de acôrdo parcialmente com uma constatação deste tipo. No que divergimos é em que a questão da democracia não pode ser posta consequentemente, se a correlação de forças no interior da própria oposição não mudar. Pois a questão da democracia interessa de perto às classes populares e ao operariado das cidades e dos campos, exatamente porque amplia seu espaço político e pode levar a oposição a constituir-se em alternativa real de poder. Coisa que a hegemonia liberal no partido da oposição não tem condições de fazer, pois o ponto de vista de seus interesses, essa hegemonia liberal não questiona o Estado de uma forma mais profunda. Limita-se aos aspectos da institucionalização de regras sobre os direitos humanos e civis, mas não questiona o Estado do ponto de vista de seu caráter no sistema capitalista-monopolista.

A perspectiva, pois, transfere-se inteiramente à oposição, para repisar o argumento. É isto exigirá uma mudança na correlação de forças no interior da própria oposição. O caminho para isso está em transformar-se os movimentos sociais, que a rigor são pré-políticos, em movimentos propriamente políticos; isto é, em dar o salto qualitativo da passagem da força dos movimentos sociais de base para o controle ideológico da oposição. Sem isto, nos prazos mais imediatos até onde pode chegar a visão da conjuntura, pode-se estar criando as condições para uma saída elitista, que nada tem a ver com os interesses mais profundos das amplas camadas sociais populares do país.

34 35 36 37 38

33

AGORAÉ ORGANIZAR OROMENTO MOVIMENTO DE ANISTIA

Até agora, a luta por uma anistia ampla e irrestrita - beneficiando presos, banidos, cassados e todos os punidos e prejudicados pelos atos de exceção - ficou apenas em pronunciamentos de personalidades importantes e em ações isoladas na Justiça. Mas a partir do próximo dia 12 de maio, São Paulo vai entrar em cheio na organização efetiva da luta pela anistia. Vai ser lançado o setor paulista do Movimento de Anistia.

A coordenação geral do movimento ainda não sabe como é que vai ser feito o lançamento público. Por enquanto, ela está se limitando a distribuir uma "proposta mínima", contendo os princípies básicos do movimento, e a passar uma lista de adesões. Pelo menos cinquenta entidades representativas de estudantes, operários, professores, profissionais liberais, religiosos estão apoiando o movimento. Essas entidades participaram de quase todas as reuniões preparatórias.

No último encontro do Comitê de Coordenação, realizado no dia 10 de abril, ficou definido que o movimento teria um caráter "democrático e popular", e que não se vincularia a partidos políticos ou a organizações do gênero. Foi nessa mesma reunião que se elegeu uma comissão provisória, com o objetivo de encaminhar a estruturação global do movimento, e estudar as formas de ampliação e obtenção de apoio. A comissão ficou encarregada de definir o alcance das principais lutas a serem travadas, e de redigir uma carta de princípios, com o correspondente lançamento público.

A luta pela anistia vai às ruas e salões. Mas todas as atividades deverão ser encaminhadas pela Coordenação à Assembléia Geral, na qual todos terão direito a voto. Para os próximos meses já está programada uma "Semana pela Anistia", coordenada pelas "Mulheres Artistas em Prol dos Direitos Humanos" (está prevista a participação de personalidades políticas nacionais e estrangeiras).

Os organizadores do movimento, que deverá chamar futuramente "Comitê Brasileiro pela Anistia" acham que o ato do dia 12 vai dar um impulso poderoso à luta pela restauração da democracia no Brasil . Eles acreditam que "não deverão se repetir os mesmos erros de encaminhamento e participação que motivaram, há algum tempo, a extinção do Comitê Primeiro de Maio, cujos objetivos eram basicamente semelhantes".

10 11 12 13 14 15



23 24 25 26 27 28 29 30 31 32

MPORTUNANDO O DEBATE?

Prosseguindo a discussão aberta nas páginas da Folha de São Paulo, o deputado Alberto Goldman responde ao ex-ministro Almino Affonso.

Volto a abordar o tema dos partidos políticos face ao artigo publicado pela **Folha de São Paulo** em 10/3 passado, da autoria de Almino Affonso, intitulado "Inoportuno o Debate?" no qual se refere à uma carta minha abordando as teses que o ilustre autor vem procurando discutir na coluna Tendências/ Debates do mesmo jornal. Se a sua intenção foi "provocar-me" para o debate que considera "necessário e urgente" sobre a orga-nização de um "grande partido nacio-nal e popular" devo dizer que em parte o conseguiu. Digo em parte pois sem dúvida a forma de discussão de um tema que se deveria supor de tão alta relevância não poderia ficar restrito à essa esgrima esporádica entre os seus textos na coluna de debates da Folha e as minhas respostas em "cartas do leitor". Nem o "local" é apropria-do, nem pode se restringir o debate entre nós dois, figuras suficientemente respeitadas para que tenhamos nossas matérias publicadas pela Folha de S. Paulo. De qualquer forma, o jor-nal AMANHA pode ser visto como um terreno comum.

um terreno comum.

A própria questão que está em debate, ainda aparece confusamente nos textos de Almino Affono. Ele diz que é "urgente a discussão sobre os rumos a adotar quando, suprimido o bipartidarismo, se coloque diante de nos a possibilidade formal de estruturar um partido político". Mais adiante diz: "o que sustentei foi a necessidade de discussão sobre o que se fará quando, restauradas as liberdades democráticas, a cidadania tiver que reorganizar políticamente a sociedade". São duas questões diferentes. A restauração das liberdades democráticas, não será uma outorga, mas sim uma não será uma outorga, mas sim uma conquista que somente se dará com plena unidade política de todas as oposições democráticas de maneira a se constituir numa só oposição capaz de organizar o povo na luta pela democracia. Ai sim, a questão da criação de verdadeiros partidos se colocará e a discussão se dará sobre o nível de consciência e de organização então atingidos pelas massas. Como fazer isso hoje? Fechar os olhos e imaginar esse processo ate a conquista das li-berdades democráticas? Ou existirá algum determinismo histórico que nos deixe ver, antecipadamente, o que será o avanço cultural, ideológico e organizativo de nosso povo? Ora, para nós é suficiente saber que a conquista das liberdades democráticas - e então a formação de verdadeiros par-tidos - passa pelo fortalecimento das organizações populares ao nível dos sindicatos, das entidades de bairro, das representações estudantis, de profissionais liberais, etc.

Ter isso como perspectiva é imobilismo, conforme me acusa o ilustre autor? Pelo contrário, entendo que colocar questões que não podem ul-trapassar o nível dos debates e desencadear ações políticas práticas, efetivas no dia a dia, isto sim, ajuda a desviar o centro da luta oposicionista e a imobilizar forças contrárias ao regime

Se a questão é o que fazer quando suprimido o bipartidarismo, sem a restauração das liberdades democráticas, então não é preciso tanto debate. Isto é, se nada mudar, mantido o regime, nos também não mudaremos. Com o MDB, com outro nome, com partido, sem partido, teremos de manter unidas as forças de oposição, com o mesmo objetivo: as liberdades democráticas. Ou será que entende o autor que nestas condições, suprimido o bipartidarismo, algo terá muda-do? Para nós, regime de exceção não é, como afirma, "uma expressão genérica", mas sim a expressão concreta da repressão às forças e organizações

Almino Affonso coloca ainda outras questões: "E se amanhã, até por circunstâncias alheias às oposições, a abertura política for mais ampla do que o previsível, teremos por acaso uma proposição unificada a ser feita?" Para começar, "por circunstâncias alheias à oposição" este regime não mudará. Só mudará por pressão das massas oposicionistas. E, depois, como responder a questões diante de tantas interrogações, isto é, o que vamos fazer se abertura for ampla, mais ampla,

Eu argumentei que sem a conquista de um amplo espaço político não se-ria possível aos trabalhadores a participação no debate sobre o pretendido partido popular. Segundo Almino é um sofisma, pois "se levássemos o argumento as sufitimas consequencias, deverámes esperandos esperandos." deveriamos esperar que as liberdades democráticas tivessem plena vigência para disputar a direção dos sindicatos ou dos órgãos de classe em geral..." Ora, Almino, o argumento se presta à hipótese de formação de um "partido popular". Pretender levá-lo "às últimas consequências" é dar a ele uma força e uma amplitude que não pre-tendo porque não julgo válido. O ar-gumento somente tem a dimensão que lhe conferi.

hoje, sem major empecilho, reunirmo-nos às lideranças operárias autênticas, aos dirigentes que nascem nos inumeráveis movimentos dos bairros populares, aos sindicalistas das mais diferentes categorias... Não seria, ainda um debate massivo. Mas sem dúvida alguma, já significaria um avanço maior, em termos de vincula-

Diz Almino Affonso que "é possível

ção povo-partido, do que o que foi logrado na história da formação dos partidos políticos neste pais". É um desejo, e o nosso também, mas ainda não é viável. Os empecilhos são inúmeros não só para o aparecimento de lideranças populares autênticas mas principalmente para a sua reunião. Aliás é justamente para evitar a aglutinação de lideranças populares que o regime mais se empenha, mais exercita a repressão

Justamente facilitar o apareci-mento destas lideranças, a sua organização e as suas lutas como objetivo da conquista das liberdades démocráticas - eis o nosso papel.

Uma frase do autor - "As oposições tem no MDB uma frente eleitoral" identifica bem o fundo das nossas divergências. As oposições não conse-guiram ainda, sequer, transformar a sua frente eleitoral em uma frente politica de oposição, isto é, superar os seus interesses meramente eleitorais e compreender que a conquista da de-mocracia é o objetivo que nos une an-tes e depois das eleições. Nenhuma frente será vitoriosa se ela for somente frente eleitoral. O MDB pode não ser a melhor frente política mas é a única que temos e seu fortalecimento deverá se dar no dia a dia da ação

Segundo Almino Affonso, ou leva-mos o debate adiante ou será inevitá-vel o fracionamento das oposições comprometidas com as classes popu-lares. Por que? Existe alguma diver-gência fundamental no momento? O que devemos nos perguntar é o que constrói. Qual o debate que nos dá instrumentos para a ação política do dia a dia, isto é, o que nos ajuda na ação concreta? Diz Almino que a mais longa das marchas começa sempre pelo primeiro passo. Por que primeiro passo, pergunto? Será que o ilustre companheiro imagina que no cami-nho por uma sociedade justa e democrática estamos no primeiro passo? Esrecolhidas e, somente a partir da pro-posta do debate sobre o "grande par-tido nacional e popular" é que esta-riam sendo desfraldadas? A pretensão me parece demasiada. Talvez estejamos no início, mas ainda assim muitos já deram suas vidas para que este pequeno percurso fosse trilhado.

Vamos agora lutar para fortalecer a Vamos agora lutar para fortalecer a oposição, ganhar espaço, consolidar e avançar. Temos muito trabalho pela frente. Os líderes e os quadros do "grande partido nacional e popular" de amanhã estão se forjando agora, nas lutas concretas, ao lado das grandes massas de nosso povo. Somente assim se lançam as bases de um partido verdadeiramente popular.



VOLTANDO PONTO

Companheiros, antes de tudo um abraço imenso pelo jornal. "Mais um na mesma trincheira. A lista do "quem somos" me faz sentir um de vocês, na mesma luta cotidiana pela "democracia de todos os trabalhadores", como menciona o editorial. Excelente o debate sobre a situação cultural do país à partir de uma análise de 77. Mas me sinto na obrigação de fazer uma correção numa colocação do Jean-Claude. Quando ele analisa "Ponto de Partida" de Guarnieri, espetáculo que eu encenei, faz um exa-me critico do final da peça sem dúvida ex-tremamente correto. Mas, isto me sur-preendeu, e me fez escrever, em certo nível me levou a me defender, ou até mesmo a explicitar aqui a idéia essencial do espetáculo que talvez não tenha ficado claro (mas confesso que acho que ficou claro): o final não era, nunca foi, desde a estréia, aquele que ele descreve. Isto me sur-preendeu porque considero o "olho" de Jean-Claude um dos mais lúcidos da crítica brasileira de hoje. E ele toca justamente num dos pontos essenciais do espetáculo, no nível ideológico. Mas afirma: "No final da peça, todo mundo se retira do palco e a unica personagem que fica para resistir é a enina que foi engravidada pelo poeta, a filha dos tiranos que se voltou contra os país. Os dois atores que não estavam diretamente ligados ao poder - o ferreiro e o pastor – esses se retiram e a única persona-gem que fica firme, que é exaltada no final ela. Ela fica sozinha, ajoelhada no meio do palco olhando o boneco e é exatamente essa filha do poder em ruptura com o róprio poder. Isso me parece uma reexaltação da pequena-burguesia radical como sendo realmente a única que pode enfrentar o poder"

Ora, durante todo o tempo de ensaios. um trabalho crítico coletivo, coloquei sempre em discussão justamente este ponto. Pessoalmente não admito esta solução final. E, em comum acordo com todo o elenco, com o próprio Guarnieri portanto, o final do espetáculo nunca foi (nempreten-der ser) este. Após o monologo final, onde a filha do poder, sem dúvida a protagonista (e talvez resida aí o problema), amadureci-da em nível de consciência pelas duas mortes (seu amante e seu filho), assume com serenidade e de forma quase didática, ao menos foi esta a proposta da encenação e da intérprete, uma tomada de posição contra o poder (é verdade que são as últi-mas falas do texto, mas a ação continua), voltam ao palco os dois personagens que, em nível simbólico, ou reduzido a isto no texto, significam a concreta possibilidade de resistência e transformação social: entre o pastor pela esquerda do palco, encara a platéia, entre o ferreiro pela direita do palco, encara a platéia. Em seguida ouve-se o hino de Vasco, personagem que não aparece em cena mas é sempre mencionado como exemplo de luta, mas nas montanhas, contra o poder usurpado: a luz vai baixando na menina, até desaparecer, em seguida vai baixando ao mesmo tempo nos dois únicos personagens visíveis em cena, no pastor e no ferreiro, que neste instante esta batendo com martelo em sua bigorna, símbolo da classe operária. Finalmente, a luz permanece apenas na bigorna, enbatidas. Esta foi a imagem final de "Ponto

de Partida" Justamentenasceu da justa ne-cessidade de não colocar a pequena-burguesia radical como única que pode enfrentar o poder... Me parece que estes instantes finais do espetáculo encerram, de forma talvez até muito esquemática, uma posição bastante clara. Se não fosse assim, Jena-Claude teria toda a razão.

Retifico isso e concordo com todo o resto. Um abraço prá vocês todos. Fernando



CLAUDE BERNADET ESCLARECE

(...) A esta resposta de Fernando Peixoto que acho extremamente relevante gostaria

de acrescentar o seguinte: ח) o que disse permanece válido para a pe-

ça, a qual não prevê o final mudo que o diretor do espetáculo lhe deu. 2) se confundi o final, não foi por acaso. É que o impacto emocional criado pelo monólogo final é mais forte que o final do espetáculo propriamente dito. O que acaba se gravando como final, emocionalmente, é o monólogo. O final do espetáculo não consegue alterar substancialmente o final da peça propriamente dita. E não sou o único a ter gravado essa impressão; foi a mesma que guardaram todas as pessoas com quem discuti a peça.

3) Disso podemos tirar conclusões mais gerais e teóricas: a significação política e ideológica no que se costuma chamar obra de arte, mesmo em se tratando de teatro, cinema ou literatura intencionalmente políticos, não está em absoluto desvinculada da significação emocional. E também: o que constroi a significação política e ideológica é basicamente a estrutura dramática do projeto teatral (teatro de texto ou não) concretizado pelo espetáculo (em obediência ou não a este projeto inicial). Dificilmente tal estrutura será modificada por adjetivos verbais ou visuais. No caso, o posicionamento ideológico e político assumido pelo diretor do espetáculo não conseguiu alterar a estrutura da peça em geral e dos personagens em particular. O símbolo final da bigorna iluminada não consegue se impor porque o perso-nagem do ferreiro não sustenta o símbolo, porque a trajetória seguida pelo ferreiro, particularmente a partir do julgamento, não sustenta a bigorna como símbolo de luta do proletariado. Já que não é sustentado pela trajetória do personagem, o símbolo permanece aposto à peça, vira adjetivo, não se integra na sua estrutura e portanto não pode modifica-la.

Dai pode surgir um debate fecundo a meu ver da maior importância para a dis-cussão do teatro político. Sugiro que Ama-nã incentive este debate. Jean-Claude Ber-

22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38

MORREU CONTRA-MÃO, ATRAPA-LHANDO O TRÁFEGO

Recebemos a carta abaixo de um grupo de operários da Philco-Ford, denunciando o desespero de uma compenheira que foi levada ao suicídio, atirando-se do 3º andar

Yara, 20 anos de idade, salário Cr\$ 8,00 por dia, operária da Philco-Ford, morreu no dia 5 de abril às 8hs vítima de suicídio!? De suicídio?

Atenção para o detalhe:

A data em que a companheira morreu foi exatamente 2 dias após o pagamento. Contas pra pagar, familia pra susten-tar, ganhando um salário de fome, essa é a

vida da classe operária. A imagem dessa firma na praça é mui-to grande, mas só quem trabalha lá dentro, nas linhas de produção é que pode res-ponder exatamente o inferno que é. O rítmo abundante das máquinas,

produção em cima de produção, as com-panheiras operárias não tem ao menos tempo de ir ao banheiro. Só pode ir duas vezes ao dia, 5 minutos de cada vez, numa jornada de trabalho de oito horas (...)

(...) Os chefes desrespeitam as companheiras, perseguem, tentam desmoralizar, um verdadeiro regime de caserna.

Tudo isso e mais é o que existe dentro dessa empresa que tanta fama tem aí por

O clima dos operários nos dias de pagamento é realmente de revolta, o que pode levar algum operário ao clima de desespero como o caso da companheira Yara, não conseguindo aguentar a pesada carga que recai sobre os seus ombros em consequência dos baixos salários e das injustiças.

Companheira Yara: as injustiças e a exploração não são eternas, seus com-panheiros pouco a pouco vão tomando consciência de que è preciso fazer frente a todos este estado de coisas.

Dia a dia a classe operária vai perce-

bendo que a União e organização dos trabalhadores é que vai por fim a esses siste-ma corroido e podre que aí está.

Dia após dia os operários vão criando a sua força de resistência, se organizando e assumindo de vez por todas o papel que a história lhe deixou pra cumprir

Companheira Yara. A sua morte nos entristece assim como a morte de outros companheiros que tombaram no fogo da luta nos deixa em agonia, com o grito preso no garganta e o peito clamando por liberdade, por uma

sociedade mais justa. Companheira Yara: você ficará em nossa memória, assim como outros companheiros que foram vítimas da repressão e

exploração capitalista.

Não passarás!!!





das há tempos. Falta à Oposição consequente traçar os objetivos para se transformar, realmente, numa alternativa ao Estado que aí está.

Pela pressão popular e pelas proprias divisões internas, o regime se deteriora e quer se "reformar". Nessas circunstâncias abrem-se uma brecha e uma oportunidade impar para o avanço político do conjunto das oposições. Ao mesmo tempo suas parcelas mais consequentes, pois identificadas com uma perspectiva popular de poder, temem que as ditas reformas, ao mudarem a roupagem do sistema sem mudar-lhe a essência, permitam uma recomposição ao nível da classe domi-nante. O que significaria, ao invés de uma "abertura", um estreitamento do espaço para a organização das classes dominadas, visto que poderia talvez restaurar a hegemonia burguesa, em crise desde 64. Frente a tal quadro, a oposição de cunho popular se indaga: o que fazer?

Se hoje é possivel um debate mais ou menos público das alternativas - e prova disso é a proliferação de jornais independentes - as divisões e divergencias em meio a estes setores indicam que a resposta não é facil. Até hoje o conjunto destes setores ainda não conseguiu se fixar numa estratégia e tática comuns frente ao adversário principal. Recordemos, por exemplo, o modo pelo qual foi tratada a bandeira da Assembléia Nacional Constituinte que se transformou num fator mais de divisão do que de aglutinação. É certo que essa bandeira só foi assumida pela oposição liberal em função do "desespero" causado em suas hostes pelo "pacote de abril". No entanto, ela abria ao mesmo tempo brechas que não foram aproveitadas. Pela primeira vez se colocava abertamente a quetão do fim do regime, isto é, a possibilidade de se discutir e mobilizar setores em torno de uma questão real - o poder popular como poder constituinte - e passar do estágio defensivo (luta contra a censura, contra o arrocho salarial, etc) para um estágio ofensivo (reorganizar a Sociedade e o Estado em bases populares). Isto, no entanto, foi considerado por alguns setores como a tentativa de semear a "ilusão democratista" em meio às massas populares.

Na verdade vários setores da oposição ainda não se convenceram de que, numa sociedade como a nossa, onde a burguesia não fez sua "revolução democrática", esta tarefa cabe fundamentalmente às classes populares e que, portanto a luta pela democracia esta indissoluvelmente ligada à luta pelo socialismo. Por isso, apesar de que camadas cada vez mais amplas da população aderem à luta pelas "liberdades democráticas", e como ainda se mantém a generalidade desta palavra de ordem, sem se especificar claramente o conteúdo popular desta luta, ela não avança em termos orgânicos.

Da mesma forma que o governo, isolado, só consegue reagir "casuisticamente", dando respostas ad hoc às crises econômicas, sociais e políticas, a oposição atua sem um plano estratégico definido, respondendo tembém ad hoc aos atos

Assim, quando o regime apontou para o fim do bipartidarismo, alguns setores sairam propondo aos quatro ventos a constituição de um "Partido Socialista" e/ou um "Partido Trabalhista".

Dada a falta de respaldo popular para tais propostas - na verdade a Convergência Socialista, único fruto orgânico desta propaganda, se apresenta hoje como um movimento isolado do conjunto das oposições mais consequentes - acabaram sendo "recolhidas" (talvez para depois das eleições) e o "grande acordo" que se logrou entre os diferentes setores é o de que se deverá reforçar o MDB em novembro e, se possível, procurar dar a tônica á campanha do conjunto, do partido, impondo inclusive aos liberais uma linha de conduta. E depois das eleições, o que fazer? Bem, ao que parece, estaremos de novo na dependência do que o regime fizer face aos resultados...

Um programa de ação comum frente ao ano eleitoral é evidentemente necessário, mas não suficiente. Procurar dar um **cunho popular** à campanha pela anistia também é um importante ponto de convergência entre vários setores. Mas o que é necessário indagar é para onde aponta o conjunto destas ações comuns a vários setores da oposição, isto é, que perspectiva popular está subjacente à luta cotidiana contra o regime, que

necessariamente há de se impor após o seu fim. Como há de se encaminhar, na prática, a luta contra os monopólios? Além da liberdade sindical, quais as outras exigências para que a classe operária possa se organizar de forma eficaz a ponto de se constituir no principal protagonista político da democracia? Por que tipo de reforma agrária lutamos de modo a poder emancipar politicamente esta vasta parcela da população que, sem direito a voz e a voto, ainda figura como o grande ausente da cena política: os trabalhadores rurais? Aos militares, qual o papel que está desti-nado numa democracia? - Els algumas das questões sobre as quais é imprescindível a união dos setores de oposição que possuem uma perspectiva popular de poder para, ai sim, organicamente, se constituirem numa alternativa ao Estado que aí está, queiramos ou não. (ANTONIO MENDES JR. E CARLOS ALBERTO DORIA)

10 11 12 13 14 15 16 17

Hoje a cidade está parada e ele apressa a caminhada pra acordar a namorada, logo ali e vai sorrindo, e vai aflito pra mostrar, cheio de si que hoje ele é senhor das suas maos e das ferramentas

Quando a sirene não apita ela acorda mais bonita sua pele é sua chita, seu fustão e bem ou mal é o seu veludo & o tafeta que Deus lhe deu c & bendito o fruto do suor do trabalho que é só seu

Hoje eles hão de consagrar o dia inteiro pra se amar tanto ele o artesão faz dentro dela sua oficina e ela tecela, vai fiar nas malhas de seu ventre o homem de arranha



O CONTEÚDO POPULAR DA CANÇÃO

ouvinte reencontra seus discursos diários na canção popular. É delegada aos cantores do rádio, da TV e do disco a missão de promover em retórica os discursos ideológicos manifestos ou virtuais das diferentes camadas da

Todo ouvinte é um falante atuando ou em potencial. Ouve e fala em cadeia linear onde meodia e texto brotam exatamente no mesmo instante num exercício que podemos chamar de entoacional.

Quando o cantor popular, verdadeiro orador representando a imensa classe dos falantesouvintes, interpreta uma canção, com sua melodia e seu texto propostos conjutamente pelo compositor, encontra, já podemos prever, imediata ressonância no mundo subjetivo do ouvinte.

Este fenômeno independe do mérito da canção, da qualidade da interpretação ou da classe social do ouvinte. Existe em qualquer comunidade pois é uma extensão retórica da própria linguagem coloquial. Gostamos de ouvir os conteúdos – formas que há em nós, expressados e divulgados com tanta propriedade pela boca do cantor (quando apreciamos a composição e a interpretação, evidentemente). Pois, no plano estético em que se instala a canção, novo signo é construído sobre a matéria oferecida pela fala. Este signocanção possui, como tal, um novo conteúdo que é responsável pela emoção que, eventualmente, recebemos.

O percurso da composição

Podemos imaginar um percurso continuo que parta da fala crua do dia a dia e vá, através de sucessivas abstrações (também continuas), se convertendo em canção. Tal é a metáfora que temos da praxis da composição popular. Só assim conseguimos entender uma produção tão fértil como a da canção (notadamente a brasileira) e um de-sempenho tão seguro de toda essa gama de compositores que frequentemente, desconhecem os recursos musicais e literários. Só podemos compreender o compositor popular como sendo, basicamente, portador de uma competência entoa-cional. (Este "basicamente" procede, pois, é des-necessário dizer, tudo aquilo que pertence ao saber do criador participa de sua obra. Se o composhor for músico, por exemplo, e obvio que isto interferirá em sua atividade. Para expor nosso raciocínio teremos, infelizmente, que considerar muita coisa como subentendida).

A raiz popular da canção

A entoação da comunicação cotidiana, que se apresenta numa integração perfeita entre me-lodia e texto, fixa a raiz da canção popular. O percurso da composição, que consiste na abstração gradativa da fala, jamais se desp ende totalmente dessa raiz, pois apenas este dado lhe garante um estatuto "popular profundo. (Note-se que esta-mos num plano anterior ao consumo).

Até o ouvinte mais leigo ou desinteressado em estética acaba por se permitir, quase que involuntariamente, um encontro com o intérprete e o compositor num plano comum em que as emoções são ou estão na iminência de serem externa-das pela linguagem entoativa (na fala e na can-to. ção)

Dois signos: a canção e a fala

Dois códigos, portanto, ou dois signos "lato sensu": o signo-fala e o signo-canção, um servin-do de matéria à composição do outro, serão, por isso mesmo considerados coexistensivos. Isto significa que, apesar de termos uma nova retórica e, consequentemente, um novo conteúdo a partir do ato composicional, o conteúdo dos dois signos mantém uma certa equivalência.

Esta equivalência explica, talvez um pouco melhor, a passagem razoavelmente desobstruída das informações (emocionais ou racionais) da canção popular ao ouvinte. A idéla de "popular" ganha, assim, motivação.

Aliás, a indústria cultural, entre outras coisas, intervém nesse canal aproveitando-se de sua desobstrução intrínseca e estereotipa a composição e o intérprete nos moldes de um produto lucrativo, educando, desse modo, o gosto do ouvinte de acordo com seus interesses financeiros: a retórica própria do processo de composição se transforma, então, em retórica demagógica e não é por outra razão que o conteúdo se padroniza.

Importante notar, nesse caso, que as emoções continuam sendo passadas pelo cantor, pois há sempre uma área de equivalência entre os conteúdos do sígno-canção e do sígno-fala. Apenas, com a retórica demagógica, o sígno-canção começa a apresentar inúmeros trejeitos de ordem expressiva que não encontram correspondências no plano do conteúdo. Trata-se do famoso cultivo da torma pela forma. O cantor é pago para exauda forma pela forma. O cantor é pago para exau-rir, através de recursos expressivos demagógicos, o veio emotivo que domina a relação intérpreteouvinte. Este veio emotivo se mantém num equilíbrio oscilante entre demanda do ouvinte e imposição da indústria cultural. Quando esterilizado, o próprio ouvinte reclama novas substâncias que só podem, como tais, vir carreadas por novas formas, desta vez mais enxutas e despojadas dos trejeitos. (Nesse caso, o intérprete ou o compositor apenas são intermediários com função ambígua: ao mesmo tempo que defendem de direito, os discursos do ouvinte, de fato, defendem os interesses da indústria cultural. Discutiremos este assunto numa próxima oportunidade).

Porém, há fases drásticas em que a indústria cultural consegue manter toda uma classe de ouvintes anestesiada, durante todo um período conservando os mesmos conteúdos e, portanto, as mesmas formas só que dissimuladas

Renovação e aprimoramento

Eis que se dá a renovação. A composição renovadora (ou aprimorada) se caracteriza por romper com a retórica demagógica e criar um significante menos viciado para revitalizar o signo-canção. Com ela, a área de conteúdo comum ao signo-fala e ao signo-canção é "refertilizada" a curto, médio ou longo prazo. Dizemos "refertilizada" e não "criada" porque essa área já existe. Nos termos que estamos propondo, não podemos transmitir além daquilo que o código permite. Ou melhor, podemos, mas trocamos de código e, nesse caso, as implicações escapam a esse ensalo. E o código que entra na elaboração do que estamos chamando signo-canção, consiste, em última ins-

10 11 12 13 14 15

16

ste artigo pretende analisar uma can-

ção. Por que uma canção e não várias

como é de costume neste tipo de arti-

go?Acretedito que apesar de muito se ter escri-

to sobre Música Popular, pouco se sabe da canção. O objetivo é estabelecer uma ponte de

acesso(uma dentre as várias possíveis), entre

o ouvinte e a canção é detonar uma conversa. Escolhi o "1º de Maio" (Chico Buarque e Milton Nascimento), não porque seja mera ilustração do tema central dessa edição, mas por-

que acrescenta algo a esse conjunto de significados que é o 1º de Maio. Antes de iniciar, é

bom que se diga que uma análise de canção

raramente revela algo que já não fora pressentido numa escuta. A análise no mais das vezes nomeia o que foi sentido. E nesse caso, nomear é aproximar-se de um tipo de trabalho, o

Uma olhada geral na canção já revela algumas coisas. O texto aborda o 1º de Maio de

uma maneira inesperada e é proposto com uma melodia de difícil assimilação.

mos depreender de sua letra uma situação na qual um homem, num feriado em que a cida-

de pára, procura sua namorada. O desejo de encontro, de fusão com o outro tem sua ex-

pressão mais forte no desejo sexual. E além de

significar um encontro, nesse sentido profun-do, a relação sexual é colocada também como uma espécie de trabalho, onde ele artesão faz

dentro dela sua oficina e ela tece um filho nas malhas de seu ventre. O trabalho aparece portanto como criação humana por excelência, onde o trabalhador, dono de suas ferra-

mentas, produz algo que é prolongamento de si próprio. Nesse encontro onde se realiza a

criação, supera-se uma forma alienada e de-

sumana de trabalho. E o título localiza esta criação no dia 1º de Maio. Ou seja, a canção, à

sua maneira, realiza a conquista de uma forma mais humana de trabalho, exatamente no dia em que se celebra mundialmente a luta

pontos em comum entre a canção e seu tema.

Reduzimos a canção aos aspectos em que ela exprime o 1º de Maio e com isso lovcalizamos

a área de intersecção entre o universo do tra-

balho e o universo da canção que foram reunidos pela composição. Mas permanecer aí seria

contentar-se somente em reconhecer o 1º de Maio na canção, desprezando assim a contribuição que ela traz ao 1º de Maio. Dito de ou-

tra forma: o que a canção acrescenta ao tema que lhe serve de matéria?

A canção coloca o 1º de Maio como um espaço que se abre para a humanização, que

permite um tempo para o encontro do outro. A luta pela diminuição da jornada de traba-lho é retratada na canção pelo seu comple-mentar, isto é, pela possibilidade de um tem-

po de lazer, lazer entendido não como tempo necessário para repor as forças de mais uma

jornada, mas como um espaço onde ocorre um

trabalho qualitativamente diferente. Nesse sentido, a canção aproveita o espaço aberto pelo 1º de Maio e o habita, o preenche com

uma forma superior de trabalho, de humani-

zação. A canção não se contenta em garimpar

o veio "1º de Maio" exaurindo suas riquezas, mas ao contrário, injeta nele um outro signifi-

contra as explorações que ocorrem no universo do trabalho, ganha mais um aspecto: o da luta interior de cada ser humano (da grande

maioria) contra a alienação imposta por determinadas formas de trabalho e lazer. A

idéia de união contida no 1º de Maio se abre para abarcar a união profunda de dois seres, a

O dia de luta de manifestação pública

Até aqui o que se fez foi aproxiamr os

por esta humanização.

Sem olharmos o título da canção, pode-

trabalho da composição.

Um signo assim constituído apresenta uma mesma "natureza" de forma-conteúdo para uma gama infinita de produções (renovadoras ou não). Consciente ou inconscientemente, a constituição do signo-canção (ou composição simplesmente) com ou sem pretensão renovadora (ou de aprimoramento) obedece a um programa de sucessivas abstrações a partir do signo-fala (ou raiz popular). Este último é fundamental pois não há referência mais concreta para um trabalho de interdependência entre texto e melodia que a prática en-

Entretanto, sabemos que todo ato de composição se caracteriza por um afastamento maior ou menor desta prática, mas sempre um afastamento (pois se trata de abstração). No caso da renovação ou do aprimoramento, o compositor tende, em geral, a se afastar, paradoxalmente, da raiz popuar e de seus recursos de fala, para enriquecer o código da canção com elementos já experimentados em outros códigos (notadamente o musical erudito e o literário).

Não há dúvida que enriquece. Não sabemos se prospera: não sabemos até que ponto uma canção que renova ou aprimora o código com elementos de outros códigos está capacitada a fecundar uma área de conteúdo comum entre o signo-canção e o signo-fala e gerar perspectivas para outras composições que partilhem do mes-mo propósito. Enfim, desconfiamos um pouco dessa orientação.

Os recursos do código popular

Se atentarmos para a raiz de formação do código (a fala cotidiana) percebemos uma soma de recursos técnicos infinita e, até o momento, praticamente inexplorada. Com a vantagem de que todos esses recursos pressupõem uma interdependência entre texto e melodia própria da entoação linguística. É difícil termos ritmo mais complexo que o ritmo de nossa fala, totalmente livre de qualquer matriz dominante, regulado apenas por uma relação com o texto. Do mesmo modo, a melodia entoacional despreza as segmentações de meio em meio tom, proporcionando linhas contínuas, potencialmente mais ricas que as melodias tradicionals. O texto não precisa obedecer métrica alguma a não ser a sua própria com relação à melodia. Oscila entre a linguagem figurativa e a imprevisibilidade da linguagem coloquial.

Esses e outros recursos do mesmo nível oferecem subsídios não só à composição como a todo o arranjo instrumental.

Além disso, o emprego desses recursos conta com um reconhecimento popular quase imediato (o que nem sempre significa aceitação) pois, a formas de mesma natureza correspondem conteúdos de mesma natureza. E não é outra a relação entre o singo-canção e o signo-fala. O primeiro é, e sempre será, obstração do segundo projetado esteticamente. Porém, essa abstração pode ser mais ou menos intensa. A renovação, quase sempre, tende a uma abstração mais intensa para fugir aos modismos promovidos pela indústria cultural.

reunião dos pedaços de um corpo partido no cotidiano. Mas até aqui só nos referimos ao texto, e nem só de texto vive a canção.

Toda canção propõe um texto melodizado. O relacionamento entre texto e melodia pode se dar a partir da fala, ou seja, enraizando-se no material oferecido pela linguagem oral, onde texto e melodia já brotam unidos. Esse é o caso de inúmeras composições de Noel Rosa, Cartola e muitos outros. A relação texto e melodia também pode se estabelecer de outras maneiras, como veremos adiante. São casos em que a raiz entoativa está muito abstraída ou diluida numa série de elementos do universo musical ou literário. Entretanto, parece que a canção retira sua força dessa união en-tre texto e melodia, seja qual for o tipo de relação que os mantem unidos.

Na canção 1º de maio notamos a presença

de uma melodia cromática (onde ocorrem sequencias de meios tons). Estes movimentos melódicos cromáticos, em geral em direção ao agudo, colocam um certo tipo de tensão melódica. Tensão é o primeiro significado que a melodia transmite, a melodia está apta a significar mais do que simplesmente tensão. Ela pode ser interpretada como um tipo de ten-são característica de uma relação sexual, como se representasse o contato estreito e lento de um corpo contra o outro. (Aliás o caráter sensual da tensão cromática já era apontado no século IV, e por esse motivo foi abolido, posteriormente, do canto gregoriano). Tudo se passa com o se o acúmulo de tensões imprimissem ao texto o ritmo da relação proposta por ele. (Ao nivel do acompanhamento, o bandolim parece esse tipo de tensão).

È claro que qualquer um pode discordar desta interpretação. O fato de uma leitura ser coerente não a torna necessária ou verdadeira. Porém, isso não é uma falha de análise, mas uma característica da canção.

Sempre que a relação entre texto e melodia se afasta de sua raiz entoativa, firma-se entre eles uma relação mais abstrata. Interrompido o acesso entre canção e esta reserva pública de significados que é a fala, a análise se torna, na maioria das vezes, interpretação. Na canção 1º de maio há uma relação de complementariedade entre texto e melodia, pois se o tex-to comparece para trazer uma idéia de relação sexual (metaforizando um certo tipo de trabalho) a melodia comparece par imprimir a for-ca e o movimento dessa relação, complemen-tando o sentido da letra. Texto e melodia se adequam para transmitir uma mesma idéia, onde o significado de um se potencia em con-

tato com o do outro.

Mas se nesse nivel a complementariedade entre texto e melodia pode ser questionável, ela reaparece mais evidente num outro plano.

A canção não é proposta como um hino do 1º de maio. Não é uma canção que possa ser cantada facilmente por um grande número de pessoas numa manifetação pública. Ela não contém (a não ser no inicio da terceira estrofe) aquelas marcas de participação (isto é, melodias de fácil apreensão, ritmos que se repetem, enfim, todos os elementos que permitem ao público cantar em conjunto) tão características dos hinos, ou de certas canções de protesto que conhecemos. A rigor, o espaço de audição para a canção 1º de maio não é o momento da manifestação pública, mas sim o espaço onde se senta para ouvir, onde as outras atividades cedem lugar para a atividade da escuta. Especialmente por sua melodia, a canção pressupõe e preenche aquele espaço de lazer que o texto preconiza. A canção chama o ouvinte para que se detenha e ouça. A canção pede tempo. Reivindica um ouvinte. Ouvidos querem tempo. Homens reivindicam. Helio Ziskind

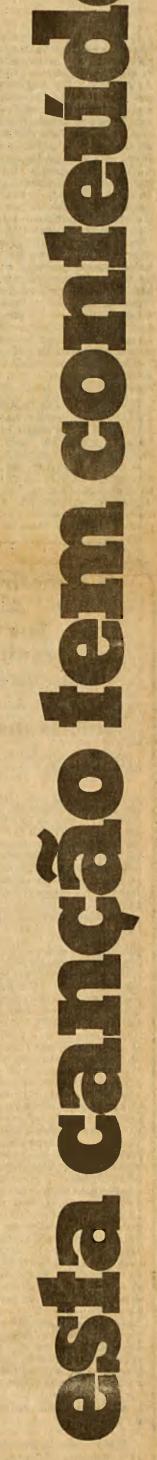
Em busca de uma nova retórica

Uma fuga através de abstrações, ou ainda, através de afastamento progressivo dos recursos entoacionais converte-se, como vimos, em fuga da própria raiz par ar, com produção de "obras uni-cas" interes antes enquanto tais mas sem prespectivas para construção de uma nova retórica qse abarcasso inúmeras composições.

Propuzemos, então, os discursos diários como fonte inesgotável de recursos que garantiriam à canção renovação e respaldo popular ao mesmo tempo, num processo de revitalização mútua e em prol de uma reserva na área de conteúdo comum aos dols signos (canção e fala). Esta reserva de área seria a construção de uma nova retórica com flexibilidade suficiente para driblar os modelos impressos pela indústria cultural sem se perder em abstrações distantes do código popular. **Luis Tatit**

23 24 25 26 27 28 29 30 31





32 33 34 35 36 37 38

uma casa a ber

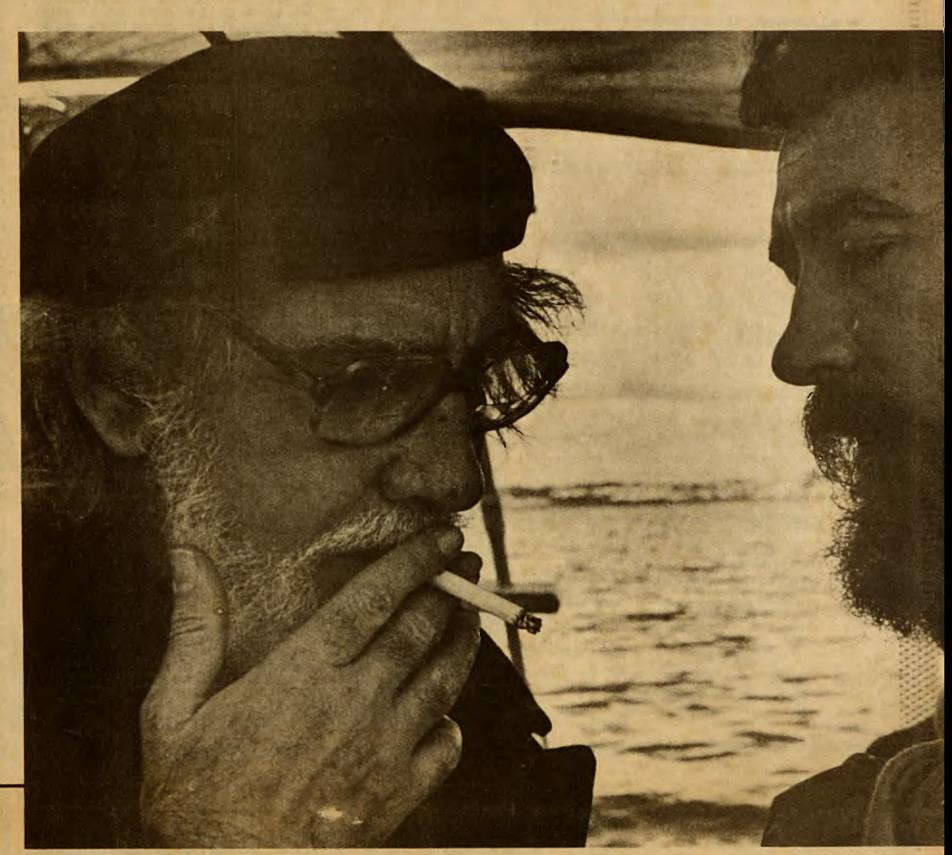
"TABACO E AÇÚCAR: o inebriante perfume de Cuba"

Quem tem medo de uma pequena ilha? E apregoa as vantagens de se ser uma "ilha" no meio de um mundo conturbado? Entre a realidade física da palavra e sua metáfora a história permite a ironia. Não faz muito tempo, creio que os animais já não falavam, temia-se simplesmente pronun-ciar seu nome. Falar de Cuba, no Brasil, era o mesmo que falar do diabo na Idade Média, quando queimava-se na fogueira para morrer lentamente e dar prazo ao arrependimento. Mas, ao mesmo tempo, dizia-se que a na-ção era uma "ilha de paz e tranquilidade", ainda que fosse a paz do silên-cio, a paz do deserto. Pobre país que, alimentando sonhos grandiosos de supremacia e conquistas, se fechava entre quatro paredes e ilhava seu povo num falso e tedioso monólogo. Me lembro das palavras do tempo: "fossa", "desbunde", "curtição", "na minha", "na sua", etc. Enquanto procurava-se o isolamento cultural através de instrumentos como a censura e a suspeita lançada sobre intelectuais, Cuba procurava criar pontes sobre aquelas forças que, mais pode-rosas que o mar, tentavam isolá-la.

O Prêmio Casa de las Américas, instituido pelo governo cubano, era uma forma não só de entrar em contacto com a produção cultural latinoamericana, como também, e isto que é o mais importante, de mostrar-se, de abrir-se à critica de escritores e artistas de outros países. Porque temer o debate, o intercâmbio, o confronto cultural e ideológico e seus elementos provocadores: professores, estudan-

Foi na Alemanha nazista e na Itália fascista onde pela primeira vez a per-seguição aos intelectuais foi sistemática. Isto porque, enquanto um partido de minorias procurava o monopólio ideológico, eram eles os elementos mais difíceis de serem controlados e manipulados pela propaganda oficial e conduzidos pela propaganda oficial e conduzidos altravés de mitos e projetos megalômanos. Nessas situações de fascismo, não bastava simplesmente eliminar as lideranças das camadas subalternas, como era necessário também acabar com os dissidentes, depois com os suspeitos de dissidência, depois com os possíveis dissidentes, depois os passivos, os omissos, os apáticos, e assim por diante, até que a impossível noite da uniformidade encobrisse a nação.

Pela primeira vez intelectuais brasileiros residentes no país - não é redundância, são circunstâncias - participaram do juri do Prêmio Casa de las Américas. Desde o ano da Revolução, 1959, dezenas de escritores são convidados a participar da escolha das melhores obras que a Casa recebe para publicação. E eles, quando de lá voltam, de lá falam. E como no paraíso a maçã é o fruto proibido, o prazer de comê-la é dobrado. É a mesma atração do mistério, que nos deixa mais excitados quando vemos o que o vento permite quando, matreiro, levanta alguma saia, do que os monoqui-nis de minúsculas folhas de uva do paraíso. E os daqui da terra também falaram do diabo, ou melhor, desculpem-me, de Cuba. Afinal, não passa de uma pequena ilha.



O jornalista Fernando Moraes, autor de "A ILHA", fala sobre o concurso literário "Casa de las Américas" realizado em janeiro, em Havana, mostrando sua importância para a literatura latinoamericana.

A - Fernando, o que é o Prêmio Casa de las Américas?

F.M. - O prêmio tem praticamen-te a idade da Revolução. Eles tomaram o poder em janeiro de 59 e acho que já em 59 ou 60 foi criado o Prêmio Casa de las Américas, que vem sendo modificado com o correr dos anos. Hoje cobre sete gêneros: ensaio, conto, romance, poesia, teatro, testemunho e literatura infantil. Ele sempre foi aberto para escritores de todos os países latinoamericanos, e julgado também por jurados de todos os países concorrentes. A partir de 1964, quando o Brasil rompeu relações com Cuba, eles fecharam o prêmio aos brasileiros. Ainda assim, dois foram premiados, depois de 64: inicialmente foi o Vianinha, prêmio de teatro, não lembro com que peça, se não me engano foi com "Rasga Cora-ção"; e o Marcito, o Márcio Moreira Alves, que ganhou em 1970, com "Grão de Mostarda", que é um livro, não sei se vocês conhecem, meio auto-biográfico, o processo da vida dele; um filho da aristocracia que se transformou num sujeito progressista. Então, eles decidiram, este ano, abrir o prêmio de novo para brasileiros, embora não existissem relações entre os dois países. Eu acho – eles chegaram a insinuar isso para mim – que para isso contribuiu o fato do meu livro ter circulado no Brasil e não ter sido censurado. Acharam que era uma reciprocidade diplomática não declarada, que era uma delicadeza com o Brasil reabrir o prêmio para brasileiros, e convidaram como jurados daqui o Chico, o Callado, o Loyola, o Guarnieri e eu. O Guarnieri, que não pode ir, julgaria teatro e o Chico poesia - no fim o Chico julgou teatro, pelo fato de ser também um dramaturgo, ter escrito peças. Bom, ao todo lá estavam. 50 jurados, dos 27 países da América Latina, e este ano abriram também para países de lingua inglesa do Caribe, Guiana e Jamaica, passando o prêmio a incluir praticamente todo o continente americano, com exceção dos Estados Unidos e Canadá.

A - Apenas convidados participam

F.M. - Manda trabalho quem quiser, mas como Cuba não tem relações com uma boa parte dos países latinoamericanos - Uruguai, Paraguai, Brasil, Chile, Bolívia -, eles abriram uma caixa postal na Suíça, que eu acho inclusive interessante vocês publicarem: Caixa Postal nº 2-16.000, Berna, Suíça. Para facilitar justamente àquelas pessoas que não têm-facilidade, de países onde não haja embaixada cubana.

A- Dos jurados, quais os mais conhecidos aqui no Brasil?

F.M. - Penso que eram o Rodolfo Puiggrós, que foi reitor da Universidade de Buenos Aires; Erne to Cardenal, da Nicarágua; Mario Benedeti; Juan Guelman, poeta argentino; Augusto Roa Bastos tinha sido convidado mas não pode ir por problemas de saúde; Cortazar, que já estava em Havana, foi levado de volta a Paris, meio às pressas, era um negócio grave e não pode particpar.

A - Para informação dos interessados; envia-se o trabalho traduzido para o castelhano ou vale mesmo em portu-

F.M. - Eles em geral exigem... Bom, em primeiro lugar são prêmios para livros, inclusive o prêmio em si é insignificantes, são mil dólares, qualquer pre-miozinho brasileiro de porta de cadeia é dez vezes maior que esse. Mas o importante é o significado continental, é o peso que o prêmio Casa das Américas tem. Tem também a edição: o primeiro colocado, além do prêmio, é editado; o segundo e o terceiro são só editados. Porque cada jurado tem o direito de indicar um premiado, um segundo lugar e uma indicação para edição. São 18 premiados ao todo, se você considerar o terceiro lugar como prêmio. Eles exigem que a obra seja escrita em espanhol. Como aconteceram muitos problemas com os concorrentes brasileiros este ano, eles abriram mão disso: no próximo ano não vai ser necessrio mandar a obra em espanhol. Com os concorrentes brasileiros eles vão fazer o mesmo que fazem com os de lingua inglesa: como existe um prêmio especial para os anglo-antilhanos, vão criar um prêmio especial para os brasileiros, e ai resolve a questão. Foi uma

A Um prêmio especial para os brasi-

FM: É, em todos os gêneros. AMANHA: E a Jamaica...

FM: A mesma coisa. Eles chamam de "categoria anglo-antilhana" e agora vai ter também "categoria brasileira"

AMANHA: Existe algum critério de julgamento que condicione a o ra a ser engajada, política?

FM: No dia que chegaram todos os jurados, eles fizeram uma reunião e a Haydée Santamaria, que é presidente da Casa das Américas; o Roberto Retamar, diretor; c o Mariano Rodrigues, que é vice-presidente, fizeram questão de esclerecer o seguinte: o fundamental no Concurso da Casa das Américas é manter o padrão de qualidade exigido desde o primeiro prêmio. Essa é a

10 11 12 13 14 15 16 17

exigência básica e fundamental; não adianta que seja a obra mais panfletária, mais marxista, mais revolucionária do mundo, se não tiver qualidade. É evidente, dizem eles, que ninguém vai premiar um fascista, uma obra reacionária, uma obra racista... Mas a recíproca não é verdadeira: o simples fato de ser uma obra politicamente consistente não é suficiente para que seja premiada.

AMANHA: Mas esse critério não é imposto a partir da escolha dos jura-

FM: Não, porque participam escritores das mais diversas tendências políticas. Veja o caso do prêmio de poesia, que foi o gênero que teve o maior número de concorrentes, - parece que havia 380 livros de poesia, ou 280, não me lembro. Apareceu um padre cubano, cujo nome não me recordo, e cujo livro diziam que era a coisa mais panfletária, mais barra pesada que todo o juri já tinha lido nos últimos tempos. Um negócio muito forte, muito duro, que era surpreendente aquilo ter saído de um padre que era ainda padre, rezava sua missinha e tal. Era uma obra violentíssima, mas o problema da qua-lidade impediu que ele fosse premiado. Então isso aí de alguma maneira dá uma referência. Enfim, a base do critério de julgamento é a qualidade da

AMANHA: Quais foram os grandes premiados da história desse concurso? FM: Gabriel Garcia Márquez foi lançado a partir do prêmio...

AMANHA: Os autores cubanos também entram? FM: Entram sim; os cubanos participam em igualdade de condições. Em cada gênero tem um jurado cubano. No meu grupo, por exemplo, que ia julgar "testemunho", havia um jornalista cubano. Houve um negócio curioso no gênero que eu estava julgando: estava pintando como finalista um livro chamado "Contra o Vento e a Maré", um trabalho coletivo feito por 27 cubanos exilados nos Estados Unidos, que saíram do país garotinhos, levados pelos pais. Porque, quando o exército rebelde tomou o poder em Cuba, a CIA espalhou no país uma história que dizia que o regime la tomar a pátria dos cubanos e la mandar todas as crianças de menos de 12 anos, parece, para a Sibéria, para um processo de reeducação. Isso eles diziam às pessoas mais esclarecidas da população; para os camponeses eles diziam que as crianças iam ser transformadas em carne na União Soviética, e depois seriam exportadas de novo, em lata, para Cuba.

AMANHA: Sorvete na Sibéria...

FM: É: então, houve uma quantidade muito grande, milhares de famílias, que inclusive não estavan querendo sair de Cuba, que mandaram seus filhos para orfanatos, pra famílias americanas cuidarem, pra Exército da Salvação... E esse pessoal começou a crescer nos Estados Unidos, chegaram à idade escolar e começaram a sofrer discriminação racial. Tinha muito mula-

mal, com sotaque; eram humilhados nas escolas. Depois, vão virando adolescentes, começam a ter problemas de trabalho: pra eles só tem sub-emprego: lavar prato, lavar automóvel, cuidar de bomba de gasolina. E ai vêm as campanhas por direitos civis nos Estados Unidos. Guerra do Vietnam: os primeiros a serem convocados para ir à frente de batalhas eram chicanos, portoriquenhos e cubanos. Então, um dado dia os caras param e dizem o seguinte: 'Cacete, se o comunismo é uma bosta e isso aqui é uma maravilha, e isso aqui é o que a gente tá vendo, então eu quero saber o que é que tem lá", e começam a se interessar, comprar livros, querer conhecer o processo revolucionário cubano. O interesse é que muitos deles eram anti-comunistas e alguns até militantes de orgánizações paramilitares anti-castristas nos Estados Unidos. A partir do interesse pelo processo cubano, os que caminharam para a esquerda, que começaram a se aproximar das idéias do regime cubano, formaram um grupo, chamado "Areito" "Areito" é uma expressão típica cuba-na, que significa "prainha", "areinha" - então formaram esse grupo e fundarum um jornal também chamado "Areito". É um jornal de discussão; não se pode dizer, ainda hoje, que seja um jornal totalmente solidário à Revolução, mas é muito simpático, pelo menos. E discute com muita clareza, e desmente notícias que a imprensa internacional divulga a respeito da vida em Cuba, mas sem nunca ter voltado a Cuba. Agora, recentemente, eles estiveram lá numa brigada e deram um més de trabalho voluntário na construção civil; foram uns 70, e já formados: doutores, médicos, jornalistas, profissionais liberais, professores. Passaram um mês trabalhando na construção civil, para ajudar, numa brigada que eles chamam Brigada Antonio Maceo, um crioulo que lutou na independência cubana. Então, esse pessoal resolveu escrever um livro, que é o livro de testemunho deles. Fizeram um trabalho de reportagem muito bonito, porque eles ouviram parece que 500 jovens que sairam de Cuba quando crianças, levados pelos país, ou seja, independente da vontade deles próprios; e fizeram um tarugo, um tijolo dessa grossura, que se chama "Contra o Vento e a Maré". E o livro é muito bom; eu, quando comecei a ler, falei "pô, tá premiado, esse aqui eu vou briger até o fim pra premiar Nesse gênero concorriam 32 obras. Eu tive que ler 32 livros em três semanas. E tinha que ler mesmo, pois na planilha de justificativa, você tem que dizer porque classificou ou desclassificou, tem que justificar ponto por ponto... Para obrigar o sujeito a ler o livro até o fim, porque às vezes lê até a metade, te enche, você já sabe que o livro não

presta, mas tem que ir até o fim. Quan-

do, depois de ter lido, nós tivemos a

primeira reunião - éramos seis ou sete

jurados -, eu e o Ernesto Cardenal de-

fendemos a premiação do "Contra o Vento e a Maré". Ah, e tem uma outra

particularidade: depois que cada grupo

de jurados premia o seu genero, todos

sc reunem para ver qual vai ser o Pré-

to, muito crioulo, e eram debochados

na escola, porque falavam inglês muito

mio Casa das Américas, que é o melhor deles todos. Então, a gente defendia duas coisas, eu e o Cardenal: primeiro, brigar pra premiar o livro dos cubanos dentro do "testemunho", e depois leválo ao grande prêmio. E na hora que a gente colocou, o jurado cubano, um jornalista, esperneou. Falou "não, eu acho que não é o caso de premiar o "Contra o Vento e a Maré". E porque não é o caso de premiar? Ele disse o seguinte: "Esse livro, faz algumas referências que não são muito revolucionárias. Por exemplo, eles fazem referência a um negócio que não existiu aqui em Cuba, que é o chamado "caso Padilha" de Herberto Padilla, e diz também que numa certa época houve perseguição a homossexuais aqui. Sou contra a premiação". Então, pô, aí nós subimos a serra, né. "De jeito nenhum, isso é uma falta de respeito; você é cubano, devia ser o primeiro a lutar pela premiação; essa Revolução é uma revolução adulta, é uma revolução madura, não há de ser um negócio desses que vai fazer com que não se publique, não se premie um livro desses aqui no E fizemos pressão, e os outros jurados também já estavam fechados.

E, sabe, democracia é democracia, o malandro perdeu. No fim, ele acabou reconhecendo que era realmente uma besteira, que era uma particularidade

AMANHA: E acabou ganhando o

FM: Ganhou o Grande Prêmio, conseguimos levar o livro até o fim...

AMANHĂ: Existe alguma distinção entre reconhecer valores novos e os grandes nomes nesse prêmio?

FM: Existe sim. Vou dar as referências do meu gênero do "testemunho" porque é o negócio que eu acompanhei lá dentro mesmo. O livro que ganhou segundo lugar de "testemunho" é um livro chamado "Dias e Noites de Amor Guerra", de Eduardo Galeano. E um livro maravilhoso: são histórias de no máximo três páginas, e de no mínimo duas linhas. E um livro muito grosso, devem ser, sei lá, quinhentas historinhas de amor e de guerra, e casos passados com revolucionários latinoamericanos em guerrinha, em bordel; é um negócio muito saboroso. E, brigando com o Galeano pelo segundo lugar, tinha um outro livro de um desconhecido, que eu não me lembro de que país era. Então a gente ficou com esse drama: pô premiar Galeano com um prêmio que tem também o objetivo de estimular o surgimento de valores novos.:: Você ganha um prêmio Casa das Américas e pra começo de conversa teu livro circula por toda a América Latina. () fato de ter sido publicado em Cuba, premiado e tal, dá ao livro uma respeitabilidade muito grande. Mas o texto do Galeano era muito bom. E o Galeano já ganhou, em 1970, com "Canción de Nosotros". A gente ficou num po-dre, né? Pô, premia o Galeano? Não, vamos premiar o menino, cujo livro também era muito bom. Premia o me-

nino, aí vamos jogar fora uma obra des-

sas? Jogar fora no sentido de não pre-

miar. Aí ficamos numa p... discussão e acabamos pedindo ajuda de outros jurados, jurados de outros grupos. O Callado, se eu não me engano, leu também; mas, enfim, a gente ficou tão apertado que demos pra eles os dois livros sem indicar os autores. Arrancamos a primeira página dos dois livros e dissemos: leiam esses livros e digam de qual vocês gostam mais. E o Galeano ganhou. Quer dizer, a gente usou os outros dois caras como referências. O Galeano já tava... pressionado pelo negócio de ser o Galeano, isto é, você já lê com outros olhos. Mas de fato o livro era muito bom.

AMANHA: Nesse caso, acontece o que, então?

FM: Bom, premiamos o Galeano e ele vai ser editado. Como o outro ficou em terceiro lugar, também vai ser edi tado, mas não premiado. Agora, vamos supor que houvesse o livro dos cubanos, o livro do Galeano, o livro desse rapaz e mais um quarto livro; o juri pode fazer indicação de até dois livros para publicação, quando a obra de fato justifica isso.

AMANHA: Tem coisa: você disse que até o ano passado brasileiro não participava. Mas os chilenos também romperam relações com Cuba e continuaram mandando trabalhos...

FM: Como continuam mandando. porque é uma maneira de corrigir um erro que eles - os cubanos - tinham cometido antes..

AM ANHA: Porque aqui cometeram um erro...

FM: Cometeram, claro...

AMANHA: É, porque mesmo os setores brasileiros de oposição estavam impedidos de participar do concurso...

FM: Exatamente. Então, é uma maneira de corrigir... Tanto que hoje todos os países participam.

AMANHA: Nos últimos anos ai, teve o tal de "boom" da literatura latino-americana. Existe ainda esse ânimo com relação a ela, ou pifou?

FM: Olha, de alguma forma existe: Agora, o prêmio na minha (pi nião refletiu um negócio que eu acho mais importante. Pela primeira vez percebi o isolamento cultural em que o Brasil vive neste continente. É um negócio inacreditável. Um sujeito de El Salvador conhece toda a obra do sujeito que tá sentado do lado dele, que é da Patagônia. Os únicos desconheci dos lá, reciprocamente, eram os brasi leiros. A gente não conhecia a maioria dos caras, porque só temos acesso a quem? A Gabriel Garcia Márquez, a Juan Ruljo. Lizar, a Vargas Llosa, quer dizer, aos monstros sagrados, aos caras que não é vantagem nenhu ma a gente conhecer, porque até o Ja pão conhèce. E inclusive, conversando com jurados, com literatos cubanos,

22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38

taasaméricas

Ernesto Cardenal e Fernando Morais



exclusividade, Chico

CHICO"MARAVILHA"

"NUNCA VÍ UMA PESSOA TÃO AMADA QUANTO O FIDEL CASTRO. É AMOR MESMO, MAIS DO QUE RESPEITO"

A - Nós não conhecemos quase nada da música cubana, a não ser a tradicional, como o cha-cha-cha e a rumba. É reciproco esse desconheci-

C - Eu também não conhecia quase nada da música cubana e conheço muito pouco da música latino-americana em geral. Evidentemente, a música cubana é muito mais próxima da nossa que a chilena, a argentina, etc. O grupo com quem me apresentei era formado por pessoas fortemente influenciadas pela música brasileira. Conhecem muito nossa música, apesar de haver algum atra-so, três, quatro anos. Mas sabem os nomes das pessoas, apesar da dificuldade que têm em obter informações à respeito. Discos são difíceis, muitas vezes o que conseguem são fitas piratas. Um show teito há algum tempo atrás por esse grupo, chamava-se Cuba-Brasil, porque era metade de música cubana e metade de música brasileira. No programa do show colocaram a música "Chiclete com Banana", dos anos 40, como se fosse de Gilberto Gil, porque tinham ouvido uma gravação cantada por ele. A necessidade de informações é muito grande. Quando cheguei, fui cercado. Caíram sobre mim querendo saber mais sobre a nossa música. Ao mesmo tempo, são bem informados, como por exemplo, o pessoal de cinema. Conhecem muito sobre o Cinema Novo. Enfim, têm pouca informação de detalhes mas bem informados sobre o que é importante. Toquei com um grupo chamado Grupo de Experimentação Sonora, que se formou junto com o pessoal de cinema do ICAI (Instituto Cubano de Cinema). É um grupo formado mais em função de fazer música para cinema. Fazem parte de um movimento chamado Nova Trova, que reúne os principais compositores. E eles me disseram que o grupo toi tormado a partir do momento em que o atual vice-ministro de Cultura, Alfredo Guevara, levou para lá discos de música brasileira da bossa nova. Foi guando, segundo eles, viram a possibilidade de fazer música moderna e ligada às próprias origens. Você ouve esse pessoal tocar e encontra elementos de jazz, de tudo. Por outro lado, a música mais popular, mais difundida, é ainda o bolerão. Há concursos de cha-cha-cha na TV. Aquelas mulheres com vozes enormes, cantando boleros sentimentais. Da mesma maneira que certa música brasileira hem popular é igualmente conhecida, como o Nelson Ned Um dos instrumentistas que tocou comigo tinha o apelido de Nelson Ned, porque

O SISTEMA DELES JÁ OFERECE A UMA FAIXA JOVEM A POSSIBILIDADE DE DESENVOLVER UM **GOSTO MAIS SOFISTICADO**

A - Lá ocorre o mesmo tipo de diferenciação: uma parte do público voltado mais para uma música melhor elaborada, mais avançada e inovadora, e outra parte consumidora de uma música mais fácil, que nós chamamos aqui de comercial, apesar de lá não existir uma indústria cultural massificante?

C - Ocorre, mas não é uma distinção de classes, e sim uma distinção mais etária. O show que eu fiz, por exemplo, lotou um teatro de 5 mil lugares. A maioria era de garotos por volta de 18 anos. As pessoas de mais de 40 anos, por outro lado, não gostam, não assimilam a música feita pelos novos grupos. De modo geral, lá se acha que a televisão, por exemplo, não pode enfrentar o gosto do público médio que não é favorável às músicas mais avançadas, nem mesmo ao meu tipo de música. Entretanto, o sistema lá já oferece a possibilidade de uma faixa mais jovem desenvolver um gosto mais sofisticado. A música mais popularizada é aceita quase por atavismo. Ouvida há cem anos, é difícil às pessoas romperem com ela. Qualquer jovem, por outro lado, tem possibilidade de chégar à Universidade, independente de sua origem social. Se nosso operário não ouve a música brasileira mais avançada, o mesmo não pode ser dito sobre Cuba, onde o processo é ou-

A - Além do Grupo de Experimentação Sonora, existem outros grupos similares articulados por

C - Existe um movimento chamado Nova Trova, com muitos músicos ligados - algo assim como a Bossa Nova - participando, como Silvio Rodriguez, o Pablo Milanez, dois dos mais importantes compositores cubanos. Ao mesmo tempo, prevalece a trova tradicional. Existem alguns lugares, as chamadas Casas de Trova, frequentadas pelo pessoal que vai tocar violão, e pelos que vão só ouvir. Não há professores ou alunos. Convivem aí os garotos que tocam de forma mais atualizada e os velhos que ainda seguem o velho estilo da trova cubana. Há ainda outros artistas, que podem ser chamados de intermediários, como o Carlos conhecido desde o período anterior à Revolução, quando já era inclusive progressista. É uma espé-cie de Caimy deles: não é da nova trova, mas não deixa de acompanhar toda a movimentação.

A - No Brasil, quem quiser ser músico precisa passar por muitos obstáculos, muita luta, mil dificuldades. Como alguém se torna músico em Cu-

C - O lider do Grupo de Experimentação Sonora formou-se - segundo ele próprio me contou - numa outra época; teve uma experiência muito parecida com a do músico brasileiro, muito sacrificada. Hoje, a coisa já é diferente: o filho dele vai estudar normalmente até os dezoito anos, quando escolhe uma especialização profissional, que tanto pode ser engenharia, eletrônica ou música, no caso. Vai ser um músico com salário pago pelo Estado. O estudante tem que cumprir um curricu-lum como qualquer outro, mas possui um tempo dedicado a atividades extra-curriculares. Teófilo Stevenson, campeão olímpico de boxe, por exemplo, é engenheiro. Quanto ao salário, existe uma classificação de músicos por faixas: A, B, C, etc. A mesma coisa existe no teatro. Há ainda os chamados salários históricos. Essa diferença de faixas salariais varia de 1 a 6, mais ou menos.

NO BRASIL, 50 MÚSICOS DEVEM VIVER BEM E UNS 10 MUITO BEM; A GRANDE MAIORIA AIN-DA VIVE E GANHA MUITO MAL

- Quem estabelece essa hierarquia?

C - NÃO SEI: Muitas coisas eu não perguntei, muitas coisas não vi. Apesar de não ir até lá armado com espírito de repórter, eu me interessava, perguntava. O músico lá, enfim, vive razoavelmente bem, mora direito. No Brasil, 50 músicos devem viver bem, uns dez muito bem, como eu, e a grande maioria anda ganhando e vivendo muito mal. Em Havana conheci a casa de Rodriguez, alguém assim como o Gil, ou o Caetano, um compositor muito conhecido e importante. Mora numa casa simples, modesta, mas com tudo o que ele precisa para viver bem e trabalhar em paz.

A - Você falou alguma coisa sobre salários

históricos. O que vem a 😁 C - É engano pensar an Cuba o ator coadjuvante de um grupo teatral ganhe o mesmo salario de uma estrela, do ator principal. O salário histórico é aquele pago a artistas ou cientistas que ganhavam muito bem antes de 59 e que permaneceram no país, apoiando o processo revolucioná-rio. Não tiveram seus salários alterados. Como lá não existe inflação, essas pessoas levam uma vida privilegiada, é claro, até certo ponto. Empregada doméstica, por exemplo, não vão ter nunca, mas podem comprar um carro melhor, viajar por conta própria, etc.

Agora, na música, e também na literatura, eles ignoravam até bem pouco tempo atrás qual-quer regulamentação sobre direitos autorais. Atualmente já discutem mais esculuestão. Por exemplo, literatura didática era inteiramente pirata, livros traduzidos pelos quais não se pagava um tostão a ninguém. Em shows, os artistas não recebem direitos autorais. Em alguns casos, inclusive, a renda é inteiramente destinada para certas finalidades. Por exemplo, eu cheguei a fazer uma apresentação que, como tudo que tem sido realizado este ano, teve sua renda destinada para o Festival da Juventude. Todo mundo, desde o operário braçal ao médico entrega uma cota de trabalho que é doada ao festival. Nem o Silvio Rodriguez, nem o músico menos importante que o acompanhe, recebe além do salário. Aliás, além do salário, eles têm escola de graça para os filhos, médico grátis e toda a assistência necessária. A – Existe alguma imposição quanto à produ-

ção artistica, já que o salário é garantido dessa for-

C - Nenhuma. Mas não sei que tipo de problema existe no caso de um músico não pro-

duzir nada durante muito tempo, sem motivo jus-

PELA MÚSICA CUBANA EU PONHO A MÃO NO FOGO. TENHO CERTEZA QUE AGRADARIA TRE-MENDAMENTE AQUI.

A - Nós, brasileiros, costumamos dar muito destaque à música brasileira frente aquela produzida no resto da América Latina. E a música cuba-

C - Pela música cubana eu ponho a mão no fogo. Tenho certeza de que agradaria tremendamente por aqui. Gostaria muito de gravar traba-lhos deles no Brasil, mesmo sem traduzir. Agora, uma das coisas que ficou mais ou menos acertada durante minha estada lá foi gravar um disco com eles. È uma vontade que espero realizar, não sei quando, mas vou.

A - Não precisaria pagar direitos autorais... C - Esse é um problema que não saberia resolver.

A-O aprendizado de música ligado a um processo de formação escolar destrói de certa forma aquela visão mítica do compositor marginal, do sambista de morro - em nosso caso - como sendo o único que possui conteúdo, o único que sabe C - Essa visão é profundamente reacionária.

Há uma tendência a se mistificar o sujeito do morro, o que faz com que ele seja igualmente discriminado. Querem fazer, no fundo, com que o crioulo saiba seu lugar: no morro, tomando cachaça morrendo de cirrose ou de facada.

Cria-se uma imagem forçada do músico, encara do-o não como trabalhador, como profissional, nas como um ser diferente, um marginal, eternamente.

C - É algo que eu, inclusive, notei muito em Cuba. Há um total ausência de discriminação nesse servido. O músico é um profissional como outro qualquer. Tão útil como outro qualquer. Isso eu por ebi pela conversa deles, o que me deu a muito grande. Eles são úteis, sentem-abem que são úteis, assim como um méabe que é muito mais útil que um médico udo isso foi muito pensado pela Revolu-DICAI foi fundado em 59. A Casa das Américas igualmente, quando o país ainda estava em guerra. A Haydée Santamaria, uma guerrilheira de Sierra Maestra, construiu a Casa das Américas no próprio ano da vitória. Até 65 eles viveram praticamente en i estado de guerra, sofrendo as consenuências de bloqueio econômico: Comeram o o que o mabo amassou e isso se reflete até ho-

je, quando existe um orgulho generalizado por conseguirem - coletivamente - supera aquela situação. Todos sentem-se participantes dos sucessos - e dos fracassos - revolucionários.

ENCONTREI UMA ABERTURA MAIS AMPLA EN-TRE ELES DO QUE NO BRASIL A – Em termos de criação artistica, os músicos cubanos têm algum tipo de preconceito?

33

23 24 25 26 27 28 29 30 31 32

quando eles vieram me perguntar o que achava do prêmio, eu disse que para nós, principalmente para brasileiros, essa participação pode ser de fato fator de integração cultural com o resto da America Latina. De uma hora para outra, você descobre que não é o idioma o obstáculo. Por exemplo, havia traba-lhos de brasileiros que foram enviados em português e julgados por todos os jurados de língua hispânica, que entenderam o que estava escrito e julga-ram com critério. Por exemplo, o Loyola, que estava julgando conto, viu que os jurados de lingua hispânica tinham eliminado um brasileiro. Como era uma pessoa conhecida aqui no Brasil e ele ainda não tinha visto o livro, pediu revisão. Foi ler o livro e viu que de fato ainda não tinha visto o livro, pediu re-visão. Foi ler o livro e viu que de fato não havia porque premiar, que o livro não ti-nha qualidade pra premiação. Quer dizer, eles têm critério. Não é o idioma que dificulta a aproximação. O que dificulta a aproximação é esse muro político que se criou entre os países, essa dificuldade: você não pode comprar bons livros do Uruguai, porque vo-cê não pode trazê-los pro Brasil. Você mandar um trabalho seu à Argentina, ou ao Chile, no tempo do Allende quando havia grande efervescência cultural -, já tinha implicações políticas que podiam te comprometer. Então, eu acho - e isso ficou provado lá que o idioma não nos separa. Quer dizer, a divisão, a alienação aí é exclusivamente política.

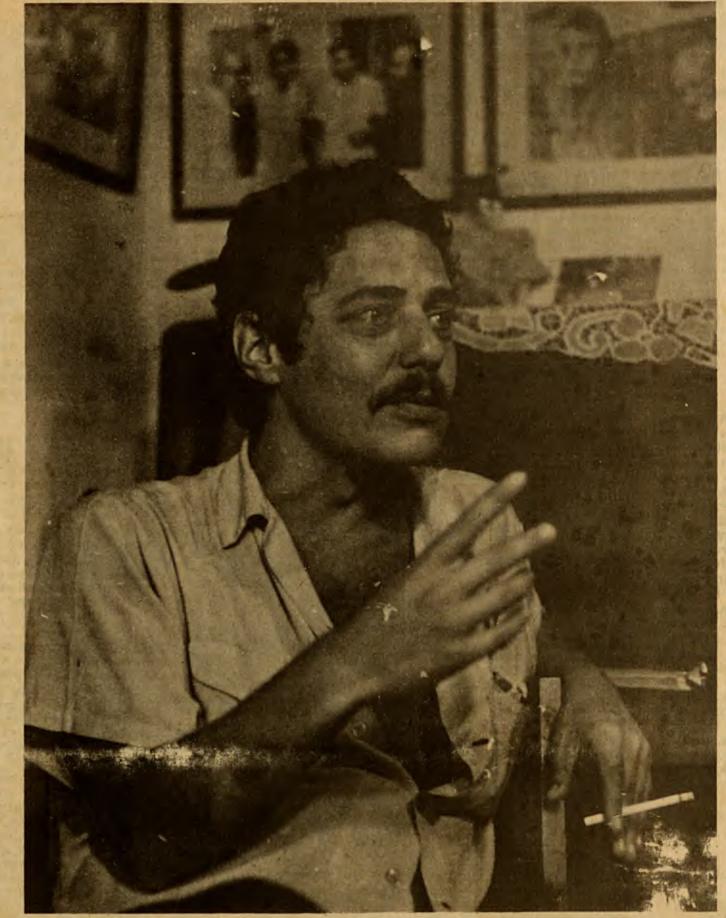
AMANHA: Nenhum brasileiro foi premiado nesse festival?

FM: Não, mas dois ou três brasileiros colaram; estiveram para ser premiados. Aí pode citar nomes. Um foi terceiro lugar de poesia, vai ter o livro dele editado lá. Chama-se Pedro Tierra, que é um pseudônimo, eu não sei o nome dêle. E um rapaz do interior de Goiás que mandou um livro de poesia intitulado "Poemas do Povo da Noite", um livro muito bom que vai ser editado agora pela Alfa-Omega.

AMANHA: E quais os outros brasi-

FM: Um outro foi em ensaio, o Artur José Poerner. Ele pegou aquele livro dele que foi censurado no Brasil em 1966, "O Poder Jovem", e desenvolveu hoje tem praticamente o proibido. E uma história das revoltas estudantis do Império até agora; até 74, parece que ele avançou um pouco.

() livro despertou uma curiosidade tão grande, por causa da qualidade, entre os jurados, que o Gregório Selser, jurado que representava a Argentina, um historiador que está exilado no México pediu que a gente avisasse o Poerner que ele faz questão de verter o livro para o espanhol. O outro, deixa eu ver... acho que foi só... que eu me lembro foram só esses.



Fotos: Ricardo Quintilhano

10 11 12 13 14 15

C - Encontrei uma abertura mais ampla entre eles do que no Brasil. Aqui a gente deve saber in-clusive a posição política das pessoas. Comecei até a gostar mesmo de música e tocar violão ouvindo João Gilberto. Perguntei: "Vocês conhecem João Gilberto?" Os músicos conhecem, mas não é uma coisa popular. O João Gilberto não é, na verdade, um cara que se manifeste políticamente. Ouvindo-se a música dele tem-se a impressão de que é um sujeito progressista, mas é um cara revolucionário porque eu toco violão por causa dele. Motivou toda uma geração, e eu acho isso revolucionário. Depois que eu disse isso a eles, concordaram inteiramente: "É, sim" Eles são muito abertos.

A - Existe lá algum tipo de censura? C - Evidentemente não há somo aqui. É claro que não é também um país anárquico, totalmente livre, nem pode ser, não há. Lá, ou você trabalha integrado no processo do país, ou fica sem ter para quem trabalhar. Há casos de escritores que são considerados contra-revolucionários, que são julgados e depois soltos. Foi o caso do Padilla. Seu livro foi publicado, mas o público não lê. Não há quem vá assistir uma peça pró-capitalista, por exemplo. Também não há nenhum intelectual fora de Cuba de quem eles sintam saudades. Os grandes intelectuais cubanos, como Carpentier, Nicolás Guillén, são revolucionários, estão sempre la. Eventualmente, alguém pode escrever uma peça contra-revolucionaria, mas vai ter muita dificuldade para montá-la.

Os intelectuais com os quais conversei são revolucionários. Não há uma preocupação contra-revolucionária. As testemunhas de Jeová têm ampla liberdade para agir no país e às vêzes fazem pregações que contrariam a linha do governo revolucionário. Por exemplo, durante a colheita do tabaco - importante para a economia cubana - eles ficam pregando contra o fumo. Os cubanos têm uma história de lutas, eles sabem como lidar com situações do tipo. Vi uma peça denunciando as testemunhas de Jeová. O grupo teatral foi inclusive morar com camponeses. Pesquisaram com as próprias testemunhas de Jeová. Eu vi a peça ao ar livre para os camponeses assisti-rem. É a função social da arte. O teatro é de graça e tem apoio governamental.

A - Já que você falou em teatro e em sentido social da arte você poderia falar sobre uma parte da sua obra, o teatro. Foge um pouco ao assunto da nossa entrevista, mas achamos que tem interesse. Existe por parte da crítica uma tendência muito forte em cobrar da produção artística um engajamento direto e imediato. Mas existe uma outra tendência, igualmente forte também, em denunciar como populista toda obra que procura

falar a camadas mais amplas, ou mais populares, ou que a elas se refiram. Esta última questionou mais a sua produção teatral...

C - Ouvi falar de populismo com relação a G ... É um sofisma muito evidente. É um pour me dizer que é uma peça populista: é ... uma peça que fala de povo e denuncia o populismo. Literalmente ela pode ser uma peça populis-ta, por usar a linguagem do povo, mas populismo politicamente falando é outra coisa. É uma manipulação, por parte do poder, dos interesses da população. É exatamente o comportamento pa-ternalista do personagem Creonte. Parece que

tudo que se fala de povo é populista, o que não é verdade. Não gosto de ficar me posicionando com relação à crítica. Isso me desgasta um pouco. Eu sou uma pessoa que detesta mistificação. Tenho certeza de que não estou falando do povo e que Gota D'Água não é uma peça popular nesse senti-do. É uma peça que fala dos interesses do povo. Chamá-la de populista é um insulto. É estar dizen-do que estou do lado do poder – o que podia até ser verdado – e que estou prometendo coisas ao ser verdade – e que estou prometendo coisas ao povo, defendendo, na verdade, os interesses dos poderosos. Se quisesse ser popular eu ia à televisão, aí sim. Então a gente vê em Cuba um grupo de teatro popular com todo o acción do fatal de teatro popular, com todo o apoio do Estado. Fazer isso aqui é virar franciscano, trabalhar de graça e pedir emprestado para comer. Aqui, não só não existe esse apoio como há mil sabotagens a qualquer tipo de tentativa de aproximação com o povo. A forma de arte que tem aqui esse apoio é a televisão.

É UM PAÍS DÍGNO A - A vida em Cuba causou estranheza a vo-

cê? C - Cuba é ainda um país pobre, é claro, mas não se encontra miséria em nenhum lugar. É um país dígno. Você encontra, por exemplo, restaurantes de luxo, remanescentes da época de Batista, onde, dependendo do salário, pode-se ir duas ou três vezes por mês. Um hotel daquele tempo, o Habana Libre, ex-Habana Hilton, – ainda tem os talheres de prata onde está gravado o nome anti-

go do hotel. Não é barato, mas tem casais passando lua-de-mel, funcionários aproveitando licença prêmio. Não há muito onde gastar dinheiro no país. Não existe o consumismo que temos aqui. A gente até sente falta disso, de tão envenenado que estamos. Não há um out-door, um anúncio. Cerveja não tem marca, é só cerveja, não tem Brahma, mas a qualidade dos produtos é muito boa. Hoje, o racionamento é muito mais suave do que antes. Durante muito tempo só se comia uma carne russa enlatada que hoje ninguém pode nem ouvir falar. Se você pensar, sobretudo no interesse da camada mais baixa, você vai encontrar uma porção de problemas. Lá, por exemplo, uma noite eu quis jantar fora num restaurante bom. Não é fácil: você tem que fazer reserva antes, tem que enfrentar fila etc. E você fica convivendo com todas as classes. Tem que enfrentar essa, se quiser. Eu tive uma conversa num restaurante de luxo, como se fosse o "Antonio's" aqui do Rio, uma coisa assim de alto luxo, não sei com o que comparar lá em São Paulo. Uma arquitetura maravilhasa somida formidával estal. Estávames en mid hosa, comida formidável e tal. Estávamos eu, minha mulher, um outro casal, o Loyola, um cara que estava acompanhando a gente aquele dia, que seria um funcionário público da Casa das Américas e o motorista do carro. O rapaz da Casa das Américas começou a conversar, falar do salá-rio dele, da família: "Eu trabalho, minha mulher trabalha, a gente ganha tanto, as despesas são essas e essas. Três ou quatro vezes por mês saímos

para jantar num lugar assim". Igual no Brasil a um casal de classe média, só que eles iam três ou quatro vezes por mês. Daí perguntamos ao motorista: "E você? como é que é?". Ele respondeu: "I-gual". Igual!! Ele mais com cara de motorista de táxi, com uma cara de não sei de onde vinha, do seu pai, da sua mãe, acho que da classe, que estava estampada em seu físico, um corpo todo franzino, com o rosto todo marcado, enquanto que o nosso acompanhante era um rapaz com cara saunosso acompanhante era um rapaz com cara sau-dável e eles ganhavam o mesmíssimo salário. Ele dável e eles ganhavam o mesmíssimo salário. Ele disse que não frequentava nunca aquele lugar, e nós perguntamos: "E o que você faz com o dinheiro?" E ele respondeu: "Economizo dinheiro e no fim do ano, nas férias, vou para Oriente – que era a provincia onde tinha nascido –, vou de avião, com a mulher e os filhos, e lá sim é que a gente vive".

É outro tipo de mentalidade. Ele não estava se sentindo muito bem nesse lugar porque era aquele servico tipo dois copos copo de vinho branco.

le serviço tipo dois copos, copo de vinho branco, copo de água, frescuragem toda, que só existe nos prazeres burgueses, mas não tem porque, também usufruir de vez em quando. Quem potambém usufruir de vez em quando. Quem pode? Todo mundo pode. Quem quer prefere isso
a, por exemplo, pegar um avião e ir para Santiago
de Cuba. Ficar num hotel lá. O que não pode,
quer dizer, não adianta, é juntar dinheiro. Não
tem o que fazer: deixar para o filho? Ficar economizando? Não tem septido

O PROBLEMA DA CONDIÇÃO DA MULHER
NÃO É UM PROBLEMA JÁ RESOLVIDO

A - A Revolução resolveu problemas como o

A - A Revolução resolveu problemas como o da mulher? Existe lá algum movimento tipo feminista, ou do homossexualismo? A imprensa durante algum tempo andou noticiando coisas como perseguição a homossexuais em Cuba. Deu para ver alguma coisa com relação a isso? C - O cubano é naturalmente machista, quer

dizer, vem de uma formação machista, mas ele tem consciência disso. Tem um pessoal mais consciente. O grupo de teatro Escambray estava montando uma peça justamente sobre o problema da mulher. O machismo existe, não no pessoal de Havana, mas no do campo onde o pessoal resiste a idéias como da mulher trabalhar. Para eles mu-lher não deve trabalhar. São resquícios da tradição que não se aboliram de todo. Hoje eles atacam este problema, mas não é um problema já resolvido. O que existe é um avanço. Hoje você já encontra mulher exercendo qualquer tipo de atividade, tanto quanto o homem. Quanto a perseguição a homossexuais parece que houve, mas hoje já não há mais. Você os vê em Cuba em quantidade razoável. Pelos revolucionários mais ortodoxos eles não são bem vistos, mas não quer dizer que haja perseguição. Há o caso de um diretor de teatro de uma escola que foi punido e afas-tado da escola sob pretexto de que estava influen-ciando os garotos. Mas ele recorreu à Justiça e em pouco tempo foi readmitido com indenização e tudo. Acho que eles perceberam que se acabas-sem com o homossexualismo acabariam com o teatro também..

A - O Fernando conta que ele brincava muito A - O Fernando conta que ele brincava muito com os cubanos na rua e que quando via um homossexual dizia para um jornalista que o acompanhava: "Olha aí, país de revolucionário, olha um "maricón", um "pajarito", que que é isso?" E o jornalista cubano dizia: "Maricón sí pero marxista-leninista".



jornalista argentina, Irene Sel-

ser, que se tornara muito amiga

nossa, chegou aos nossos ouvi-

dos que todos estranhavam aquele "fechamento" (seria cul-

pa do sistema em que vivemos?

será que assimilamos tanto as-

·sim o clima brasileiro?). Fize-

mos uma espécie de reverifica-ção de posição. Realmente nos isolávamos. Talvez por timidez,

talvez imaginando que a barrei-

ra da língua (éramos quatro a

falar português, contra 50 e tan-

tos a falar espanhol; ainda que o Fernando de Morais, sempre

falante, desperdiçasse o seu

castelhano a dar com pau). Ti-

vemos uma conversa com ami-

gos mais chegados, convocamos

uma reunião geral. E foi bom.

Havia realmente uma auto-

discriminação. E esta auto-

discriminação na verdade re-presenta todo o processo cultu-ral brasileiro. Nós vivemos como que separados da América

Latina. Funcionamos dentro

dela como um corpo estranho.

Não nos comunicamos, não nos intercambiamos. Não se trata

somente de um problema de

língua. Afinal, as pessoas das

Antilhas falam inglês e se rela-

O curioso é que havia por par-

te de todos os jurados um inte-

resse muito grande no Brasil. E

nos jurados brasileiros. A reu-

nião foi boa, porque nos aproximamos imediatamente. Passa-

mos, dali para a frente, a nos di-

vidir nas mesas, nos grupos. E o que foi feito de perguntas a respeito de nosso país? Há uma in-

cionam excelentemente.

UMA ILHA, NÃO EXATAMENTE DE TRANQUILIDADE, É COMO O JORNALISTA E ESCRITOR IGNÁCIO DE LOYOLA VE O BRASIL, NESSE SEU RELATO SOBRE O "CASA DAS AMERICAS".



Os jurados começaram a chegar em Havana entre os dias 14 e 17 de janeiro. Desembarcavam em grupos, ou isolados, cada um vindo de um canto. Não é fácil atingir Cuba. Por causa das linhas aéreas e pelo bloqueio diplomástico. O jurado da Republicana Dominicana, por exemplo, Grullon (que foi companheiro de quarto de Callado) viajou doze horas, pingando de país em país, até atingir o objetivo. E a República, em vôo direto, está a hora e pouco de viagem. Há também escassez de linhas aéreas operando no país. Iberia, Aeroflot, Cubana, Mexicana, Sabena, são praticamente as únicas com vôos regulares. Isto significa um vôo semanal, ou de dez em dez dias, ou mesmo quinze, como a Mexicana. Portanto, quem for, tenha em mente isto: prepare logo a saída.

No Hotel Habana Libre, onde estávamos todos hospedados, o Salão Sevilhano tinha sido reservado para "refeitório" dos jurados. Oito mesas, cada uma para oito pessoas, abrigavam almoços e jantares animados, "confraternização latino-americana" no duro. Afinal, ali estavam representantes de 23 países. E foi neste comedor que fiz minha primeira descoberta importante, logo no início. No

primeiro jantar, notei que cada novo jurado era recebido com grandes abraços, muitos sorri-sos, e que quase todos se conheciam entre si. Hugo Achugar, poeta uruguaio, exilado na Venezuela (ele foi meu companheiro na habitación 2119) conversava animadamente com Juan Gelman, ou Efrain Huerta, ou Hugo Niño. Telma Nava, poeta e mulher de Efrain, estave sempre na mesa de Sergio Remires, da Nicarágua, e hoje extlado na Costa Rica. José Roberto Cea, de San Salvador, transava no mesmo grupo de Man, novelista colombiano. Agustin Cuevas, do Ecuador, Roger Bartra, do México, Gre-Selser, da Argentina (hoje no México), trocavam a sos. E era curioso verificar q só todos se conheciam, como era citada, a todo momento, uma série de nomes bastante familiares a eles.

- Como é, o Brito então está concorre do?

- Es: dem de livre é

- E o Gutter ez mandou algu-

ma coisa? - Sabem que Dorfman enti-

com um livro de contos? E assim por diante. Percebi (ou melhor, percebemos, nós brasileiros) que formávamos uma ilha dentro daquele júri.

10 11 12 13 14 15

UM ESTRANHONONINHO Ignacio de Loyola Brandão

Nós conhecíamos poucos daqueles nomes. Mesmo a maioria dos jurados era interramente bem que muita coisa na Ameridesconhecida para nós. Havia ca Latina depende do compornomes que eu me lembrava vatamento do Brasil, política e sogamente de ter visto em "Cricialmente. No entanto, não era sis", a revista que Galeano (peapenas isso. Aqueles jurados eslo qual ali em Cuba todos titavam interessados em nosso nham o maior respeito) dirigiu processo cultural. Em conhecer por anos em Buenos Aires e que a nova literatura, a nova poesia recebíamos esporadicamente no (a música eles conhecem um Brasil. Foi uma reação curiosa a pouco). E o cinema? Indaganossa. Nos primeiros dias, nos vam. Ainda existe um cinema fechamos em delegação, estávaforte, violento, carregado como mos sempre juntos, a mesma mesa. Até que, num determinafoi o cinema novo? E a censura? do momento, alertados por uma

Lentamente, chegamos a uma nova conclusão: o Brasil vive sob um bloqueio de informações na área cultural. Fora daqui sabe-se muito pouco, ou nada, do que acontece. As notícias, os fatos, as obras, não transcendem limites fronteiriços. Os nomes que todos sabem são os velhos nomes, os Machado, Amado, Rosa, Graciliano, Lins do Rego, Drummond, Bandeira, Vinicius. Claro, fala-se também, e muito, de Thiago de Mello, de Ferreira Gullar, mas estes durante anos viveram inseridos num outro contexto.

Houve grande alegria, geral, com a participação brasileira, pela primeira vez em quase vinte anos de existência do Premio. Sempre se tentou comunicação com o Brasil; e as dificuldades sempre foram muito grandes, insuperáveis. O proprio Jorge Amado não conseguiu chegar lá, por duas vezes, me informaram. Assim, de certo modo, o nosso grupo foi pioneiro. Não se pode contar com a presença de Thiago de Mello ou Marcio Moreira Alves, porque eles sociare chegaram a Cuba, saidos da Europa. Saindo do Brasil e chegando em Havana foi esta a primeira vez. E haverá outras, uma vez que um premio especial, em lingua portuguesa, já foi criado, com um júri especial. Deste modo. integra-se, pouco a pouco, o Brasil na America Latina. Há outros meios, mas este é um deles. E eficiente.

A participação brasileira no concurso, neste 78, foi ainda

tensa curiosidade em torno do precária. No setor de contos, ca. Seus temas são a sociedade processo brasileiro. Todos sa- havia apenas três brasileiros e nenhum deles passou da primeira eliminação. O júri era formado de modo que o jurado de determinado país jamais recebia contos de seus "conterrâneos". Assim, não vi nenhum dos brasileiros, como o colombiano não leu nenhum dos colombianos, e daí para a frente.

> Cada jurado, no entanto, tinha direito de pedir reverificação de livros já eliminados. Quando Sergio Ramires pediu para reler os contos de Ariel Dorfman, autor de renome, também Miguel Donoso Pareja (do Ecuador, mas vivendo no México) também quis rever os contos de Lucena, da Colombia. E eu pedi o de um autor nacional que tem certo prestigio entre nós. No fim, os primeiros julgamentos foram confirmados.

O júri de contos não teve trabalho muito grande. De início surgiu um candidato forte que deixou outros para trás por muitas cabeças. David Ojeda, do México, se destacou com o seu "Las Condiciones de la guerra" na primeira leitura. Na segunda leitura, ele ganhou a nota maior em todas as reuniões. Somente para esclarecer: a primeira leitura era indivi-

O jurado selecionava e eliminava, preenchendo uma ficha. Os selecionados passavam a segunda fase. E esta (para a fase complementar o grupo se isolou no Hotel Hanabanilla, no interior do Escambray; às margens de um belo lago artificial ioi um verdadeiro "retiro espiri tual", porque nada havia a se fazer, senão ler, ler. E comer; e beber Mojitos e Daiquiris) fase se caracterizava pelas reuniões diárias. Pois então cada livro era lido por todos, e discutido, anotado. Ojeda foi vencendo firme e despontou como ganhador. Alguns ainda tiveram dúvidas, releram pela terceira vez. E a votação foi unânime.

"Las Condiciones de 1º Guerra" é um livro novo. Sua linguagem é direta, enxuta, Econômide consumo, as relações entre nova e velha geração, a vida num sistema repressivo. O livro não fala em política, em momento algum; e no entanto, é fortemente político. Porque a colocação do homem dentro da sociedade é um tema político. Ojeda abre com um prólogo, um "discurso", analisando uma série de temas. Ao fim de cada proposição, ele coloca um número, remetendo o leitor para uma nota. Quando vamos ler as notas, vemos que se trata dos títulos dos contos. Em cada conto ele tenta demonstrar o anunciado no prólogo. Como se fôsse um teorema, em que o prólogo é a hipótese e os contos a tese. Só que nem sempre o resultado é: CQD, ou como queríamos demonstrar. E aí é que o livro de Ojeda se torna intrigante, excitante. "Las condiciones de la guerra" tem tudo para marcar fortemente lugar na literatura latino-americana, nesta próxima temporada. Ojeta sabe do ofício.

publicados pela Casa de las Americas. As edições são de vinte, trinta mil exemplares. O autor recebe mil dólares pelo prêmio. E porcentagem pela venda. Até há pouco, não havia direitos autorais, mas agora Cuba começa a se reger pelas leis internacionais de defesa do criador intelectual. Parte desta edição é vendida normalmente em livrarias. Mas a grande maioria é distribuida internacionalmente. Esta distribuição é que interessa, pois o livro vai a pessoas diferentes, do mundo eiro. Críticos, ensaista , prolessores, escritores. Assim, divulga-se o premiado e ele é inserido num contexto muito grande. Situado, de imediato. Quer dizer: eles se abrem. E é

Os autores premiados são

Colaboraram nesta matéria: José Geraldo Couto, Juvenal Neto, Mustafá Yazbek, Ricardo Quintillano, Wolfgang Leo

35 36 37 38

neste contexto de abertura para

o continente e o mundo que nós,

intelectuais brasileiros, deve-

mos entrar.

23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34

LIBERDADE PARA OS AGENTES DO CAPITÃO

Juca Kfouri

Eles vieram de todas as partes do Brasil. A maioria de São Paulo e do Rio, alguns de Porto Alegre e Belo Horizonte e, pelo menos um, do Recife.

São os nossos agentes secretos. Emerson, João Justino, Edino Nazareth, Antonio Carlos, Artur, Roberto, esses seus nomes. Todos obedecem as ordens de um único homem, ex-capitão do exército, chamado Cláudio. A missão de cada um: abater europeus e conquistar os ára-

Saíram na calada da noite do Galeão, descendo no aeroporto Charles de Gaulle, em Paris, local da primeira batalha. Lá, sem que ninguém visse, longe dos oshos da agitada e petulante imprensa francesa, ocuparam um campo para treinamentos absolutamente secre-

Traçadas as táticas, estratégia confirmada, esperaram a hora de enfrentar o inimigo. Atacariam pelos flancos, bloqueariam as zonas centrais, eliminam o perigo aéreo e contraatacariam com seus mortíferos foguetes de curto, médio e longo alcance.

E foi no agradável Parque dos Príncipes que nossos homens, também conhecidos por Leão, Amaral, Edinho, Cerez-zo, Zico e Rivelino, tiveram a dolorosa surpresa de que a arte e até mesmo a improvisação ainda são meios suficientementes fortes para vencer a invasão "tecnológica" que assola o



Oscar, Amaral e Cerezzo, cercando os alemães e mostrando que o feitiço pode virar con-

futebol brasileiro. Como diria o técnico francês, Hidalgo, "o empirismo venceu a ciência" e a constatação disso assustou os próprios europeus, acostumados a temer exata-

leza do jogador brasileiro. Mas, foi bom. Afinal uma vi-

mente a malandragem e a be-

tória naquelas condições só serviria para consolidar uma teoria bem lida e mal aplicada pelo técnico Cláudio Couti-

Quem não se lembra dos tempos de Pelé e Garrincha, Gerson Tostão, quando os torcedores invadiam os campos



gosos, que Tostão era um de-

mônio com a bola nos pés, etc

Daí, o jogo começava. Garrincha driblava pela direita, e

passava por seu marcador. Pelé vencia a tantos quantos tivesse pela frente. Gerson lançava e lançava cada vez mais. Tostão fazia gol deitado, para desespero de sir Alf Ramsey, técnico da seleção inglesa. É o Brasil,



invariavelmente, ganhava, sem maiores mistérios. Sem treinos secretos, que futebol é coisa

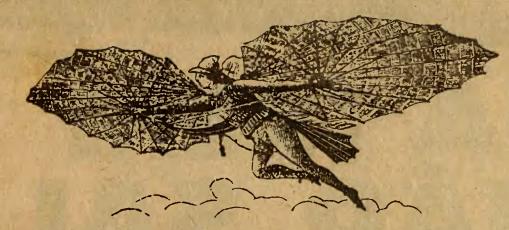
E foi público, e notório, o progresso da seleção já no jogo seguinte, o mais difícil, contra os alemães, campeões mun-

Jogando com a alma, mostrando que mordido o jogador brasileiro é insuperável, a vitória por 1 a 0 foi muito magra para o que a seleção brasileira mostrou. Verdade que o time jogou o que se convencionou chamar de futebol moderno, não dando espaço para o adversário, indo na bola com fé e vontade, correndo o campo todo, bem ao estilo do que Coutinho leu e quer aplicar. Mas o que prevaleceu mesmo foi, sem dúvida, a arte do jogador brasileiro que, ao perceber estar sendo posto em dúvida quanto a sua habilidade e eficiência, deu uma demonstração que ainda está muito vivo e - importante - sem medo, batendo no europeu dentro de seu campo, agarrando e fazendo a falta dita feia quando isso foi necessário, provando que também no futebol - não há motivo para sentimentos colonizados, que se joga de igual para igual, sem temor das vaias dos colonizadores e sem precisar importar suas técnicas e filosofia de jogo.

Esse resultado, enfim, mostrou que o Brasil pode perfeitamente brilhar em uma nova Copa do Mundo. Basta jogar, e treinar, sem mistérios e segredos. Abertamente.



Atras, no meio do campo, na frente, para cada alemão pelo menos dois brasileiros. Fis cher foi pouco para Oscar e Amaral.



DECISÕES DO ALTO COMANDO

Perplexo, irritado, Paulo Cesar reagiu rapidamente à noticia que havia sido excluído da relação dos 40 jogadores convocados para disputar a Copa do Mundo, em junho próximo.

Mais uma vez o controvertido jogador era alvo das atenções da imprensa e dos torcedores. Craque incontestável, foi considerado fora dos planos por não se adaptar ao esquema de tra-balho da comissão técnica, esquema que compreende desde a mais rígida disciplina tática à mais feroz vigilância extra-campo, impedindo aos jogado-res, por exemplo, que externem suas opiniões sobre os países que visitaram nessa excursão da seleção.

Tem lógica, portanto, a exclusão de um jogador que recentemente denunciou até práticas de racismo no atual comando da CBD e que jamais baixou a cabeça no confronto sempre inevitável, porém ainda raro entre os profissionais brasileiros, com os carto-las.

Fui cortado porque sou um liberal e a seleção hoje está repleta de milita-

*Quase da mesma maneira, Marinho também reagiu prontamente ao seu corte da relação. Jogador de inegáveis qualidades do meio do campo para a frente, acusa a comissão técnica de querer eliminar a versatilidade e alegria do futebolista brasileiro, impedindo que ele ponha em prática a sua concepção de defensor que ataca e que não se prende a uma faixa do

São posições, sem dúvida, respeitá-

veis e, mais que isso, complexas, Na verdade, não se pode esconder uma lógica irrefutável no critério do ex-capitão Coutinho. O caso dos dois jogadores não admite meias soluções, ou seja, ou são vistos como craques e entao tem lugar entre os titula-

que talento não lhes falta para tanto -, ou são - como foram - sumariamente postos de lado por não se enquadrarem a todas as incontáveis normas de comportamento do comando da CBD. Quer dizer, ou estão entre os onze do time de cima ou ficam fora de quaisquer relações que se façam para jogar a Copa, seja de 22, 40, 48, ou 1000 no-mes. É, enfim, uma questão muito mais de filosofia de vida do que de outra coisa qualquer e aí, logicamente, a única objeção possível se dará ao nível dessa filosofia mesma.

"Exército de reserva"

Cortados os dois, cortado Serginho que acabou não sendo anistiado, talvez até mesmo pelo fato de que o termo não anda sendo visto com muito agrado pela "cartolagem" ultimamente, uma série de opções ainda resta para compor o grupo de 22 homens que vão defende, o Brasil na Argenti-

Mantido o critério de levar três goleiros, parece claro que Valdir Peres, do São Paulo, será o reserva de Leão e Carlos, sobrando alguma chance para Raul, do Cruzeiro.

A defesa como está deverá ser mantida. Cada vez mais Luiz Pereira pode ser considerado dispensável pela injustica que caracterizaria uma evenjustica que caracterizaria uma even-tual substituição de Oscar, um za-gueiro que firmou-se como absoluto diante da torcida, fato que, provavelmente, não seria aceito sem causar crises pelo atual defensor do campo que podem E no meio do campo que podem

surgir as maiores modificações. Se Toninho Cerezzo - menos -, Dirceu, Jorge Mendonça, Romeu, não progredirem muito até o dia 22 de maio (dia da inscrição definitiva dos 22) é muito provável que Paulo Cesar Car-

10 11 12 13 14 15

pegiani e Falcão - a fantástica dupla de meio-campo que andou maravilhan-do o país em 75 - acabem sendo chamados em função do excelente futebol que voltaram a jogar depois de se recuperarem de graves contusões. Polivalentes, bem ao gosto do técnico, seriam opções para qualquer posição do meio-campo para frente.

"Artilharia pesada"

Ali na frente, no setor responsável pelos gols (ah, os gols ainda são importantes) as possibilidades são mais Se é verdadé que Reinaldo ainda

não jogou o que sabe e pode - muito porque é sacrificado por um esquema que isola um jogador mais de habilidade do que de trombadas - parece inverossimel o seu corte por motivos políticos. Afinal, será que depois de Magalhães Pinto mais um mineiro vai ser alijado por achar que o brasileiro está preparado para votar ou por ser favorável a anistia? Ou será que Coutinho membro da comissão que em 69, segundo **O Pasquim**, foi destacado para vigiar os passos do então técnico da seleção, João Saldanha, e que não esconde sua admiração pelo ex-presidente Médice, "o melhor de todos os presidente que o Brasil já teve" - ainda leva tão a serio esse tipo de missão? Não parece ser inteligente -coisa que Coutinho, sem dúvida, é optar pelo irregular Enéias - a surpresa da lista dos 40 - em detrimento do artilheiro do campeonato brasileiro de 77 desfalque fatal para o Atlético

São Paulo um título desonrado diante do ridículo futebol chileno.

Os dados, entim, estão lançados. Dia 3 de junho o Brasil estréia contra a Suécia, em Mar del Plata. O país espera que, como dizia Tamandaré, cada um cumpra com o seu dever. (J.K.)



te, jornalistas, críticos, professores e leitores analisam, resenham e polemizam em torno de livros inéditos, novas publicações e reedições à venda nas livrarias de todo o país.

os livros, editores, livreiros e gráficos. Mensalmen-

N: Avulso = 15,00 Assinatura (12 n-) = 150.00

- Uma publicação da Editora Leia Livros Ltda, Redação. R. Barão de Itapetininga 93, s/1201 Fones: 36-0671 e 35-666.

23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38

O confuso ideário econômico do candidato do tipo da que existe entre o Estado e

O programa econômico do general Figueiredo sumiu no conjunto das aparentes incoerencias dos seus pronunciamentos. Mas, perguntando-se a sério: tem o general um programa econômico? Se entendermos por tal um conjunto de proposições articuladas, com prioridades setoriais, metas, mecanismos e medidas de política econômica, então a resposta sera não. Aliás, nas condições da economia brasileira, ter um programa assim não passaria de sonho tecnocratico, pois a crescente internacionalização da economia brasileira não permite a formulação de planos, tais como o Plano de Metas de Kubitschek; o próprio fracasso do I e do Il PND do Governo Geisel revela esse estreitamento da margem de manobra do Estado brasileiro. Nesses dias a imprensa ja noticiou que o Secretario-Ministro de Planejamento mandou dar marcha-a-ré nos trabalhos que conduziriam à formulação do III PND. Mas, mesmo no emaranhado de confusões semânticas, "gaffes" e mal disfarçado apego ao autoritarismo, é possivel perceber o programa econômico do futuro presidente, "Príncipe Herdeiro desta Serenissima República", como ja o qualificou o senador Paulo Brossard.

Ha que reconhecer que esse nãoprograma programático tem como seus pontos básicos a manutenção do que já se convencionou chamar o "tripé sobre o qual se assenta a estrutura de produção nacional e o seu controle: o das empresas estatais, o das empresas internacionais e o das empresas de capital privado nacional. A Suma Teológica do capitalismo monopolista. Por m è que se compreende inclusive suas invectivas contra o capital estrangeiro. 'Ha um perigo maior: quem garante que, em operações dessa ordem, não entre o capital estrangeiro, por trás de tudo? (...) O desenvolvimento brasileiro sem ajuda externa é impossível (...) Querem retribuição, querem tirar o maximo" (O Estado de São Paulo, 5ª feira, 6 de abril de 1978). Não se pedirá no general Figueiredo, embora tenha sido - e ainda o é - Chefe do Serviço Nacional de Informações, uma comprecusão mais rigorosa, que elimine a contradição de suas palavras: a de que o capital externo não é ajuda, precisamente porque - como ele próprio o pro-ciama - busca aqui somente lucros e nada mais.

Um segundo ponto é a confusão - se-ra? - entre Estado e Nação. Por isso mesmo sua declaração de que "O capitalismo de Estado foi gerado pelas condições de desenvolvimento, num caso, e ate pela fragilidade do empresariado, de outro" (O Estado de São Paulo), seria ate mesmo subscrita por eminentes académicos. O que não se pergunta é se pode haver hoje capitalismo sem a pre-sença do Estado nos setores produti-

vos. e uma das marcas da emergência do capitalismo monopolista nos países periféricos é essa aparente precocidade da presença do Estado. Mas, essa confusão entre Estado e Nação, é uma especie de hegelianismo mal digerido: não e muito de crer-se que o general tenha lido Hegel mas não por acaso, o ser determina o pensar: uma imbricação

os grandes capitais oligopolistas, mes-mo sem leitura de Hegel, cria um pensamento autoritário, que reduz os interesses da Nação ao Estado. E porisso a estatização não vai virar desestatização, não apenas porque - como pergunta o general Figueiredo - não há ninguém com tutu para comprar as empresas do Estado, como porque é absolutamente indispensável para a existencia do capitalismo monopolista que o Estado transforme a riqueza geral da Nação num pressuposto para a acumulação privada. E neste sentido, as empresas estatais são tão privadas quanto

Suas tiradas sobre os capitalistas incompetentes, lembra muito o Roberto Campos do período do PAEG: O Estado não apoiará capitalistas incompetentes mas aqueles que se revelarem capazes de, pegando o dinheirinho do Estado, o reproduzirem mediante a exploração do trabalhador. No fundo, a revelação de que a gestão da crise pelo Estado é uma gestão dos processos de concentração e centralização do capital. Nesse sentido, pode-se ter uma "leitura" nacionalista do nãoprograma do general Figueiredo: se existirem capitalistas nacionais competentes, então o Estado os apoiará.

Suas prioridades apontam para duas direções, as únicas razoavelmente explícitas em suas declarações: agricultura e a resolução dos grandes problemas urbanos. Sobre a prioridade para a agricultura, chegou-se até a falar que o ex-superministro Delfim Netto seria conduzido a um superministério para o desenvolvimento agricola: a velha ideia de "Brasil, celeiro do mundo". Na verdade, o desenvolvimento agricola que pode ser propiciado, nas condições enunciadas pelo próprio general Figueiredo (pois reforma agrária não se faz apertando botões) será o da expan-são do capital industrial sobre a agricultura. É a coorte de problemas que disso decorre, todos já sabemos: "boiafria, acumulação e miseria", no invejá vel titulo do livro de Maria da Concei ção D'Incao Melo. Além disso, é fácil perceber que fazer a expansão econômica brasileira repousar novamente sobre exportações de produtos agricolas, e voltar aos tempos do "Rei café" e expor a economia a flutuações ciclicas determinadas pelas oscilações de preços nos mercados internacionais.

A questão urbana aparece para o general-candidato como um problema... eleitoral. Interessa atacar os chamados problemas urbanos, porque senão "Não ha governo que ganhe eleição assim..." (O Estado de São Paulo). Por ultimo, no que respeita a redistribuição da renda, aos trabalhadores, aos aumentos dos salarios reais dos trabalhadores, ele declarou-se favoravel à negociação direta entre operários e parões, mas com a mediação do Estado, pois tanto podem surgir operários radicais que so querem aumento. quanto empresários que não querem dar aumento algum.

Em resumo, o não-programa do candidato e um programa. O da manuten-ção do chamado "modelo". Quem quiser se enganar, se engane, pois o mem falou e disse



AECONOMA (SEM DIRECAO) NÃO SAI DA CRISE E/A 197/8

O comportamento da economia brasileira em 1977 confirmou todas as previsões dos que, observando com realismo e sem a necessidade apologética dos vassalos do regime, apontavam para a continuidade da recessão que começou a acossar a economia brasileira desde os fins de 73. AMA-NHA, em seu número zero, e com base nos indicadores disponíveis, antecipava os prováveis resultados: bai-xa na taxa de crescimento: desacele-ração dos principais setores indus-triais, fraca performance da balança comercial, com um saldo positivo devido muito mais às restrições para as importações; crescimento da dívida externa e redução das margens de manobra para pagar a divida, comprometimento da própria capacidade de acumulação devido aos serviços da dívida externa, etc. O quadro apresentava os sintomas clássicos de crise, ambora alguns analistas resistissem ao embora alguns analistas resistissem ao emprego do termo, uns para escamoteá-la e outros com o receio das conotações catastrofistas.

Na verdade, apenas os profissionais da escamoteação poderiam tentar fa-zer crer à Nação que os resultados se-riam diferentes dos que realmente ocorreram. Porque os que não estão comprometidos om o atual estado de coisas sentiam, uns na própria car-ne, outros pelo conhecimento que têm das leis que presidem a uma eco-nomia capitalista, para onde se encaminhava a economia nacional. Porque o fato é que a economia nacional encontra-se mergulhada num daque-les conhecidos ciclos de depressão, que diticilmente são reversíveis a curlo prazo por puras manobras de política econômica: alguns resultados positivos são meramento conjunturais, como a melhoria dos preços de algumas mercadonas esportadas, o que, lance de configurar locros ou acertos

da política econômica, demonstra o grau de dependencia da economia nacional aos caprichos - que não são amorosos, desde logo - do que se pas-

sa fora das fronteiras nacionais. Os indicadores disponíveis para o primeiro trimestre deste ano da graça de 1978 confirmam o quadro de instabilidade e de permanência da crise. E apontam para a redução da margerm de manobra da política econômica ou do que comumente se conhece como o planejamento da economia nacio-Nos quadros de uma economia cada vez mais internacionalizada, isto é, cuja dinâmica depende não apenas da presença das empresas internacionais no interior da economia brasileira, mas sobretudo do fato de que os circuitos da acumulação interna estão visceralmente ligados à circulação internacional do capital, um planejamento autônomo da economia nacional ou mais modestamente o manejo de instrumentos de política econômica é cada vez menos possível. Não é por outra razão que toda a política econômica da gestão Simonsen - que certamente não gostaria de passar à História como o Ministro da recessão - não tem sido mais que uma política de "maneirar": deixa como está prá ver como fica, pois o que se pode fazer internamente, com autonomia, é muito pouco.

O primeiro trimestre de 1978 acusa já uma inflação acumulada de 9,6%, resultado que, comparado ao mesmo período de 1977, indica uma atenuação das pressões inflacionárias (11,5% para o primeiro tomestre de 1977). Esse resultado parcial está sendo con-seguido graças ao garroteamento da economia, via contração dos créditos, que está atingindo mais ou menos indiscriminadamente todos os setores da economia, e, em especial, a agricultura: não é por outra razão que a

10 11 12 13 14 15

grande maioria dos convencionais arenistas aplaudiram o Gen. Figueiredo quando este declarou que uma das prioridades do seu período governa-mental será a agricultura. Os agricul-tores, iludidos com a política do crédito fácil dos anos anteriores, estão agora, para não dizer menos, encalacrados. A taxa anual de inflação, medida de março a março, acusa também uma queda de 38,8% em 77 para 36,5% em 78. Estes resultados, cuja causa fundamental já so assinalou, não causa fundamental já se assinalou, não podem siquer ser extrapolados, pois outros indicadores estão a apontar dificuldades crescentes em outros setores, que podem levar a política mo-netária pro brejo, ou podem levá-la ao paroxismo de uma restrição que deverá - a persistirem as tendências -influir decisivamente no sentido de uma maior queda na taxa de cresci-mento do Produto Interno.

Os indicadores sobre o custo de vida acusam, também para o primeiro trimestre, uma redução em relação ao ano passado: no período de 12 meses entre março e março, a taxa global de incremento do custo de vida caiu em 78 para 37,7%, quando em 77 ela foi de 43,1%. O grave, entretanto, é que essa atenuação do incremento do custo de vida parece vir acompanhada de desempregos setoriais, ou pelo menos da manutenção de uma taxa constante do emprego global em relação ao ano anterior, o que significa que a oferta de empregos não está crescendo. Além disso, è preciso esperar para ver os reajustes salariais que vão ser concedidos: em outras palavras, é preciso verificar se os reajustes salariais pelo menos acompanharão a taxa de inflação e do custo de vida, pois não ajuda muito a baixa da taxa de incremento do custo de vida, se os reajustes não conseguirem refazer o poder aquisitivo dos salários.

Setorialmente, o desempenho da economia brasileira até o primeiro trimestre continua a apresentar graves desequilíbrios, num quadro de instabilidade geral: tomando de emprésti-mo a imagem da "serpente monetária" dos países do Mercado Comum Europeu, o comportamento da economia nacional, setorialmente, parece-se com a serpente: sinuoso, sem linhas de direção, sem linhas de força que indiquem, nem de longe, o sentido de uma recuperação global. A agricultura parece ser o setor mais ameaçado: secas, contração de crédito, instabilidade internacional de preços, ameaçam a soja, cuja colheita provavelmente será a metade do ano passado; açúcar, em evidente contração dos preços internacionais, com a agravante de que o IAA já esgotou todos os recursos para sustentação dos preços; trigo, ameaçado pelos mesmos problemas que afetam a soja, muito compreensíveis aliás, pois é plantado geralmente nas mesmas regiões e unidades produtivas da soja e pelos mesmos agricultores. Estes resultados da agricultura, sobretudo os que se referem aos produtos de ex-portação, já estão se refletindo no comportamento da balança comer-

O setgi industrial como um todo é, ele mesmo, a própria serpente. No setor metal-mecânico (siderurgia, máquinas, etc) os sinais da desaleceração são visíveis; a produção de cimento já acusa uma sensível redução: o impasse do setor da construção civil, aliado aos cortes governamentais que incidiram sobre grandes obras de infraestrutura, levam diretamente a uma redução na produção do setor. Por outio lado, a indústria automobilística, que se refere à produção e vendas

de automóveis de passageiros, acusa

recuperação esta que não é muito re-levante, se se considerar que 1977 foi o ano de produção mais baixo do período mais recente; enquanto isso, a produção de tratores, atingida indiretamente pelos cortes creditícios que incidem sobre a agricultura, indica visíveis sinais de estancamento, e os produtores queixam-se precisamente do arrocho no crédito. O mais importante a considerar é que do ponto de vista dos investimentos, que anteci-pam o desempenho futuro da indústria como um todo, há uma visível contração nos planos de expansão: não apenas o volume de novos investimentos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial, por onde passam quase necessariamente os planos de expansão industrial (já que ne-cessitam de componentes e/ou equipamentos importados), mas as sondagens conjunturais efetivadas pela Se-cretaria do Planejamento do Estado de São Paulo, apontam para uma ex-pectativa cautelosa dos industriais. Isto confirma uma vez mais que se está em presença de um ciclo de baixa, que não pode ser revertido sem maisnem menos. O próprio setor produtor de bens de capital trabalha já com uma grande capacidade ociosa. Neste setor, não se pode esperar novos e muito volumosos investimentos e isto reflete a falta de pedidos dos outros setores industriais.

uma recuperação em relação a 1977,

O balanço de pagamentos de certa forma sintetiza o conjunto serpenteante da economia. Um ligeiro saldo positivo da Balança Comercial no ano passado suscitou grandes esperanças: no entanto, para os dois primeiros meses des ano, o saldo negativo já era de cerca de 345 milhões de dólares, e as perspectivas de exportação

23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33

de primários (soja, açúcar, mesmo café, minério de férro) deixam entrever que o déficit este ano pode alcançar proporções insuspeitadas. Se a isto somarmos o saldo negativo da balança de serviços, que é crônico na economia brasileira, já se pode antecipar o resultado: um deficit no balanço de pagamentos, que somente poderá ser consertado mediante o recurso à ampliação do endividamento externo. O mesmo circulo vicioso e viciado. As reservas internacionais, apenas pela desvalorização do dólar norteamericano, já baixaram de 7 milhões e 256 milhões de dólares para 6 bilhões e 945 milhões de dólares. Algumas estimativas, baseadas em extrapolações das tendências, antecipam uma necessidade de injeção de capitais externos, sob quaisquer formas - empréstimos, capital de risco, direitos de saque no FMI - que deve beirar os 9 a 10 bilhões de dólares neste ano.

As questões continuam as mesmas. E não poderiam ser muito diferentes, em se tratando de um ciclo de baixa, que coincide com um comportamento muito instável da economía capita-lista internacional. Esse é o preço a pa-gar pela internacionalização da eco-nomía. Mesmo assim, o Ministro Simonsen admite que a taxa de crescimento do Produto Interno este ano supere a do ano passado, que foi de cerca de 4,7% uma das mais baixas dos últimos vinte anos, com exceção do periodo 63/66. Pode ser que se tra-te de uma pura injeção à combalida ARINA; o mais provável é que seja uma mistura - um "blend" para o conhecido gosto escocês do Ministro de injeção política e de ingenuidade panglossiana. O trágico da estória é que esse "blend", escocês e suave para o Ministro, con pua amargo para a grande maioria da populaçã**o**.

UM 1° DE MAIO DIFERENTE; ROTATIVIDADE, FGTS, LIVRE CONTRATAÇÃO.



0 QUE A PETROBRÁS ESTÁ FAZENDO NA BOLSA?

Quando o petróleo jorrou pela primeira vez na plataforma continental de Campos, no Estado do Rio, em fins de 1974, o sorridente e desbocado Shigeaki Ueki, ministro das Minas e Energia, ameaçou - se os buracos da Petrobrás continuassem produzindo resultados satisfatórios - "dançar na Praça dos Três Poderes, fantasiado de barril de petróleo". Agora, neste começo de 1978, quando se anunciou que a British Petroleum tinha encontrado o petróleo que nós não soube-mos achar, o ministro Ueki nos poupou de tão grotesca promessa. Já não era sem tempo: o petróleo que os ingleses descobriram com a tecnologia que trouxeram do Mar do Norte simplesmente secou, três meses depois da primeira notícia e uma semana após o anúncio oficial.

De 1974 a 1978, muito pouco se acrescentou á produção efetiva de petróleo e, para o milhão de barris diários que continuamos consumin-do, o país extrai menos de 200 mil barris/dia. Durante todos esses anos, no entanto, sucederam-se intermitentes e frustrantes anúncios de novas descobertas – e a cada vez que isso acontecia os especuladores e aproveitadores que rondam as bolsas de valores faziam da excitação um bom veículo para o lucro com as ações da Petrobrás. E o que é que a Petrobrás – e todas as grandes empresas estatais - estão fazendo na Bolsa?

Quem acredita que o mercado de ações serve para capitalizar as empresas, pode até imaginar que a Petrobrás tenha buscado algum dia, através da colocação direta de suas ações, os recursos suficientes para seus investimentos, que são pesados. E pode até dizer - como fazem os defensores do sistema – que, para colocar ações na praça, a Petrobrás precisa ser negociada no pregão das bolsas, mantendo cotações e preços que atraiam os investidores, incautos ou não.

Nem uma coisa, nem outra. Primeiro, porque vai ser muito difícil repetir no Brasil, mesmo incluindo-se as empresas privadas, a experiência de outros países capitalistas, onde, há 50 anos reuniam-se as "economias" individualizadas para transferi-las às empresas, em troca de ações. Segundo, porque a Petrobrás - como o Banco do Brasil, a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Na-

cional, a Acesita etc - não está promovendo aumentos de capital através de subscrição de ações junto ao público. E, mesmo que estivesse fazendo, a Petrobrás teria a buscar no mercado um volume de dinheiro proporcionalmente pequeno em relação ao seu capital. Basta um exemplo: como a União possui 75,3% das ações da empresa (e outras instituições públicas mais 8,8%), é dela que vem o grosso

Assim, todos os grandes investimentos em prospecção e refino de petróleo que a Petrobrás está fazendo ou deixando de fazer-decorrem do dinheiro do governo ou dos lucros que ela acumula. E seus lucros oriundos basicamente do refino e da comercialização de óleo e derivados não têm sido desprezíveis. Em 1973, o lucro líquido da Petrobrás correspondia a 16% de seu patrimônio líquido (2,1 bilhões de cruzeiros de lucro, para 13,5 bilhões de patrimônio). Em 1977, o lucro de 14,3 bilhões de cruzeiros passou a representar 19,8% do patrimonio líquido de 72,6 bilhões (em 1976, a relação era de 23,8%). O crescimento desse lucro (referente a todo o grupo Petrobrás, que envolve também os setores de distribuição e de petroquímica) coincide com o aumento dos preços de petróleo (desde 1973). E não é por outra razão que todas as sete irmas do petróleo (as empresas multinacionais que controlam a prospecção e a comercialização de óleo no mundo) também experimentaram lucros crescentes no mesmo período. Desde 1974 que a Exxon - a primeira das sete irmas - superou a General Motors como a empresa de maior faturamento em todo o mundo.

FORA DA BOLSA

Se tem tão pouco a obter no mercado primário de ações, a Petrobrás - e as outras estatais - desempenham os papéis principais no mercado secundário, isto é, na bolsa, um teatro de variedades de segunda classe. Uma simples coleta de dados permite conclusões limpidas neste sentido. No dia 30 de janeiro de 1978, o volume de ações da Petrobrás negociadas na Bolsa de São Paulo representou 45,5% do total dos negócios à vista e 70% do total dos negócios à termo. No mesmo dia, as ações das principais empresas

10 11 12 13 14 15 16

pondiam a 54% dos negócios à vista e 81% dos negócios à prazo da Bolsa de São Paulo. Nos meses seguintes, esta participação caiu, mas ainda assim continua preponderante no movi-mento da Bolsa de Valores. No dia 15 de abril, os negócios com a Petrobrás chegavam a 24,4% do total da Bolsa de São Paulo à vista e 45% do total a prazo. Consideradas as principais empresas estatais, os negócios com suas ações representavam 38% do volume à vista e 76% dos negócios a prazo.

Enquanto forem negociadas em parcelas tão expressivas nas bolsas de valores, as ações da Petrobrás e das demais estatais continuarão servindo a todos os interesses, menos ao das próprias empresas. A cada poço - que nada indica, porque é a soma dos poços, nos campos petrolíferos, que dá a medida das condições de exploração - cuja descoberta se anunciar, haverá oportunidade para os iniciados mais matreiros (que se informam antes dos outros) multiplicarem o seu capital. Se as empresas estatais não se beneficiam do mercado de ações, por que elas teimam em participar das bolsas, ser-vindo de instrumento para que especuladores e instituições financeiras tirem partido da movimentação que elas provocam? Afinal de contas, porque elas não abandonam esta brinca-deira?

Afinal de contas, provado que as estatais não dependem das bolsas, provado que seus recursos provém sobretudo de suas próprias operações que, por sua vez decorrem da formação de um patrimônio que lhes foi doado pela Nação através dos impostos que o povo paga, fica claro agora que essas empresas distanciaram-se dos objetivos pelas quais o povo lutou para sua constituição e servem-se a elas mesmas e ao grande capital. Tudo isto são sinais desses tempos: nem essas empresas reverterão espontaneamente à sua destinação original, nem os especuladores deixarão de ganhar à custa das ações das estatais, enquanto a sociedade brasileira não postular claramente o controle democrático das próprias empresas estatais. Que começa e não termina com a própria democratização da sociedade brasilei-

estatais (incluída a Petrobrás) corres-

sionais de São Paulo, a média de demissões entre 1963 a 1967 (antes do FGTS) e o período de 1970 a 1977 (depois do FGTS) cresceu 100%. Essa diferença é muito maior, cerca de 300%, se considerarmos os períodos de 1963-68 e 1974-77. O direito à estabilidade no emprego é uma velha luta dos trabalhadores. Foi conquistada a primeira vez pelo funcionalismo público nos anos 20. Depois, no Estado Novo, foi incorporada à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943. Por esta lei, o trabalhador com

pela sua maior remuneração mensal multiplicada pelo número de anos no emprego. Com mais de dez anos no mesmo emprego ele adquiria estabilidade, ou seja, só poderia ser despedido por falta grave, julgada pela justiça trabalhista, que, ou decidia pela readmissão no emprego ou pelo paga-mento em dobro da indenização devida. A HISTÓRIA DO FGTS

em custos que as empresas tinham de arcar quando da dispensa de operários. Mais, quando dos períodos de recessão econômica, em que a produção deveria ser substancialmente reduzida, o custo dessa adaptação aos novos níveis de produção era elevado.

Tornava-se assim proibitivo para as empresas, principalmente as que utilizavam empregados mais especializados, utilizarem-se das dispensas para adaptarem sua produção às realidades da demanda do mercado. Esse era um grande problema para as empresas num período de "vacas ma-gras" como aquele entre 1964

Por tudo isso, os ministros Simonsen, da Fazenda, e Arnal-

encontraram com representantes de federações de traba-

Ihadores e de sindicatos. Ouvi-

ram críticas à legislação traba-lhista, à forma de determinação

dos salários, à estrutura sindi-

cal, ao Fundo de Garantia e ao

projeto "Robin Hood". Foram

cinco horas de reclamações e pedidos de alterações na política trabalhista do governo. E

não podia ser de outro modo.

Nos últimos quatorze anos

tudo isso foi imposto sem qualquer participação dos trabalha-

dores. Somando mais quatro

horas de um encontro seme-

lhante, em Brasília, teremos

que o governo depois de 1964

ouviu os trabalhadores por

nove horas, menos de quaren-

Um fato interessante pôde ser observado nesse encontro.

É que os trabalhadores, de

aprendizes, estão se tornando

feiticeiros. Aprenderam a ma-

nipular dados e a citar porcen-

tagens como os nossos minis-

tros da "área econômica". Jus-

tificaram suas críticas e reivin-

dicações com estatísticas e pes-

quisas cuidadosamente elabo-

radas. Chegaram a contestar os

dados do ministro Simonsen

para a participação dos salários

no valor agregado. E apresen-

taram uma versão preliminar

de um estudo que procura

analisar o impacto sobre o

mercado de trabalho guando

da adoção do Fundo de Garan-

tia por Tempo de Serviço (FGTS). Essa versão do estudo

conclui que, além de estimular

a viabilizar a rotatividade de

mão de obra, o FGTS rebaixa os

salários, provoca uma redução

da indenização em compara-

ção com o sistema da estabili-

dade e impede o fortalecimen-

to dos sindicatos. Mais impor-

tante, o estudo mostra que, em

relação a 37 sindicatos profis-

mais de um ano no emprego,

ao ser despedido sem justa

causa, deveria ser indenizado

Ora, esse sistema implicava

ta minutos por ano.

As alegações para modificar a legislação referente ao direito da estabilidade foram a diminuição da produtividade en-tre os trabalhadores estáveis e as dificuldades para a transfe-rência de propriede das empresas com passivos trabalhistas elevados. Como se não houvesse um rígido controle da produtividade de cada trabalhador nas fábricas. E como se os trabalhadores, credores desses passivos elevados, fossem incapacitados de produzir sob as ordens de um novo proprietário. Não. A razão para se rever a estabilidade era permitir às empresas o ajuste da sua produção nos períodos de recessão, para isso liquidando com o direito à estabilidade duramente conquistado anteriormente pelos trabalhadores.

A solução que o governo, sob a inspiração do seu ministro do Planejamento, Roberto Campos, encontrou foi a instituição, no segundo semestre de 1966, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Esse Fundo passou a ser constituído com os recolhimentos mensais por parte dos empregadores de 8% sobre a remuneração paga a cada empregado. Esses recursos passaram a ser administrados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e foram aplicados no setor da construção civil, gerando os ju-ros e a correção monetária, que são creditados periodicamente na conta de cada trabalhador. Mecanismo esse que poderia gerar muito mais lucro dentro do setor que foi investido do que aquele creditado a cada trabalhador.

Passou então, dessa maneira, a ser fácil dispensar os empregados. A indenização anterior deixou de ser um custo com o qual a empresa tinha de arcar ao dispensar o empregado. Essa indenização agora já estaria constituída na conta individual do empregado junto ao banco. O custo de demissão para a firma passou a ser o depósito adicional de 10% sobre o saldo acumulado na conta do empregado. Isso ocorre devido ao fato de que, no momento da empresa estipular o salário do empregado ela já incorpora ao ordenado, o valor dos 8% a ser depositado no FGTS. Dessa forma, passou a ser possível às empresas adaptarem o emprego à conjuntura do mercado e a reduzir seus custos burlando os reajustes salariais.

ROTATIVIDADE

Para as empresas maiores, as dos setores mais dinâmicos, que utilizam tecnologia mais sofisticada, é possível o planejamento a prazos mais longos do que seu volume de produção. O impacto da recessão sobre essas empresas é normalmente mais brando, pois utilizam de um volume maior de empregados especializados, normalmente treinados dentro da própria empresa. Nos perío-

22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38

dos críticos, elas procuram dis pensar antes os empregado menos especializados, facil-mente substituídos depois.

Já as empresas menores, geralmente as dos setores tradicionais, produtoras de bens de consumo não duráveis, que utilizam tecnologias menos avançadas, sofrem maiores impactos logo no início do perío do recessivo. Trata-se de empresas que empregam pouca mão de obra especializada e se ajustam dispensando os não especializados. Assim se explica o porquê da rotatividade ser maior nas pequenas empresas e nos setores menos dinâmicos da economia.

Por outro lado, as facilidades introduzidas pelo FGTS permitem também às empresas reduzirem relativamente os seus. custos quando dos reajustes salariais. Antes que estes ocorram, elas dispensam uma parcela da mão de obra não especializada, readmitindo logo após o reajuste, igual número de tratibalhadores por salários menores ou igual aos anteriores, sem a necessidade de aumentar sua folha de salários numa proporção igual ao aumento concedido. É por essa razão, e as pesquisas têm mostrado, que a rotatividade é maior nos períodos anteriores aos reajustes salariais por dissídio coletivo.

E os trabalhadores, o que ganharam com o fundo? Nada. Pelo contrário, perderam o di-reito à estabilidade duramente: conquistado antes. Passaram a arcar com toda instabilidade no emprego, decorrente da recessão econômica e das manobras das empresas para escapar dos reajustes de salário. 🗀

Resumindo, o FGTS permite às empresas se adaptarem aos ciclos econômicos e reduzirem seus custos com a força de trabalho. Aos trabalhadores especializados, a minoria, impõe uma relativa estabilidade no emprego e aos não especializados, a maioria, impõem uma total instabilidade. Ao fim de tudo isso, o que fazer com o FGTS? Propor a sua extinção e a volta do antigo sistema de estabilidade? Modificar o seu mecanismo?

O essencial ao que parece é tornar esse fundo num efetivo FUNDO DE GARANTIA para os trabalhadores. Até hoje ele foi um fundo de insegurança no trabalho, um fundo para o au-mento da rotatividade. Isso poderia ser conseguido se o custo. da dispensa para as empresas fosse substancialmente, major. Se por exemplo, aqueles 10%... que a empresa tem que depositar ao demitir um empregado: fossem elevedos numa proporção proibitiva à empresa, como estão propondo os trabalhadores paulistas. Poderia se pensar também na instituição de um. salário desemprego, dando as-sim ao empregado uma certa, garantia quando este estivesse fazendo parte da massa de desempregados. Isto não é nada demais para quem sempre arcou, no fim de todas as contas; com a instabilidade permanente do capitalismo.

Essas reivindicações têm sido levantadas pelos trabalhadores e suas lideranças em meio a uma intensa mobilização sindical. E jamais serão as únicas. Este e os próximos anos prometem intensa participação dos trabalhadores na tentativa. de reformar a estrutura sindi-cal, de modificar a legislação trabalhista, de fazer retornar a livre contratação do trabalho e, o direito de greve. Enfim, parece que neste ano, ao se aproximar o 1º de Maio, as preocupações dos trabalhadores e de suas lideranças vão muito além da divulgação do percentual de aumento do salário mínimo.



O PRIMEIRO DE MAIO TRAVESTIDO

onde se joga o dominó. Esse jogo já foi muito difundido no bairro da Madalena, ou da Santa Madalena. Os velhos moradores que guardam a memória da sua formação divergem entre si. Alguns atribuem o nome a uma tal de Madalena, que possula uma chácara na região, outros, à Santa que os portugueses que aqui vieram se estabelecer veneravam em seu país. Foram eles que praticamente fundaram a Vila e difundiram o jogo de dominó. Quando terminavam o trabalho da coleta de lixo - fazem questão de dizer, dando dignidade à função, que eram coletores de lixo e não lixeiros, como se diz hoje - reuniamse nos bares onde faziam campeonatos de dominó. Alguns desses bares sobreviveram e conservaram ainda um pouco de sua feição característica: as mesinhas de madeira, os balcões com pedras de mármore, as estantes altas com portinholas de vidro, as sardinhas em conserva preparadas pelo próprio dono, e, este, sempre um português ameno, pacificado no trato com compadres, e que se manteve no ramo um pouco por gosto.

Foi num desses bares que ouvi esta história do Primeiro de Maio. Veio de um espanhol que ainda toda santa tarde vai jogar no bar do Esteves. E um espanhol desbocado que não perde a chance de meter um palavrão na conversa. "Tem uma boca de esgoto", comenta o Esteves quando se refere a ele. É um dos últimos da Vila que ainda aperta as calças com um cinto largo de couro sem enfiá-lo nos passantes. Por isso o Esteves chama-o de "atrasadão", "não involuiu", diz, confundindo tudo. Mas ninguém gosta mais dele do que esse português simpático, de rosto afilado, bigode pequeno e bem aparado, cabelos um pouco grisalhos e cortados rente. Porém é um amor não declarado, porque, quem vê, pensa logo o contrário, pois estão sempre discutindo. É que o espanhol - é assim que o cha-

Existem ainda na Vila Mada- mam - é um dos únicos que leva a lena, em SãoPaulo, alguns bares sério as provocações do Esteves. E é por isso que se amam, porque se entendem. Um provoca, e o outro retruca, cada um com seu espírito, divertindo a todo mundo.

> O espanhol é uma espécie de comentarista, cronista e intérprete do pedaço. A tudo o que acontece e se comenta no bar, ele tem sempre algo a acrescentar, na forma de um comentário, de uma história, que nem sempre tem muito que ver com o fato, ou de uma explicação segundo o seu ponto de vista. Ele não perde a chance de afirmar a sua visão das coisas, que é a de que hoje tudo está pior que ontem. É uma visão muito comum entre aqueles que estão vendo a sua geração sendo substituída por outra. Mas nele ela toma a força de uma visão explicativa da história, pois, não vê muita diferença entre o mundo e a Vila, e o que se passa nela ele estende ao mundo. Assim, para o seu proselitismo, se aproveita de qualquer sugestão para ata-

O pombal. Olhem o pombal! chama de pombal a um enorme conjunto habitacional composto de prédios todos iguais - Antes o que tinha lá? Quatro campos de futebol onde a molecada podia brincar toda tarde. No domingo você ia assistir os jogos e encontrava lá a Vila inteira. Parecia uma festa. E agora? Uns prédios que parecem casa de pombas, parecem um amontoado de caixotes. Quem mora no meio ouve o arroto de quem mora em baixo e o peido de quem mora em cima.

È sempre assim que terminam os seus comentários. Ele faz os outros rirem no final para dar força a sua argumentação e para que con-cordem com ele. O Esteves provoca-o e faz extravasar o seu anti-clericalismo:

- Viu, espanhol? o padre vai fazer uma festa pra comprar uma estátua nova pra Igreja.

Todos riem porque se lembram de um caso que aconteceu entre ele e o padre. Quando tem algum estranho por perto, o Esteves começa contando: O espanhol tinha proibido a

sua mulher de ir à Igreja. Ele achava que o padre era mulherengo e ficava com ciúmes...

O espanhol se enerva e toma para si a história:

- Que ciúmes o c..! ele era é um sem-vergonha muito grande. Um dia teve o descaramento de ir em casa pergunar porque a Dolores não aparecia mais na missa. Ele teve o azar de que eu estava na cozinha enquanto conversava baixinho com ela na sala la e fiz ele ficar para jantar. Mandei a Dolores fazer uma sopa de alho com pimenta. Enquanto ele comia fiquei contando o que os republicanos faziam com os padres lá na Espanha. Eu não sei se suava por causa da sopa ou das histórias que eu contava.

Foi nas vésperas do primeiro de maio deste ano que o Esteves fez a provocação que deu margem a esta história.

- Oh, espanhol! Vais desfilar no primeiro de maio? No desfile deste ano vão lembrar o trabalhador imigrante. Português, japonês, italiano. Mas o Governo não está encon-

trando espanhol que trabalhe pra

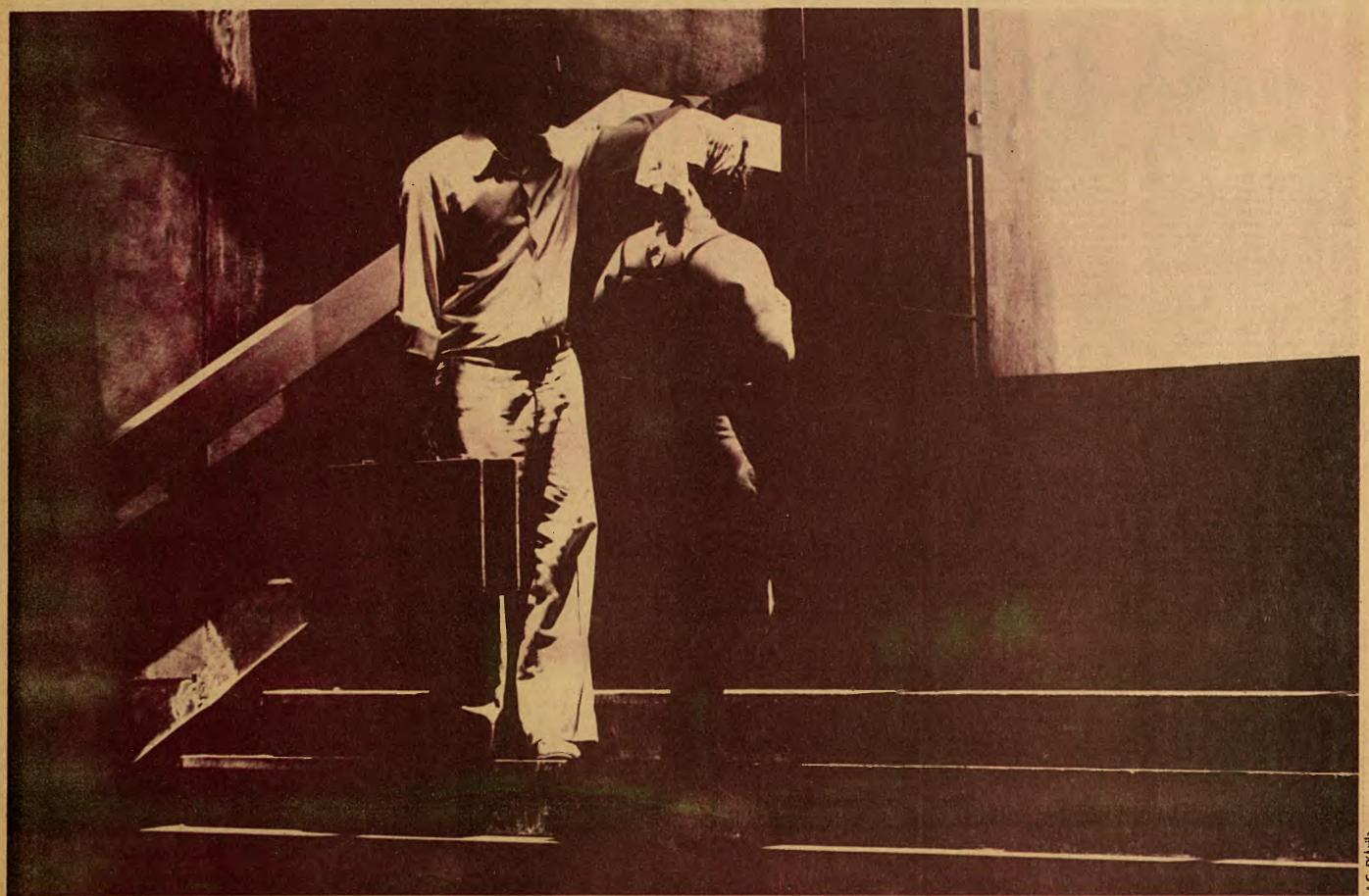
pôr no desfile. Espanhol que trabalha não desfila, respondeu. As vezes desfilar é muito perigoso. Quando cheguei no Brasil, na ditadura do Getúlio, só faltava ter miss operário. Era operário pra cá, operário pra lá. Getúlio pra cá, Getúlio pra lá. Onde já se viu uma coisa dessas? Parecia até que tinham acabado com os lobos deste mundo. Como fazia pouco tempo que eu tinha chegado aqui, aproveitei o feriado para ir conhecer as mulheres do Bom Retiro. Naquele tempo o Governo tinha tirado elas do centro da cidade e mandado para o Bom Retiro. As casas ficavam nas ruas Itaboca e Aimoré. Era uma atrás da outra. Se enfileiravam como o rosário de padre. Lá, naquele dia, o movimento era grande e se comemorava o dia do trabalho, trabalhando de verdade, com prazer.

Fomos eu e o Rafael. Ele era tão tí- gritavam, torciam, batiam palmas, mido e medroso que, se a mulher e a dona não conseguia controlar gasse, ficaria com medo de que lhe roubasem as calças. Escolhi uma casa, fui batendo e entrando. O Rafael vinha atrás me segurando campeonato. Entre as mulheres pelo paletó. Lá dentro parecia um carnaval. Confete, serpentina, papel colorido, todo mundo enfeitado. As mulheres diziam que era também o dia delas e estavam preparando um concurso. Quando dissemos para uma delas no que trabalhavamos, ela começou a gritar e espalhar que éramos operários. Eu pensei assustado que iam mandar a gente embora e já ia começando a achar ruim com o Rafael por ter dito a verdade. Lá, parecia que só tinha advogado. Os homens falavam com as mulheres como se estivessem fazendo discurso. Mas não, rodearam a gente e comecaram a dar tapinhas nas nossas costas e a oferecer bebidas. Depois, disseram que deveríamos participar do concurso como representantes da classe operária, a classe mais nobre do mundo moderno, diziam. No concurso os homens deveriam trocar as suas roupas com as mulheres e desfilar. O casal que melhor se apresentasse receberia uma faixa de campeão e campeã do trabalhador bandeirante. Eu disse logo que comigo nao ia dar certo porque o meu bigode era grande demais para disfarçar. Porém, disse que faria parte do júri, e que o Rafael daria uma boneca e tanto, pois tinha uma cara lisa como bunda de anjo. Arrastaram o Rafael, coitado. Não sei como conseguiram vestí-lo com uma peruca ruiva, rouge, baton. um vestido de cetim vermelho, ligas e salto alto. Acontece que nas outras casas da rua foi se espalhando a notícia do concurso e todo o mundo começou a dirigir-se para lá. Com isso, começou a se criar uma confusão tão grande, pela quantidade de gente. que a dona da casa pensou em desistir da idéia. Mas o desfile ja tinha começado, com os homens e as mulheres de roupas trocadas. Todos bebiam,

acendesse a luz, acho que ele não mais nada, até que resolveu pedir conseguiria fazer levantar; e, se apa-auxílio para a polícia. Quando o auxílio para a polícia. Quando o Rafael desfilou, suas pernas tremiam tanto que pensasvam que rebolava sem timidez, disputando o não se notou grande diferença de uma para outra, todas se empenhavam em ganhar e rebolavam mais que o normal, se esquecendo que o homem é diferente. Mas o Rafael foi um sucesso. Elegeramno o "campeão do trabalhador bandeirante". Colocaram a faixa nele e o puseram em cima do balcão do bar. Aí, ele não agüentou, chorou. Mas começaram a aplaudir pensando que era de emoção que chorava. O Rafael não tinha gozado bastante a vitória quando a polícia chegou. Levaram o coitado do Rafael chamando desesperadamente por mim. Que podia eu fazer? No outro dia saiu no jornal, me lembro bem, fiz até questão de decorar. Tinha em cima a sua fotografia vestido de mulher e escrito em baixo: "Operário devasso preso no dia do trabalho fantasiado de mulher em casa suspeita. Enquanto seus irmãos desfilavam exaltando as forças vivas da nação, homenageados pelo presidente e outras autoridades, o lixeiro Rafael V. se exorbitava rocambolescamente num antro de mulheres. Como a maçã podre que deve ser retirada dentre as boas para não apodrecê-las, também é necessário que se extirpe dos meios saudáveis da sociedade o cancro infecto da degenerescência. O topete da provocação chegou a tanto que o referido portava uma faixa com os dizeres "campeão do trabalhador bandeirante", parodiando sem es-crúpulo, e sequer graça, a mais bela homenagem que se presta ao trabalhador paulista".

> - O Rafael se mudou - continuou o espanhol depois de uma breve pausa - e-nunca mais apareceu na Vila, nem para um raio de dominó. Naquele tempo a gente se divertia.

> > LUIZ RONCARI



CEDEM